

## **A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010**

**Márcia Cordeiro Guerreiro**

**Dissertação de Mestrado em  
Ciência Política e Relações Internacionais  
Especialização em Relações Internacionais**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto e coorientação da Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues.

*Dedicada aos meus pais e às minhas irmãs*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostava de agradecer a orientação da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto, da Universidade Católica Portuguesa, pela atenção, paciência e disponibilidade facultada na elaboração desta dissertação de mestrado, pela sugestão de leituras relevantes e pelos conselhos acerca das diferentes abordagens ao tema apresentado. Não posso deixar de agradecer também à Professora Manuela Franco por me ter posto em contacto com a Professora Raquel-Vaz-Pinto. Agradeço, também, à Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues.

Gostava de deixar aqui também um agradecimento aos meus professores do mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais da FCSH e aos restantes funcionários da faculdade, pela ajuda disponibilizada na obtenção dos recursos necessários à elaboração da presente dissertação.

Por último, devo um especial agradecimento aos meus pais, às minhas irmãs e à minha amiga Ana Duarte, pelo facto de terem sempre estado presentes para me apoiar ao longo deste meu percurso académico. Sem a sua inestimável ajuda, teria sido muito mais difícil concluir esta etapa da minha vida.

## **A BIRMÂNIA E A LUTA PELA DEMOCRACIA: 1988-2010**

## **BURMA AND THE STRUGGLE FOR DEMOCRACY: 1988-2010**

**MÁRCIA CORDEIRO GUERREIRO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Birmânia/Myanmar, democracia, ditadura militar, Aung San Suu Kyi

### **RESUMO**

Esta dissertação de mestrado versa sobre a problemática da luta pela democracia na Birmânia, no período compreendido entre 1988 e 2010. A nossa análise baseia-se em três eixos: o interno, o internacional e o regional. O primeiro capítulo aborda a questão da luta interna que visa a mudança para um regime político democrático, despoletada pela revolta popular de 1988 e a evolução da situação política interna. O segundo capítulo analisa a reação externa, por parte dos Estados Unidos, da União Europeia, do Japão e das Nações Unidas, relativamente ao movimento democrático birmanês e à continuação do governo militar. O terceiro capítulo trata da abordagem regional à questão da mudança política na Birmânia e em relação ao regime do SLORC/SPDC, por parte da China, da Índia, da Tailândia e da ASEAN.

**KEYWORDS:** Burma/Myanmar, democracy, military dictatorship, Aung San Suu Kyi

### **ABSTRACT**

This dissertation addresses the struggle for democracy in Burma, between 1988 and 2010. We have based our analysis on three levels: internal, international and regional. The first chapter deals with the internal struggle for achieving political transition for a democratic system which emerged during the popular uprising in 1988 and the internal political developments. In the second chapter we describe and analyze the international response regarding the Burmese movement for democracy and the continued rule of the military regime, by the United States, the European Union, Japan and the United Nations. The third chapter regards the regional approach on the SLORC/SPDC regime and on the issue of political change in Burma of China, India, Thailand and ASEAN.

## ÍNDICE

---

Agradecimentos.....	iii
Resumo/abstract .....	iv
Lista de Abreviaturas .....	vii
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I. A Luta pela Democracia na Birmânia .....</b>	<b>6</b>
I. 1. Antecedentes históricos .....	6
I. 2. A Birmânia e a reemergência da luta política .....	13
I. 3. A revolta popular de 1988.....	15
I. 4. As eleições multipartidárias de 1990 .....	19
I. 4.1. Aung San Suu Kyi e a Liga Nacional para a Democracia.....	23
I. 4.2. A perpetuação do governo militar .....	26
I. 5. A questão das minorias étnicas .....	32
I. 5.1. A religião como instrumento político.....	37
I. 6. A Constituição de 2008.....	39
I. 7. As eleições de 2010.....	44
I. 8. Considerações finais.....	49
<b>CAPÍTULO II. A sociedade internacional e a questão birmanesa .....</b>	<b>52</b>
II. 1. Os Estados Unidos e o apoio à causa democrática .....	55
II. 2. A posição comum da União Europeia.....	62
II. 3. A posição ambígua do Japão .....	64
II. 4. A reação das Nações Unidas .....	68
II. 5. Considerações finais .....	72
<b>CAPÍTULO III. A abordagem regional à política da Birmânia.....</b>	<b>74</b>
III. 1. A China .....	77

III. 2. A Índia. ....	90
III. 3. A Tailândia .....	97
III. 4. A ASEAN .....	98
III. 5. Considerações finais .....	104
<b>CONCLUSÃO</b> .....	108
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	114

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1. Principais cidades da Birmânia.....	14
Mapa 2. Fronteiras e divisões administrativas Birmanesas .....	48
Mapa 3. Enquadramento Regional da Birmânia .....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

<b>ABSDF</b>	Frente Democrática dos Estudantes da Birmânia
<b>ADB</b>	Banco de Desenvolvimento Asiático
<b>AFPFL</b>	Liga Anti-Fascista para a Liberdade do Povo
<b>AFTA</b>	Área de Comércio Livre da ASEAN
<b>ASEAN</b>	Associação das Nações do Sudeste Asiático
<b>BCP</b>	Partido Comunista da Birmânia
<b>BIA</b>	Exército da Independência da Birmânia
<b>BSPP</b>	Partido do Programa Socialista da Birmânia
<b>DAB</b>	Aliança Democrática da Birmânia
<b>ENSCC</b>	Comité de Cooperação e Solidariedade das Nacionalidades Étnicas
<b>GCBA</b>	Conselho Geral das Associações Birmanesas
<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>KIO</b>	Organização da Independência Kachin
<b>KMT</b>	Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês)
<b>KNU</b>	União Nacional Karen
<b>LDC</b>	País Menos Desenvolvido
<b>LDP</b>	Liga para a Democracia e para a Paz
<b>NCGUB</b>	Governo de Coligação Nacional da União da Birmânia
<b>NCUB</b>	Conselho Nacional da União da Birmânia
<b>NDF</b>	Frente Democrática Nacional
<b>NDSC</b>	Conselho para a Segurança e Defesa Nacional
<b>NLD</b>	Liga Nacional para a Democracia
<b>NLD-LA</b>	Área Libertada da Liga Nacional para a Democracia
<b>NUP</b>	Partido da Unidade Nacional
<b>MTA</b>	Exército Mong –Thai (liderado até 1996 por Khun Sa)
<b>ODA</b>	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento



<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>PCC</b>	Partido Comunista Chinês
<b>PLA</b>	Exército de Libertação Popular (China)
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RPC</b>	República Popular da China
<b>RUSU</b>	Associação de Estudantes da Universidade de Rangoon
<b>SEANWFZ</b>	Área Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático
<b>SLORC</b>	Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem
<b>SNDP</b>	Partido Democrático das Nacionalidades Shan
<b>SNLD</b>	Liga Nacional dos Shan para a Democracia
<b>SPDC</b>	Conselho de Estado para a Paz e para o Desenvolvimento
<b>TAC</b>	Tratado de Cooperação e Amizade da ASEAN
<b>USAID</b>	Agência Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
<b>USDA</b>	Associação da União para a Solidariedade e para o Desenvolvimento
<b>USDP</b>	Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento
<b>UWSA</b>	Exército Unido do Estado Wa
<b>YMBA</b>	Associação Budista para os Jovens
<b>ZOPFAN</b>	Área de Paz, Liberdade e Neutralidade da ASEAN

## INTRODUÇÃO

---

Nas décadas finais do século XX, o mundo assistiu a uma nova vaga de democratização<sup>1</sup> e ao colapso do sistema internacional bipolar. O fim da Guerra Fria despoletou um conjunto de mudanças internacionais significativas. Na realidade a desintegração do antigo sistema veio libertar as tensões contidas dos Estados.<sup>2</sup> De acordo com o professor Adriano Moreira, dá-se um “*florescimento dos desafios que eram relegados para a penumbra pelo conflito central da Guerra Fria.*”<sup>3</sup>

É neste contexto internacional que ocorre a crise interna birmanesa. Esta crise provocou as manifestações populares de 1988. A revolta birmanesa mais não foi do que a expressão do descontentamento dos cidadãos face à opressão económica e política do governo militar socialista que então vigorava. Este desejo popular de mudança foi confirmado pelo resultado das eleições gerais de 1990, que culminou com a vitória da Liga Nacional para a Democracia (NLD) liderada por Aung San Suu Kyi. Esta vitória conferiu legitimidade ao movimento democrático birmanês. Contudo, o SLORC, a junta militar formada a 18 de setembro de 1988, não aceitou a derrota e recusou transferir o poder. Entretanto, nas mais de duas décadas que o regime militar governa o país, os generais birmaneses envidaram todos os esforços para garantirem o controlo total do país. Por sua vez, os ativistas pró-democracia, dentro e fora da Birmânia, iniciaram a luta pela mudança do regime político. Esta dissertação trata, precisamente, de analisar como se processou essa luta e que consequências políticas daí advieram.

O objetivo desta dissertação é, portanto, compreender as estratégias e medidas usadas pela oposição para implementar a democracia na Birmânia e os seus efeitos, no período compreendido entre 1988 e 2010. Para tal, propusemo-nos abordar esta questão através de três níveis de análise, designadamente, a nível interno, a nível internacional e a nível regional. Este estudo visa, deste modo, responder às seguintes questões, nomeadamente: no espaço temporal definido que passos têm sido dados no sentido da modificação do regime político na Birmânia, tanto a nível interno, internacional e

---

<sup>1</sup> Samuel Huntington considerou que as transições para a democracia no final do século XX, representaram a Terceira Vaga da Democracia. Ver: Samuel Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, Norman, 1991;

<sup>2</sup> Ver: Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 1996, pp.159-168;

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p.159;

regional e que consequências políticas essas medidas têm produzido. No fundo, pretendemos compreender a realidade política birmanesa e saber em que é que as diferentes abordagens à problemática da democratização birmanesa, têm contribuído ou não para promover uma real modificação do regime.

Atualmente, a nível interno, existem duas questões políticas fundamentais na Birmânia. A transição para a democracia e a resolução dos conflitos étnicos. Existem, portanto, duas forças de resistência à dominação militar, nomeadamente, os ativistas pela democracia e os insurgentes étnicos. O primeiro capítulo trata destas duas questões. Por um lado, a análise incide, mais especificamente, sobre a revolta popular de 1988, o subsequente golpe de Estado, a emergência do pluralismo político na Birmânia e as eleições de maio de 1990. Nesta análise revelou-se importante considerar o papel central da NLD e de Aung San Suu Kyi, como líder do movimento democrático. Também se afigurou igualmente importante perceber o porquê e como é que os militares se mantiveram no poder apesar da oposição popular. Por outro lado, a questão das minorias étnicas é importante para entendermos os desafios que o regime enfrenta e as políticas que implementou ao longo das últimas duas décadas, com especial destaque para a política do *nation-building*. Relativamente aos grupos étnicos, logo após a independência, a procura, por parte das minorias étnicas, de uma maior autonomia face ao estado birmanês, conduziu à guerra civil. As políticas do regime, sobretudo após 1962, consistiram na centralização do poder nas mãos do exército e na tentativa de construir uma nação homogénea. As forças armadas birmanesas acreditam que a assimilação das populações étnicas é o garante da segurança do Estado. Desse modo, limitaram o ensino das línguas e religiões das minorias, na tentativa de dissolver as identidades nacionais e forçar a sua integração na cultura da maioria birmanesa. A partir da década de noventa, os militares birmaneses celebraram um conjunto de acordos de cessar-fogo com a maioria dos grupos armados. No entanto, o regime não se tem mostrado disponível para fazer concessões ao nível político. Por fim, impunha-se a análise da nova constituição, referendada em 2008 e das eleições de novembro de 2010, dois passos fundamentais da agenda política dos militares para consolidar o seu poder.

Relativamente à segunda vertente do tratamento desta questão, é importante considerar que o movimento pela democracia e os grupos armados étnicos birmaneses, desde 1988, defrontaram-se com muitas dificuldades internas na sua luta contra o

regime e encontraram na internacionalização da questão birmanesa um meio de obterem o apoio tão necessário à continuação dos seus esforços para promover a democratização. E, de facto, obtiveram essa proteção internacional. De facto, com o fim da Guerra Fria, a questão dos direitos humanos substituiu a da segurança na agenda internacional dos países ocidentais. Como veremos, as prioridades ocidentais, e em particular, dos EUA, transformaram-se no início da década de noventa. As questões dos direitos humanos e da democratização passaram a ocupar um lugar cimeiro, no que se refere, em especial, em relação aos países onde não existia nenhum interesse vital em causa, como era o caso da Birmânia. Os países ocidentais apoiaram o movimento pró-democracia e castigaram a junta militar com a aplicação de sanções. A nível internacional, decidimos, portanto, analisar a reação dos EUA, da União Europeia, do Japão e das Nações Unidas. De facto, é importante para os objetivos deste estudo ter em atenção as principais abordagens internacionais à questão da democratização birmanesa e os efeitos que tais abordagens têm tido ao longo das últimas duas décadas.

É relevante ter em consideração, também, o enquadramento regional da Birmânia e a resposta que os países vizinhos têm tido face à problemática birmanesa, em particular, a China, a Índia, a Tailândia e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A Birmânia é o maior país continental do sudeste asiático. As maiores fronteiras terrestres do país são com a China, com a Tailândia e com a Índia. Na antiguidade e nos tempos medievais, a Birmânia era considerada o portão da Península Indochinesa, e conhecida como a terra dourada (do Pali: *Suvarnabhumi*). O facto de ser um ponto de passagem entre a China e a Índia, permitia controlar as principais rotas comerciais entre estes dois territórios. Ainda hoje, a posição geográfica deste país tem uma enorme importância estratégica para as suas potências vizinhas, porque se por um lado permite o acesso da China ao oceano Índico, por outro possibilita à Índia exercer a sua influência no sudeste asiático. A Birmânia encaixada entre a China e a Índia, as maiores potências asiáticas em termos económicos e demográficos, representa uma ponte entre estes dois países. No entanto, este elo de ligação implica a possibilidade de cooperação mas também a de confronto entre as duas potências asiáticas. Ambos os países registam um elevado crescimento económico, mas apresentam sistemas políticos opostos. A Índia é a maior democracia do mundo e a República Popular da China a maior ditadura.

Estratégica e geopoliticamente, a Birmânia, não pode ficar de fora das políticas externas destes dois Estados. Ter influência sobre a junta birmanesa é essencial para a China, que pretende ter acesso ao Oceano Índico, com o objetivo de acabar com a dependência da rota dos estreitos de Malaca e estimular o desenvolvimento económico das suas regiões do interior. Mas também o é para a Índia, que deseja reforçar os laços internacionais com os países do sudeste asiático, para contrabalançar a influência da China e, também, para acabar com as insurgências dos seus estados do nordeste, na fronteira com a Birmânia, promovendo o desenvolvimento económico destas regiões facultando-lhes o acesso ao mar através da costa birmanesa. Do ponto de vista económico, a Birmânia também é um país muito atrativo para os seus vizinhos, tendo em conta a diversidade de recursos naturais existentes, em particular, os recursos energéticos, como o gás natural e o potencial de energia hidroelétrica. As grandes reservas de recursos por explorar são cobiçadas a nível regional e internacional. Tanto a China como a Índia, precisam destes recursos para continuarem a trilhar o caminho do crescimento económico, correspondendo à crescente procura do seu mercado interno. A continuação do desenvolvimento económico é considerada indispensável para a manutenção da estabilidade política. A China, atualmente, está na frente da corrida pela exploração dos recursos naturais birmaneses, visto que mantém relações privilegiadas com a junta militar e é o principal aliado do regime. A Índia também delineou uma política mais pragmática e realista em relação à Birmânia, relegando a questão dos direitos humanos e da democratização para segundo plano, privilegiando, desde modo a prossecução dos seus interesses nacionais. A partir de 1988, a junta militar, procurou também o apoio dos outros países do sudeste asiático, apoio este concretizado na sua entrada na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997. Esta adesão foi essencial para os militares birmaneses quebrarem o isolamento internacional da Birmânia. Os principais intuitos foram a promoção do desenvolvimento económico, o estabelecimento de alianças no contexto regional para contrabalançar a pressão dos países ocidentais e, não menos importante, a legitimação do regime militar. Vamos procurar explicitar, nesta dissertação qual a influência da abordagem regional para a questão da democratização birmanesa.

De facto, a questão da democratização do regime birmanês está na agenda de vários países e organizações mundiais há mais de duas décadas. Além disso, atualmente, o regime tem mostrado disponibilidade para levar a cabo um conjunto de reformas que

podem conduzir a uma transição para a democracia. As condições políticas internas da Birmânia não podem ser ignoradas pelos seus parceiros regionais nem pelos países ocidentais. O estudo do caso birmanês pode ajudar-nos a compreender até que ponto a sociedade internacional consegue induzir a mudança política, promover a democracia, o pluralismo, a liberdade de expressão e a boa governação num Estado com as características da Birmânia. Esta análise é também importante para percebermos quais as medidas mais e menos eficazes no relacionamento com um regime militar como a junta birmanesa. Será a inflexibilidade das sanções a melhor abordagem para promover a transição para a democracia no contexto birmanês ou o envolvimento com os líderes militares produzirá mais rapidamente os resultados pretendidos? Esta análise permite, pois, identificar as melhores estratégias para lidar com os militares birmaneses no sentido da promoção das reformas políticas.

Ao longo desta dissertação, no que se refere a questões de nomenclatura, vão ser utilizados os termos anteriores a 1989. Por uma questão de simplificação linguística, optei pela designação Birmânia e não Myanmar.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> As Nações Unidas, a ASEAN, a China, a Índia e o Japão pertencem à corrente nominalista (consideram que os nomes dos países são uma convenção arbitrária) e usam o termo Myanmar. Já os EUA, a Austrália, o Canadá e o Reino Unido continuam a usar o termo Birmânia, uma vez que, partem do pressuposto que as designações têm um significado político e como tal, consideram que a junta militar não tinha legitimidade para proceder à modificação das expressões. Quanto à União Europeia decidiu utilizar a expressão indefinida Birmânia/Myanmar. Esta indigenização dos nomes locais relaciona-se com o objetivo dos militares birmaneses de afastarem qualquer influência externa. Ver: Lowell Dittmer, *Burma vs Myanmar: What's in a name?* in *Asian Survey*, vol.48, nº6, novembro/dezembro 2008, p.885, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.885>, acedido em 12/02/2012 e Michael W. Charney, *A History of Modern Burma*, Cambridge University Press, Cambridge, 2009, pp. 171-173;

## CAPÍTULO I – A luta pela democracia na Birmânia

---

### I.1. Antecedentes históricos

A Birmânia foi colonizada pelo Império Britânico no século XIX, em consequência das três guerras Anglo-Birmanesas (1824-26, 1852 e 1885)<sup>5</sup>. Com a vitória final, em 1885, os Britânicos decidiram abolir a monarquia birmanesa e governar diretamente todo o território da Baixa Birmânia, como uma província do Império Britânico da Índia, a qual designaram de Birmânia ministerial. Nas áreas montanhosas, que os Britânicos designaram de *Scheduled Areas* (Áreas Delimitadas), habitavam os diferentes grupos étnicos que tinham estado subordinados ao poder da monarquia birmanesa, através de relações tributárias. As minorias aceitaram relativamente bem a governação Britânica e, pela pouca resistência que ofereceram e pela lealdade demonstrada, foram recompensados com um estatuto especial dentro do Império. Eram indiretamente governados pela coroa britânica através dos seus chefes tradicionais.

No entanto, a população de etnia birmanesa nunca se acomodou à colonização.<sup>6</sup> As campanhas de pacificação conseguiram, em certa medida, conter as revoltas populares. Mas o advento dos movimentos nacionalistas na Birmânia, por volta de 1920, voltou a mobilizar a população contra os colonizadores. No início eram movimentos de cariz religioso. O objetivo era proteger a herança cultural do budismo e da cultura birmanesa face ao avanço dos missionários cristãos, que tinham conseguido converter algumas comunidades das minorias étnicas.<sup>7</sup> A Young Men's Buddhist Association (YMBA)<sup>8</sup> que seguiu o modelo da Young Men's Christian Association (YMCA), surge em 1906, para abarcar as diversas organizações budistas com fins religiosos e sociais. Contudo, após a divisão da YMBA, emerge o Conselho Geral das Associações Birmanesas (GCBA). Era mais politizado e as várias delegações que

---

<sup>5</sup> Aung San Suu Kyi, Michael Aris (ed), *Freedom from Fear and Other Writings*, Penguin Books, 3ª edição, Londres, 2010, p.84;

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, pp.91-92. Segundo Robert H. Taylor “no event in the history of Myanmar was as complete and as traumatic to Myanmar's civilization as the loss to the British-Indian empire of the monarchical state and the Buddhist order it upheld.” Ver: Robert H. Taylor, *The State in Myanmar*, Hurst & Company, Londres, 2009, p.15;

<sup>7</sup> É importante referir que estas conversões tiveram mais sucesso entre um grupo da minoria Karen, os Sgaw Karen. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, pp.8-9;

<sup>8</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, pp.29-32;

estabeleceu pelo país serviram como ponto de encontro dos que estavam interessados nas causas nacionalistas.<sup>9</sup>

Os sentimentos nacionalistas e anticolonialistas estiveram na origem do movimento *Thakin*<sup>10</sup>, iniciado pelos estudantes, que instituíram organizações de cariz político, nomeadamente a Dobama Asiayone (Associação Nós Birmaneses) e começaram ativamente a reivindicar a independência nacional. Os líderes políticos da independência emergem destes movimentos políticos estudantis.<sup>11</sup> De entre eles, o mais proeminente foi Aung San, o fundador do exército birmanês e o principal impulsionador da independência. Apesar da concessão de alguma autonomia governativa e da separação da Índia em 1937, os nacionalistas birmaneses não ficaram satisfeitos. A sua reivindicação era a independência total. Esta é uma das razões pelas quais a Birmânia, alcançada a independência, decidiu não fazer parte da Commonwealth.<sup>12</sup>

A colonização Britânica trouxe benefícios, no sentido de promover novas oportunidades económicas, novas infraestruturas, sobretudo ao nível das vias de comunicação (estradas, vias férreas e barcos a vapor) e a introdução da medicina ocidental. No entanto, foi responsável pela introdução de novas tensões étnicas na Birmânia.<sup>13</sup> Os birmaneses foram relegados para a base da sociedade, uma vez que os assuntos da administração e da defesa do país foram atribuídos aos indianos, aos chineses e às minorias étnicas.<sup>14</sup> Nas palavras de Michael Charney, os sentimentos de exclusão dos birmaneses foram agravados pela dominação dos imigrantes no comércio, na indústria e na administração e também pelo facto de a língua oficial da administração colonial em Rangoon ser o hindi e não o birmanês.<sup>15</sup>

---

<sup>9</sup> Christina Fink, *Living Silence in Burma: Surviving Under Military Rule*, Silkworm Books/Zed Books, 2ª edição, 2009, p.13;

<sup>10</sup> A palavra *thakin*, que significa mestre, era a forma como os Birmaneses tinham de se dirigir aos Britânicos, à semelhança do termo *sahib* na Índia. Os estudantes para se colocarem em igualdade perante os colonizadores, resolveram usar esta expressão. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.41;

<sup>11</sup> Aung San Suu Kyi, *op.cit.*, pp. 53-57;

<sup>12</sup> David I. Steinberg, *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, Londres, 2010, pp.44-45;

<sup>13</sup> Christina Fink, *op.cit.*, p.16;

<sup>14</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.17;

<sup>15</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.23;



No que diz respeito à economia da Birmânia no período colonial, o país tinha todas as possibilidades para prosperar. A inovação económica mais importante foi o desenvolvimento do delta do Irrawaddy como região produtora de arroz.<sup>16</sup> Mas apesar do rápido desenvolvimento económico que se verificou entre 1890 e 1900, os birmaneses não beneficiaram do mesmo. Isto aconteceu, por um lado, porque a exploração dos recursos económicos era feita, principalmente, pelos britânicos, indianos e também pelos chineses. Por outro lado, porque os birmaneses eram, na sua maioria, camponeses que não estavam preparados para lidar com uma economia de capitais. O objetivo da Grã-Bretanha de construir uma estrada para a China, através da Birmânia, não pôde ser realizado, mas os preciosos recursos que as companhias comerciais Britânicas conseguiram extrair deste país revelaram-se igualmente importantes para a coroa Britânica.<sup>17</sup>

O movimento independentista aproveitou as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial para lutar pela liberdade política, envolvendo-se num jogo perigoso de alianças. Aung San tentou negociar com os Britânicos a participação das tropas birmanesas na Segunda Guerra Mundial, com a condição de, após o seu término, ser concedida a independência. Com a recusa dos Britânicos e, tendo sido emitido um mandato de captura a Aung San e aos restantes rebeldes, este consegue escapar e viajar para a China, onde obtém, no entanto, o apoio dos Japoneses. Aung San e mais vinte e nove birmaneses, que ficaram conhecidos como os trinta camaradas, recebem treino militar no Japão e em dezembro de 1941 fundam o Exército da Independência da Birmânia (BIA)<sup>18</sup>, o predecessor das forças armadas birmanesas atuais. Em março de 1942, os japoneses conquistam Rangoon com os elementos do recém-formado BIA. No entanto, sob a Administração Militar Japonesa, os birmaneses apenas mudaram de colonizador. Os japoneses concederam à Birmânia uma falsa independência em 1943, com Ba Maw como ditador ou *adipati*.<sup>19</sup> As promessas de autonomia administrativa e independência não foram cumpridas. Aung San funda, em agosto de 1944, a Liga Anti-Fascista para a Liberdade do Povo (AFPFL) e entra em contacto com os aliados para preparar a insurreição contra os japoneses. Em maio de 1945 as tropas aliadas britânicas

---

<sup>16</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, p.32;

<sup>17</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, pp.19-25;

<sup>18</sup> Aung San Suu Kyi, *op.cit*, p.15;

<sup>19</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, p.37;

reconquistam Rangoon. A reconstrução da Birmânia ficou a cargo da administração militar britânica. Quando esta foi dissolvida, foi reinstituído o governo, que esteve exilado em Simla, na Índia, e atribuído o posto de governador a Sir Reginald Dorman-Smith, que foi substituído por Sir Hubert Rance em agosto de 1946. A Grã-Bretanha, inicialmente, não pretendia conceder a independência à Birmânia, pelo menos a curto prazo. Mas a mudança de governo em Londres foi favorável às reivindicações da AFPFL. O novo Primeiro-Ministro inglês, Clement Attlee, ao contrário de Churchill, não se opôs à descolonização. Convidou uma delegação birmanesa, liderada pelo General Aung San, à capital da metrópole e a 27 de janeiro de 1947 foi firmado o Acordo de Londres, que garantia a concessão da independência.<sup>20</sup> A independência é finalmente alcançada em 1948, após cumpridas as condições estabelecidas no Acordo de Londres.<sup>21</sup> Contudo, o período que se seguiu à independência foi conturbado. O assassinato do General Aung San foi um duro golpe para o país. Na realidade, Aung San era um dos poucos líderes políticos que reunia consensos, tanto entre as várias facções do seu partido, a AFPFL, como entre as minorias étnicas.

O governo civil também teve de lidar com a incursão do Kuomintang<sup>22</sup> no seu território (no Estado Shan). Os nacionalistas chineses foram responsáveis pelo aumento exponencial da produção de ópio e pelo desgoverno a que foram sujeitas as áreas ocupadas, o que levou o exército birmanês a administrar os governos locais.<sup>23</sup> A política dos EUA era a de evitar o alastrar do comunismo e para tal lançou um programa de assistência económica a alguns países da região, entre eles a Birmânia. Os governantes birmaneses cancelaram a ajuda, em protesto contra o apoio (venda de armamento) dos EUA ao Kuomintang. Durante o período civil o governo foi adepto de um socialismo moderado, adotou uma posição de neutralidade na Guerra Fria, o que lhe granjeou algum prestígio internacional que resultou na eleição de U Thant para Secretário-Geral da ONU (1961-1971)<sup>24</sup>. Relativamente às relações com a China, a Birmânia foi o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular. Embora fortemente

---

<sup>20</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, pp.52-60;

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, pp.64-65;

<sup>22</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, pp.45-17;

<sup>23</sup> Steinberg considera que este facto, juntamente com o papel positivo do governo de assistência (1958-1960), veio reforçar a crença dos militares na sua capacidade de governar todo o país, o que pode ter contribuído para o golpe de estado de 1962. Ver: David I. Steinberg, *op.cit*, p.47;

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p.48;

anticomunista, o governo civil birmanês aceitou o dualismo do estreitamento de laços com a China como forma de proteger o Estado do seu poderoso vizinho.

Após a independência, e apesar da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, a Birmânia foi considerada o país do sudeste asiático com o maior potencial de crescimento económico e, concomitantemente, um forte candidato à liderança regional. No entanto, acabou por levar ao extremo a política de neutralidade internacional e remeteu-se ao isolamento, após o golpe de Estado de 1962. A política socialista levada a cabo pelo General Ne Win, culminou com a ruína financeira e económica do estado birmanês.<sup>25</sup> Esse potencial económico nunca se concretizou devido ao rumo que a política birmanesa seguiu., como iremos analisar.

O período pós-independência é, usualmente, caracterizado como a Era democrática. O governo democrático na Birmânia teve duas fases, de 1948 a 1958 e de 1960 a 1962.<sup>26</sup> Entre 1958 e 1960 o país foi dirigido por um governo de salvação nacional, encabeçado pelo General Ne Win, um dos trinta camaradas.

A democracia que vigorou na Birmânia após a independência cumpria os requisitos formais de um sistema político democrático, designadamente, a existência de um governo civil eleito que se regia por uma Constituição, que estabelecia o princípio da soberania popular. A Assembleia Constituinte era composta por duas câmaras, para garantir que as minorias seriam representadas a nível central, na Câmara das Nacionalidades.<sup>27</sup> A representação das minorias no governo do país não produziu o efeito desejado de criar uma identidade nacional, pelo contrário, serviu para aumentar a consciência da diferenciação identitária das minorias.

Não obstante os princípios e a forma democrática assumida pelo governo, esta Era política foi assolada por vários problemas. Não podemos esquecer que foi a primeira tentativa, na história da Birmânia, de implementar instituições estatais na totalidade do território que agora constituía a União da Birmânia.

---

<sup>25</sup> David I. Steinberg, *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001, pp.32-34;

<sup>26</sup> Mary P. Callahan, *On Time Warps and Warped Time: Lesson's from Burma "Democratic Era*, in Robert I. Rotberg (ed.), *Burma: Prospects for a Democratic Future*, Brookings/WPF/HIID, Washington, 1998, p.49;

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p.50;

O primeiro problema do período democrático foi a preocupação com a unidade do país e a tentativa de uniformizá-lo para eliminar a dissensão.<sup>28</sup> A excessiva atenção colocada na questão da preservação e unidade do Estado impediu que os esforços dos políticos birmaneses fossem dirigidos para impulsionar a evolução das estruturas de um governo democrático. De facto, as lutas partidárias e o início da guerra civil vieram minar a autoridade das instituições democráticas do estado.<sup>29</sup> Neste cenário, a única organização com capacidade efetiva para erigir as instituições imbuídas da autoridade estatal e implementá-las na maioria do território birmanês, era o exército.<sup>30</sup>

Na primeira década da independência birmanesa, as instituições democráticas não se consolidaram, devido às circunstâncias da governabilidade do país. O sistema democrático entrou em rutura porque as instituições civis eram frágeis e não resistiram às pressões colocadas pelos graves problemas de governação. Do lado oposto estava o exército, cujas instituições militares conheceram uma grande expansão, na década de cinquenta, deste modo, adquiriram um poder sem precedentes.<sup>31</sup> Convém ressaltar que, a eficiência com que o exército geriu a Birmânia no período que durou o governo de salvação nacional (1958-1960), contribuiu para aumentar o prestígio das forças armadas aos olhos da população e atribuir-lhe um certo grau de legitimidade na condução dos assuntos do Estado.<sup>32</sup> Mary P. Callahan considera que o período democrático veio demonstrar que o federalismo é ineficaz na sociedade multiétnica birmanesa e que a crise da capacidade governativa do Estado tem sido contínua. Além disso, tem sido característica comum a todos os governos, a incapacidade de tolerar qualquer forma de oposição ou dissidência, pelo que a obsessão dos políticos birmaneses, sejam civis ou militares, pela questão da unidade do país, tem impedido o Estado de se desenvolver em direção à evolução política.<sup>33</sup>

---

<sup>28</sup> Isto esteve na origem do reforço de um dos mecanismos mais repressivos do Estado, a Secção 5 do *Public Order Preservation Act* (POPA) de 1947. Este previa a detenção de qualquer possível dissidente, pela polícia local, por tempo indefinido, sem qualquer prova significativa de atos criminosos ou rebeldes. Ver: Mary P. Callahan, *op.cit.*, p.54;

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p.55;

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p.57;

<sup>31</sup> O General Ne Win foi o responsável pela expansão do exército. Em 1948, o número de militares era de alguns milhares, mas em 1962, o exército já contava com cem mil efetivos. Ver: Christina Fink, *op.cit.*, p.25;

<sup>32</sup> Mary P. Callahan, *op.cit.*, pp.59-60;

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, pp.61-65;

A fragilidade da democracia nos primeiros anos da independência birmanesa fez com que não houvesse uma resistência significativa ao golpe de Estado, perpetrado pelas forças armadas a 2 de março de 1962. Sob o comando do General Ne Win, o exército decidiu abolir a Constituição de 1947 e instituiu uma junta militar, à qual atribuiu o nome de Conselho Revolucionário. A celeridade na elaboração da nova estrutura de poder pressupõe um planeamento cuidadoso do golpe de estado. Os estudantes foram um dos primeiros alvos da feroz repressão do regime militar, que destruiu o edifício da Associação de Estudantes da Universidade de Rangoon (RUSU) após a manifestação estudantil a 7 de julho.<sup>34</sup>

Os militares consideravam que a integridade do país estava ameaçada, devido às negociações que estavam a ter lugar entre o governo de U Nu e as minorias étnicas sobre a possível adoção de uma estrutura federal para o Estado Birmanês.<sup>35</sup>

O Conselho Revolucionário seria o órgão máximo de governo do país, até à aprovação de uma nova Constituição. Esta Constituição deveria criar as estruturas civis socialistas de governo nacional. De facto, no mês seguinte ao golpe, o General Ne Win anunciou o rumo político que o Conselho ia instituir no país, designadamente, a *Via Birmanesa para o Socialismo*.<sup>36</sup> A particularidade do socialismo birmanês consistia num sincretismo entre a doutrina budista, o humanismo e o socialismo.

No sentido de implementar o socialismo, o Conselho Revolucionário, iniciou o processo de nacionalização das indústrias, do comércio e dos bancos, entre 1963 e 1965. Os mais atingidos pelas nacionalizações foram as comunidades de Indianos e Chineses, que geriam a maior parte dos negócios que existiam na Birmânia. Esta medida foi uma tentativa do governo militar de obter o apoio popular ao pretender fazer regressar o capital para as mãos dos birmaneses.<sup>37</sup> Deste modo, os militares consideravam estar a repor a dignidade dos birmaneses, explorados pelos estrangeiros na sua própria terra durante o colonialismo. O Conselho retirou à religião budista o estatuto de religião do Estado, que havia sido implementado quando U Nu foi reeleito Primeiro-Ministro em 1960.

---

<sup>34</sup> David I. Steinberg, *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, Londres, 2010, p.63;

<sup>35</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.107-132;

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p.109;

<sup>37</sup> Christina Fink, *op.cit.*, p.27;

A nova Constituição entrou em vigor em 1974, após o referendo popular de dezembro de 1973, que obteve noventa por cento dos votos a favor.<sup>38</sup> A Constituição estabelecia que a nova República Socialista da União da Birmânia seria um Estado unitário com um sistema de partido único, o Partido do Programa Socialista Birmanês (BSPP). Estabelecia, também, uma Assembleia do Povo (*Pyithu Hluttaw*) uni-camaral.

A transição para o governo civil ocorreu a 2 de março de 1974, doze anos após o golpe militar, e o General Ne Win assumiu o cargo de Presidente do BSPP, e, por inerência do cargo, Presidente da Birmânia. O BSPP foi fundado com o objetivo de dar um rosto civil ao regime militar e obter a necessária legitimidade governativa.<sup>39</sup>

## **I. 2. A reemergência da luta política na Birmânia**

O movimento pró-democracia na Birmânia nasceu com as revoltas populares de 1988. Apesar de, inicialmente, as manifestações não terem sido diretamente despoletadas por razões políticas, rapidamente se politizaram. A luta política na Birmânia reemergiu tendo como pano de fundo a grave crise económica e financeira que o país atravessava.

No final do anos oitenta do século XX, o Estado Birmanês viu-se confrontado com dois desafios que ameaçavam a sua estabilidade, nomeadamente, a renovação da sua liderança política e a necessidade de obter financiamento internacional.<sup>40</sup> O Partido do Programa Socialista Birmanês (BSPP) apercebeu-se demasiado tarde da prioridade de reformar a economia para manter as instituições políticas estatais. Quando o General Ne Win, decide iniciar as medidas conducentes às reformas económicas, já o Japão, um dos principais credores da Birmânia, tinha instado o regime a proceder à implementação das reformas sob pena de retirar a sua ajuda financeira. Mas o apelo às reformas resultou na especulação económica, que contribuiu para aumentar a inflação. Na tentativa de controlar a escalada inflacionária, o governo decide aplicar uma desmonetização das notas de maior valor nominal, sem oferecer qualquer compensação aos cidadãos. Esta terceira desmonetização procovou um enorme descontentamento

---

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p.31;

<sup>39</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, pp.133-135;

<sup>40</sup> Robert H. Taylor, *op.cit*, pp.375-384;

entre a população. Entretanto, as reservas de moeda estrangeira atingiram um mínimo histórico, a corrupção aumentou e as redes de decisão do estado deixaram de funcionar. A estagnação económica provocada pela incapacidade do Estado pagar a sua dívida conduziu ao aumento do desemprego. Tendo em conta este cenário económico, a 11 de dezembro de 1987, as Nações Unidas decidiram anunciar a atribuição do estatuto de País Menos Desenvolvido (LDC) à Birmânia. Este estatuto ia no sentido de aliviar o peso da dívida externa. Contudo, este facto veio contribuir para o adensar das tensões entre o BSPP e a população birmanesa. A iminência da desintegração da economia teve as suas consequências sociais e políticas, que se materializaram nas manifestações populares de 1988.



**Mapa 1.** Principais cidades da Birmânia

Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bm.html>

### **I. 3. A revolta popular de 1988**

Um incidente entre estudantes, que ocorreu numa loja de chá em Rangoon, a 12 de março de 1988, foi o bastante para despoletar as manifestações, em larga escala, da revolta popular contra o governo do BSPP, que se verificaram por todo o país até setembro de 1988.<sup>41</sup> A proporção que este episódio ganhou deveu-se, por um lado, à incapacidade do governo em lidar adequadamente com a resolução da situação e, por outro lado, à tensão que existia na sociedade birmanesa fruto da degradação económica provocada pelas medidas governamentais.

Numa primeira fase, foram os estudantes que iniciaram as manifestações contra a repressão exercida pela polícia em relação aos estudantes. O regime respondeu a essas manifestações com mais violência. Num dos episódios dos confrontos entre os estudantes e a polícia, morreram duzentos e oitenta e três estudantes e outros quarenta e um morreram sufocados dentro de uma carrinha de detenção da polícia. As manifestações da fúria contra a atuação do regime alargaram-se à generalidade da população e politizaram-se. Deixaram-se ser somente uma questão de solidariedade para com os estudantes. O descontentamento do povo traduziu-se na exigência da mudança do sistema em vigor e na luta por melhores condições económicas e sociais.<sup>42</sup>

Numa tentativa de aplacar as tensões, decide-se, num congresso extraordinário do BSPP, a 23 de julho, abrir a economia ao setor privado. É também neste congresso que Ne Win propõe a organização de um referendo nacional para decidir se se devia manter o sistema político uni-partidário ou reverter-se para o multipartidarismo. Foi a partir desta proposta que o centro da atenção popular deslocou-se das questões mais específicas, como os direitos dos estudantes ou as questões económicas, que haviam estado na origem da sublevação, para questões mais gerais, como a da mudança da estrutura política da Birmânia. Contudo, a proposta do General Ne Win foi rejeitada. Este apresenta a demissão e é substituído pelo General Sein Lwin. Mas, a instabilidade agudiza-se, pois o General Sein Lwin era bastante impopular. Era tido como responsável pela extrema violência com que as forças de segurança haviam tratado os estudantes. Além disso, também estava na origem da repressão das manifestações

---

<sup>41</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.382;

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, pp.383-384;



estudantis de julho de 1962.<sup>43</sup> Após assumir o cargo, seguiu a sua habitual linha rígida de atuação, ao reprimir violentamente as manifestações. Foi durante a governação deste oficial conservador que ocorreu o massacre de 8 de agosto de 1988, que ficaria conhecido como o *dia dos quatro oitos*. As manifestações do momento democrático em Rangoon acabaram num banho de sangue. Os militares carregaram violentamente sobre a multidão, fazendo mais de mil mortos. Mas esta política violenta e intransigente não produziu os pretendidos efeitos de acabar com as manifestações e Sein Lwin acabaria por se demitir. Poucos dias depois foi substituído por um civil, o Dr. Maung Maung. Este fez algumas concessões, como a privatização da imprensa e da indústria de entretenimento, a promessa de libertação de alguns presos políticos e da eventual realização do referendo sobre o regresso ao sistema multipartidário. Mas a população não confiava em Maung Maung por considerá-lo demasiado próximo de Ne Win.<sup>44</sup> O governo já não tinha credibilidade perante a população e as soluções para lidar com a crise tinham sido esgotadas. Além disso, a oposição, apoiada na opinião pública, exigia a formação de um governo provisório e a mudança para o multipartidarismo sem necessidade de realizar o referendo.<sup>45</sup>

A implementação do multipartidarismo passa a ser a principal exigência dos manifestantes. A emergência, ou a reemergência, de novas e antigas organizações, como as associações de estudantes, os sindicatos e mais tarde, os partidos políticos, influiu na evolução dos protestos. Os manifestantes encontraram as instituições através das quais podiam dar forma às suas reivindicações<sup>46</sup> e líderes que pudessem seguir, em particular, Aung San Suu Kyi. A sua legitimidade provinha da sua ascendência. Sendo filha do General Aung San, o pai da independência birmanesa, obteve o apoio popular quando decidiu lutar pela mudança política no seu país. O início do envolvimento na política birmanesa é marcado pelo discurso que proferiu a 26 de agosto de 1988, no pagode Shwedagon. Emerge como a principal líder do movimento pró-democracia.<sup>47</sup>

A inexistência de uma frente unida entre os líderes da oposição, a falta de organização e de recursos, contribuíram para o sucesso dos militares na supressão dos

---

<sup>43</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.151;

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p.153-159;

<sup>45</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.386;

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p.385;

<sup>47</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.155;

movimentos antigovernamentais. Robert Taylor considera que não foi possível obter um compromisso, porque, por um lado, o apoio financeiro das embaixadas ocidentais e a publicidade gerada nos meios de comunicação internacionais incentivaram a escalada das exigências dos manifestantes e impediram que se aceitasse as concessões do Dr. Maung Maung. Por outro lado, porque a violência com que os manifestantes foram tratados minou a credibilidade do governo e era pouco provável que os protestos acabassem sem que se recorresse, mais uma vez, à força. É neste contexto de extrema agitação social e desordem pública que o exército decide levar a cabo um novo golpe de Estado, a 18 de setembro de 1988.<sup>48</sup> O objetivo declarado era a reposição da ordem pública e o controlo da grave instabilidade na qual o país tinha mergulhado. De facto, muitas instituições estatais tinham deixado de funcionar e a autoridade do BSPP estava totalmente minada.

Ne Win, que governava oficiosamente<sup>49</sup>, decidiu que o exército devia tomar o controlo do país e dissolver o BSPP. Com o golpe de Estado, o exército conseguiu acabar com os protestos e evitar a anarquia. É importante referir que esta situação anárquica foi, em parte, fomentada pelo regime. De facto o exército, após a sua incapacidade de controlar a desordem popular em agosto, optou por se retirar e deixar a situação deteriorar-se. Para garantir que o caos se instalava libertou muitos criminosos da prisão e encorajou todo o tipo de pilhagens. O movimento democrático não conseguiu continuar a fazer frente ao poderio dos militares, visto que as suas bases de apoio foram obrigadas a aceitar a repressão do regime porque este era a única força capaz de pôr fim à desordem pública e restabelecer a segurança.<sup>50</sup> De acordo com Federico Ferrara, a estratégia do regime para acabar com a dissidência coletiva foi colocar os cidadãos numa situação em que tivessem de escolher entre a ditadura e a anarquia.<sup>51</sup> Face a este dilema essencial o movimento democrático perdeu o ímpeto e foi obrigado a acomodar-se às políticas repressivas implementadas pelo regime. O custo de se manterem nas ruas a lutar pela democracia, tornou-se demasiado elevado para a

---

<sup>48</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, pp.384-391;

<sup>49</sup> A influência de Ne Win continuou a fazer-se sentir após o golpe de Estado que instituiu o SLORC, contudo, desvaneceu-se lentamente ao longo dos anos 1990. Ver: Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.397;

<sup>50</sup> Federico Ferrara, *Why Regimes Create Disorder: Hobbes's Dilemma during a Rangoon Summer*, in *The Journal of Conflict Resolution*, vol.47, nº3, junho 2003, p.303, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3176291>, acedido em 08/02/2012;

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p.310;

maioria dos manifestantes. A diminuição do número de manifestantes e dos seus apoiantes beneficiava o regime, que mais facilmente exercia a repressão sobre um grupo diminuto de rebeldes, na sua maioria estudantes. Nas palavras de Ferrara, o medo substituiu a euforia das manifestações de agosto.<sup>52</sup> Os agentes do aparelho estatal participaram ativamente na criação deste clima de terror com o objetivo de minar o apoio popular ao movimento democrático. Na primeira fase da revolta popular, o regime reprimiu, sem sucesso, as demonstrações de descontentamento. Depois mudou a sua abordagem e resolveu tentar apaziguar a população através de promessas de maior liberdade política. Contudo, estas medidas não foram suficientes para promover a estabilidade social. Deste modo, o regime decide provocar uma situação de insegurança extrema na Birmânia, modificando o contexto no qual os protestantes se moviam, ao suspender uma das principais funções do estado, a manutenção da ordem social. O efeito da desordem criada pelo regime permitiu aos militares fortalecerem a sua autoridade e voltar a ter o controlo do país. A oposição não tinha a os recursos necessários para se opor à campanha de repressão que se seguiu.<sup>53</sup>

Não foi por acaso que a nova junta militar se intitulou Conselho para a Restauração da Lei e da Ordem (SLORC). A restauração da ordem e da lei foi conseguida a um custo muito elevado, que se traduziu na estagnação económica, na violenta repressão e controlo social. De facto, as semanas posteriores ao estabelecimento do SLORC foram das mais violentas da história urbana do país, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e desde o início da guerra civil. Muitas pessoas foram presas e algumas continuaram detidas vários anos. Muitos ativistas políticos, em particular os estudantes, começaram a abandonar as cidades e refugiaram-se nas bases de grupos insurgentes, sobretudo ao longo da fronteira com a Tailândia.<sup>54</sup>

Os manifestantes envolvidos nos acontecimentos de 1988 criaram uma nova situação política. A lição mais importante que os líderes militares retiraram deste período, e que tem servido para justificar a sua permanência no poder, é que o exército era a única instituição capaz de assegurar a ordem e de evitar a desintegração do país.

Na mentalidade dos militares está incutida a ideia, de que as forças armadas birmanesas (*tatmadaw*) estão acima dos interesses partidários, sendo, por isso, uma

---

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, pp.311-312;

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, pp.322-323;

<sup>54</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*,p.388;

instituição apolítica ou suprapolítica, que coloca o interesse nacional acima de quaisquer interesses partidários. Deste modo, os militares viam a política praticada pelos partidos como algo inferior e que tinha de estar subordinada a uma política nacional unitária, representada pelo exército.<sup>55</sup>

A partir deste momento, inicia-se um conflito assimétrico entre a junta militar, que controla o Estado e os seus recursos (incluindo a sua principal instituição: o exército) e as forças políticas da oposição mais frágeis, mas que contam com o apoio das principais potências ocidentais. Por outro lado, os conflitos com os grupos étnicos insurgentes esmorecem. Para ganhar uma posição de força, o SLORC consegue negociar acordos de cessar-fogo. Estes acordos podem definir-se como uma fase de tréguas, na qual não existe a entrega das armas. O impasse a que o conflito com as minorias étnicas tinha chegado, levou o regime a negociar com estes grupos, no sentido de resolvê-lo de uma outra forma. A contrapartida governamental para o cessar-fogo foi a promessa de cooperação no desenvolvimento económico das áreas afetadas pela luta armada.<sup>56</sup>

#### **I. 4. As eleições multipartidárias de 1990**

Ainda antes do golpe militar, de 18 de setembro, no último congresso extraordinário do BSPP, estabeleceu-se a Comissão das Eleições Gerais Multipartidárias e Democráticas, a 12 de setembro. Decidiu-se que a melhor solução para solucionar a crise seria a convocação de eleições gerais. O Presidente, Dr. Maung Maung, reconheceu que o BSPP tinha falhado no governo do país. A partir de setembro de 1988, a paisagem política birmanesa começou a mudar. U Nu, o Primeiro-Ministro eleito em 1960 e deposto pelo golpe de Estado de 1962, regressa à luta política. A 9 de setembro, vem afirmar publicamente que era o legítimo Primeiro-Ministro da Birmânia, à luz da Constituição de 1947, a única que considerava válida e, como tal, iria formar um governo rival do BSPP. Apesar das críticas de que foi alvo, U Nu manteve a sua linha de atuação, reiterou as suas pretensões e ainda disse que tinha o poder para

---

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, p.389;

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, p.390;

dissolver o Parlamento.<sup>57</sup> Contudo, passados trinta anos desde a sua eleição, as suas bases de apoio no início da década de noventa eram quase inexistentes.

A 16 de setembro, Aung San Suu Kyi, Tin U e Aung Gyi, que viriam a fundar a Liga Nacional para a Democracia (NLD), sugerem à Comissão Eleitoral a formação de um governo provisório neutro<sup>58</sup>, antes de se proceder à organização e realização das eleições. Esta sugestão teve a sua razão de ser no facto de os membros da Comissão pertencerem todos ao BSPP. Era necessário garantir que o processo eleitoral fosse justo e não beneficiasse e/ou prejudicasse qualquer partido político. A Comissão não aceitou a formação de um governo interino, no entanto, decidiu que todos os funcionários do Estado, civis e militares, e em particular, os membros da Comissão, não podiam pertencer a qualquer partido. Isto causou a demissão em massa dos membros do BSPP, cujo colapso estava iminente. Era a única forma de assegurar, à oposição e à generalidade da população, que as eleições seriam livres e justas.

Dentro das forças armadas birmanesas (*tatmadaw*) a preocupação em relação ao desenvolvimento da situação política interna agudizava-se. Num primeiro momento, a principal ameaça relacionava-se com a crescente intensidade das manifestações e a falta de autoridade do governo para as conter. Foi necessária a intervenção dos militares, mas esta não bastou para aplacar os manifestantes. A coerção e a violência foram soluções imediatas mas ineficientes na resolução das tensões entre o governo e a população. Este facto serviu para demonstrar que o prestígio do exército junto da população estava no ponto mais baixo de sempre. Num segundo momento, os líderes das *tatmadaw* sentiram-se ameaçados, devido à incerteza quanto ao papel que os militares teriam num novo governo. A promessa da organização das eleições multipartidárias introduziu esta incerteza nas forças armadas e temia-se que o exército pudesse desintegrar-se e com ele a própria Birmânia. Conforme referido anteriormente, o exército era considerada a instituição mais sólida do país e a única capaz de manter a unidade nacional. Por isso, a perspectiva da reintrodução do pluralismo partidário na Birmânia afigurava-se extremamente negativa para os militares. Estes fatores contribuíram para a decisão do exército, sob a liderança de Saw Maung, de instaurar um novo regime militar a 18 de setembro. A causa imediata do golpe pode ter sido a incapacidade do regime do BSPP

---

<sup>57</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.157;

<sup>58</sup> A este respeito Aung San Suu Kyi sublinhou que só seria possível formar um governo neutro se Ne Win fosse enviado para o exílio. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.158;

lidar com a desordem pública e o caos nacional, mas a um nível mais profundo, foi o medo da imprevisibilidade do futuro político do exército e da Birmânia se o poder caísse nas mãos de uma outra organização política.

A 20 de setembro, Saw Maung foi eleito pelo Conselho Militar para ocupar a posição de Primeiro-Ministro. Todos os membros do governo tinham de ser oficiais do exército. Seis dias depois, a nova junta militar intitulou-se Conselho para a Restauração da Lei e da Ordem (SLORC) e divulgou os seus objetivos: restaurar a lei e ordem, garantir a segurança da rede de transportes, assegurar a satisfação das necessidades de alimentação, de vestuário e de abrigo da população em geral e levar a cabo eleições gerais democráticas multipartidárias.<sup>59</sup> O SLORC decide manter a decisão de organizar eleições. À luz dos motivos que levaram os militares a tomarem o poder, pode parecer estranho que tenham reiterado a promessa de convocar eleições. Mas era necessário manter esta promessa para não provocar uma onda de protestos como as que tinham ocorrido nos meses anteriores.<sup>60</sup> Por outro lado, o regime pensava poder controlar o desencadear dos acontecimentos, através da imposição de uma série de constrangimentos e limitações à campanha eleitoral,<sup>61</sup> bem assim como promovendo a proliferação de partidos, no sentido de dividir a votação e garantir uma vitória fácil para o partido apoiado pelas forças armadas.

Após o golpe militar, todas as instituições estatais foram desmanteladas, os funcionários do estado foram coagidos a regressar aos seus postos de trabalho, foi imposto um recolher obrigatório e proibiu-se as reuniões ou ajuntamentos de mais de cinco pessoas. A imposição da lei marcial pressupunha que os soldados tinham ordens para disparar sobre quem não respeitasse as regras estabelecidas pela nova junta militar, em particular, sobre os estudantes. Estes organizaram a Frente Democrática dos Estudantes da Birmânia (ABSDF) para prepararem a resistência armada contra o SLORC. Para fugirem à perseguição do exército, muitos refugiam-se nas áreas fronteiriças (nos acampamentos dos grupos armados étnicos) e na Tailândia.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.160;

<sup>60</sup> David I. Steinberg, *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, Londres, 2010, p.90;

<sup>61</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, pp.164-165;

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p.163;

A promulgação da Lei para o Registo dos Partidos Políticos, a 27 de setembro, inaugurou, formalmente, a corrida à formação de partidos. Note-se que, até ao final de fevereiro de 1989, mais de 233 partidos estavam registados na Comissão Eleitoral.<sup>63</sup> A Birmânia nunca teve tantos partidos como no período entre setembro de 1988 a maio de 1990. Os mais relevantes eram o Partido da Unidade Nacional (NUP), uma reencarnação do BSPP<sup>64</sup>, a Liga para a Democracia e para a Paz (LDP)<sup>65</sup>, encabeçado pelo antigo Primeiro-Ministro U Nu e a Liga Nacional para a Democracia (NLD), fundado por Aung San Suu Kyi, Aung Gyi e Tin U, em setembro de 1988.<sup>66</sup>

Após sucessivos adiamentos, as eleições foram marcadas para 27 de maio de 1990. A justificação oficial do SLORC para protelar a data das eleições consistiu em afirmar que precisava, primeiro, estabelecer um clima de segurança, para que o escrutínio decorresse sem problemas. Na realidade, este hiato deveu-se à tentativa do SLORC de garantir que o NUP sairia vencedor das eleições. Por este motivo, colocou várias restrições à campanha eleitoral dos partidos da oposição e encarcerou os principais líderes do movimento democrático. Aung San Suu Kyi foi condenada a prisão domiciliária alguns meses antes das eleições.<sup>67</sup> O SLORC começou a exercer um controlo cada vez maior sobre a sociedade. Concedeu mais poderes aos comandantes militares, escrutinou a cidadania dos candidatos políticos. Só a partir de março de 1990 removeu a lei marcial. Apesar dos obstáculos, a NLD venceu as eleições com mais de sete milhões e novecentos mil votos, obtendo 392 assentos parlamentares dos 447 disponíveis. Este resultado foi completamente inesperado para os militares. Estavam convictos que o NUP sairia vencedor das eleições.<sup>68</sup>

---

<sup>63</sup> De acordo com Michael Charney nem todos os partidos eram legítimos. Uns eram testas de ferro dos militares e outros pretendiam aproveitar-se dos recursos concedidos aos partidos políticos, nomeadamente, o acesso a comunicações gratuitas e ao combustível (que podiam vender no mercado negro). Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.161;

<sup>64</sup> Este partido foi extinto a 11 de outubro de 1988, sendo que, todos os seus recursos foram transferidos para o NUP, que já tinha sido formado a 25 de setembro. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.166;

<sup>65</sup> Este partido acabaria por perder a sua importância devido à prisão de U Nu e, também pela incapacidade de atrair as gerações mais novas. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.166;

<sup>66</sup> O partido começou por se chamar Frente Unida Nacional para a Democracia, sendo posteriormente alterada a sua designação para o nome atual. As lutas internas pelo poder levaram à saída de Aung Gyi, que formou um novo partido, mas meses depois proclamou ser o presidente da verdadeira NLD, considerando a NLD de que Aung San Suu Kyi e Tin U ilegal. Ver: Michael W. Charney, *op. cit.*, p.166;

<sup>67</sup> Bettina Ling, *Aung San Suu Kyi: Standing Up for Democracy in Burma*, The Feminist Press, Nova Iorque, 1999, p.65;

<sup>68</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.168;

### 1.4.1. Aung San Suu Kyi e a Liga Nacional para a Democracia

Aung San Suu Kyi transformou-se rapidamente no rosto da luta pela democracia na Birmânia.<sup>69</sup> Não conseguindo ficar indiferente face aos acontecimentos de 1988, e à própria situação económica, social e política, em que estava o país, decidiu juntar-se ao emergente movimento pró-democrático, tornando-se assim a porta-voz. É a partir daqui que Suu Kyi começa a sua campanha, apelando sempre à liberdade e à democracia nos numerosos discursos que profere.<sup>70</sup> O facto de ser filha do herói da independência foi um fator de peso para o apoio popular que obteve. Neste sentido, seguindo os passos do seu pai, Aung San, apelou à unidade nacional e considerou que o movimento pela democracia tratava-se, na realidade de uma segunda luta pela independência.<sup>71</sup>

O partido que ajudou a fundar em 1988, a Liga Nacional para a Democracia, tornar-se-ia o mais conhecido e popular partido da oposição à junta militar após vencer as eleições de 1990. O sucesso que o partido alcançou junto da população birmanesa, teve muito que ver com o facto de Aung San Suu Kyi ser filha do General Aung San, fundador do exército birmanês e figura central da independência. Aos olhos do povo birmanês, este facto, por si só, conferia-lhe a legitimidade para participar na política nacional e uma certa autoridade política e moral que faltava ao regime. Aung San Suu Kyi não pretendia personalizar o poder político, mas na realidade tornou-se na força aglutinadora ou unificadora do povo birmanês. O poder político na Birmânia continua, em certa medida, a manifestar-se da forma tradicional, uma vez que, as lealdades

---

<sup>69</sup> Steinberg considera que “as Aung San, her father, has become a mythic image internally in the Burmese struggle for independence, she has become something of a mythic image in the struggle for democracy, at least to the international and expatriate community.” Ver: David I. Steinberg, *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?*, in *International Affairs*, vol.86:1, janeiro 2010, p.190, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acedido em 27/01/2012;

<sup>70</sup> O discurso que inaugurou a participação na vida política birmanesa de Aung San Suu Kyi, realizou-se a 26 de agosto de 1988, em frente a um poderoso símbolo nacional, o Pagode Shwedagon, em Rangoon. Ver: Aung San Suu Kyi, *op.cit.*, pp.192-198;

<sup>71</sup> Aung San Suu Kyi, *op.cit.*, p.193 e Thant Myint-U, *Where China Meets India: Burma the New Crossroad* Londres, 2011, p.21;



personais são mais importantes que as lealdades institucionais.<sup>72</sup> Era essa cultura política que Suu Kyi pretendia modificar.<sup>73</sup>

A Liga Nacional para a Democracia, passou a constituir a principal ameaça ao governo militar. De facto, a veemência da oposição do SLORC às atividades da NLD e os obstáculos que colocaram aos seus membros durante a campanha eleitoral demonstra bem o tamanho da ameaça que este partido já representava, antes de ter vencido as eleições. As campanhas difamatórias<sup>74</sup> lançadas contra Aung San Suu Kyi, ilustram bem como o regime se sentia ameaçado. Tanto que, os principais mentores da NLD, Aung San Suu Kyi e Tin U, foram colocados sob prisão domiciliária a 20 de julho de 1989 e milhares de outros membros da NLD foram encarcerados. O SLORC passou a considerar a líder da NLD uma ameaça para a nação por incitar à intervenção externa nos assuntos birmaneses.<sup>75</sup> O crescente poder de Aung San Suu Kyi e do seu partido, tornou-se muito incómodo para a junta militar que decidiu colocar Suu Kyi sob prisão domiciliária em Rangoon, ao abrigo da lei marcial que havia instalado no país, após o golpe de 18 de setembro. A lei marcial permitia a detenção de qualquer pessoa sem acusação formada nem julgamento, por um período máximo de três anos. Esta era uma forma de impedir a continuidade da campanha da NLD e impedir as viagens de Aung San Suu Kyi.

Apesar destas limitações a NLD ganhou as eleições a 27 de maio de 1990, 82 por cento dos assentos parlamentares. Contudo, o regime nunca reconheceu os resultados das eleições e negou-se a entregar o poder ao partido democraticamente eleito. Mantiveram Aung San Suu Kyi sob prisão domiciliária até 1995. Durante este período foram-lhe atribuídos muitos prémios internacionais, entre eles estão o Prémio Sakharov em 1990 e o Prémio Nobel da Paz em 1991<sup>76</sup>. Em 1995 é libertada pelo

---

<sup>72</sup> David I. Steinberg, *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, Londres, 2010, p.19;

<sup>73</sup> Ver: Joseph Silverstein, *The idea of freedom in Burma and the Political Thought of Daw Aung San Suu Kyi*, pp.187-203 in David Kelly e Anthony Reid, *Asian Freedoms: the idea of freedom in the East and Southeast Asia*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998;

<sup>74</sup> A junta iniciou uma campanha para denegrir a imagem de Suu Kyi. Se por um lado tentava associá-la aos comunistas do BCP, por outro lado, acusava-a de estar ligada a elementos externos de direita. Ver: Michael W. Charney, *op.cit.*, p.167;

<sup>75</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, p.167;

<sup>76</sup> A atribuição deste prémio a Aung San Suu Kyi foi de extrema importância para o movimento democrático, porque veio dar visibilidade internacional à luta do povo birmanês pela liberdade política.

SLORC. O regime dá-lhe permissão para sair do país, para se reunir à sua família em Inglaterra, mas Suu Kyi recusa-se a abandonar o seu país, porque se o fizesse sabia que não mais seria autorizada a regressar, iria ser submetida ao exílio forçado. Entretanto, começa a reunir-se outra vez com os membros do seu partido e reassume as suas funções de Secretária Geral da NLD. Apesar da proibição de viajar que o SLORC lhe impôs, Suu Kyi não respeita estas restrições. Durante dois anos, Aung Suu Kyi testou o alcance da sua liberdade, concedendo entrevistas, criticando abertamente o governo, viajando pelas províncias e multiplicando reuniões públicas em frente de sua casa com simpatizantes do seu partido. Por este motivo a junta militar voltou a colocá-la sob prisão domiciliária em setembro de 2000, sendo libertada mais uma vez, passados dezanove meses, devido sobretudo às pressões internacionais. De facto, devido à segunda detenção de Aung San Suu Kyi, a sociedade internacional decide mandar para a Birmânia, como enviado especial da ONU, Razali Ismail. Este seria intermediário nas conversações de Suu Kyi com a junta militar. E é também durante este período que Bill Clinton, presidente dos EUA à data, confere um prémio de Honra Civil da América à líder da NLD, tendo este sido recebido pelo seu filho mais velho em seu nome como aconteceu das outras vezes que foi premiada.

Um ano após a sua libertação foi intercetada pela milícia do governo durante uma viagem que fazia ao Norte da União. Suu Kyi e os seus apoiantes foram atacados na cidade de Depayin. Mais de setenta pessoas morreram e cem foram aprisionadas, incluindo Aung San Suu Kyi, que permaneceu secretamente detida por mais de três meses. O enviado especial da ONU, Razali, regressou à Birmânia, em 2004 e teve a sua última reunião com Suu Kyi. Entretanto, permanece sob prisão domiciliária em Rangun em regime de incomunicabilidade<sup>77</sup>, ou seja, não pode receber visitas, a linha do seu telefone foi cortada e os voluntários da LND que garantiam a segurança no perímetro da sua casa foram retirados.

---

Ao tornar-se internacionalmente reconhecida, chamou a atenção de diversos atores políticos para a situação da Birmânia. Foi, durante bastante tempo, a única detentora do prémio Nobel a estar detida, até à atribuição do prémio Nobel da Paz ao dissidente chinês Liu Xiaobo, em 2010. Ver: Amnistia Internacional Relatório Anual 2011, disponível em: [http://www.amnistia-internacional.pt/files/relatorioanual/Relatorioanual2011/RA2011\\_PanoramaAsiaPacifico.pdf](http://www.amnistia-internacional.pt/files/relatorioanual/Relatorioanual2011/RA2011_PanoramaAsiaPacifico.pdf);

<sup>77</sup> De acordo com a AI, em regime de incomunicabilidade, é negado ao detido o direito de ter acesso a pessoas fora do local de detenção, como advogados, médicos, família ou amigos, que o possam ajudar, descobrir o que lhe aconteceu e protegê-lo de violações dos seus direitos ou dar publicidade a essas violações. Ver: Manual da Amnistia Internacional, Amnesty International Publications, maio de 2002;

A 20 de maio de 2006, Ibrahim Gambari, Subsecretário Geral para os Assuntos Políticos das Nações Unidas, encontrou-se com Aung San Suu Kyi, a primeira visita oficial desde 2004. Uma semana depois dessa visita, a junta militar prolongou a prisão domiciliária de Suu Kyi por mais um ano. Esta terceira detenção prolongou-se até novembro 2010. A libertação da líder do movimento democrático birmanês foi libertada logo após as eleições de 7 de novembro. Deste modo, os militares, evitaram a interferência de Suu Kyi nas eleições e garantiram a vitória dos partidos que apoiavam.

Aung San Suu Kyi fez sempre a apologia da não-violência<sup>78</sup> e do diálogo para solucionar as divergências políticas e os problemas internos da Birmânia. Colocou a ênfase no valor da educação para a compreensão e aplicação dos direitos humanos, porque “*the struggle for democracy and human rights in Burma is a struggle for life and dignity*”.<sup>79</sup> Porém, tendo consciência que o diálogo não chegava para lidar com um governo como o SLORC/SPDC, advogou o uso das sanções económicas, à semelhança do que aconteceu com a África do Sul durante o regime do apartheid. A líder da NLD tinha esperança de se vir a atingir um desfecho similar, ou seja, a destituição de um regime opressor e a implementação de um Estado democrático. Todavia, a prossecução deste objetivo, estava muito dependente da atitude da sociedade internacional, como um todo, para com o regime militar. À reação sancionatória do Ocidente contrapôs-se a cooperação e o envolvimento de grande parte dos países asiáticos. Estas duas abordagens internacionais do problema birmanês, provocaram um impasse e permitiram aos militares manterem-se à frente do governo do país.

#### **1.4.2. A perpetuação do governo militar**

No período subsequente às eleições de maio de 1990, a junta militar desenvolveu uma agenda política para se manter no poder como a autoridade suprema do país. Os resultados das eleições de 1990 foram imprevisíveis para o regime militar. Pouco depois do escrutínio, a junta reiterou a declaração que o partido eleito não poderia formar um

---

<sup>78</sup> Há aqui um claro paralelismo com o conceito de não-violência (*ahimsa*) de Mahatma Gandhi. De facto, Suu Kyi também teve contacto com o pensamento de Gandhi quando estudou na Índia. Ver: Aung San Suu Kyi, *op.cit*, p.281;

<sup>79</sup> Bettina Ling, *op.cit*, p.101;

novo governo até à elaboração de uma nova constituição,<sup>80</sup> que devia ser elaborada por uma Convenção Nacional, convocada e dirigida pelos militares.

Este período que se seguiu às eleições de 1990, é designado por Michael Charney como o adiamento perpétuo<sup>81</sup>, uma vez que os militares, apesar da promessa de transferir o poder para os legítimos vencedores das eleições não o fizeram. E sem um plano traçado para governar o país, os generais mantiveram-se no poder indefinidamente apoiando-se na força do exército para calar os opositores e oprimir a população.

Os militares que passaram a governar a Birmânia mantinham-se sob a influência de Ne Win. As políticas de procrastinação já tinham antecedentes históricos visto que após golpe militar de 1962, só em 1974 foi aprovada uma nova Constituição e implementado o sistema político civil que havia sido definido na altura do golpe. A principal diferença entre o período do Conselho Revolucionário e o período pós-eleitoral de 1990 era o fator ideológico.<sup>82</sup> O período pós-eleitoral apresentava um vazio em termos de ideologia política. Se o Conselho Revolucionário invocou o socialismo para orientar o governo da Birmânia, o SLORC não invocou qualquer linha ideológica. E as famílias dos militares no poder aproveitaram-se abertamente dos recursos naturais do país para enriquecerem, enquanto a maioria da população continuava a empobrecer. Este regime militar permitiu a disseminação da corrupção, que se tornou endémica.<sup>83</sup>

As intenções do SLORC de se manter no poder tornaram-se evidentes ainda antes das eleições, quando a junta decidiu promulgar a Lei da Substituição dos Termos a 19 de outubro de 1988. A denominação do país passou de “República Socialista da União da Birmânia” para “União da Birmânia”, entre outras mudanças de designação. A 26 de maio de 1989, alterou a designação do país para “União de Myanmar”. A justificação para a mudança foi a falta de representatividade do nome Birmânia, que remetia para a maioria étnica do país, deixando de fora as minorias. O novo nome era mais inclusivo. A 18 de junho foi promulgada a Lei da Adaptação das Expressões, que

---

<sup>80</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, p.91;

<sup>81</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, pp.170-200;

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p.170;

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, p.171;

mudava os nomes ingleses usados para designar povos e localidades de forma a adaptarem-se à pronúncia birmanesa. Até o hino nacional mudou de “Bamar” para “Myanma”. A Notificação nº 5/89 (Nomes do Governo da União de Myanmar de Acordo com a Pronúncia de Myanmar) expandiu a indigenização dos nomes. Esta mudança é ilustrativa da hostilidade à interferência externa e à democracia, que, do ponto de vista da junta militar eram indissociáveis.<sup>84</sup>

Saw Maung começa o seu trabalho na *des-democratização* do país. O SLORC proibiu indefinidamente o agrupamento de cinco ou mais pessoas e afirmou que não iria tolerar manifestações semelhantes às de 1988. Nos finais de junho, Saw Maung afirma que, antes de transferir o poder, tem de ser redigida uma nova Constituição. Khin Nyunt reafirma esta decisão e acrescenta que as Constituições anteriores (1947 e 1974) já não são adequadas às circunstâncias da Birmânia. Esta decisão pretendia adiar a transferência de poder para a NLD. A redação da nova constituição seria, obviamente, supervisionada pelo SLORC que estabeleceria os princípios orientadores para a sua elaboração.<sup>85</sup>

Em março de 1992, Saw Maung é substituído por Than Shwe, um general conservador, na pasta da defesa e como líder do exército. Em abril, torna-se Presidente do SLORC e primeiro-ministro.<sup>86</sup> Reorganiza e reestrutura o Estado. Inicia a reeducação dos professores e implementa o ensino à distância na tentativa de diminuir potenciais manifestações estudantis. Than Shwe tenta melhorar a imagem internacional da Birmânia ao libertar um quarto dos prisioneiros políticos, entre os quais U Nu e muitos membros da NLD.

O General Than Shwe, anunciou o regresso da Birmânia ao Movimento dos Não-Alinhados, em setembro de 1992, e assinou quatro artigos da Convenção de Genebra (1949) relativos ao tratamento de civis.<sup>87</sup> Em novembro de 1997, o SLORC sofre uma transformação e reemerge como o Conselho de Estado para a Paz e para o Desenvolvimento (SPDC), permanecendo com a mesma liderança (não obstante a purga levada a cabo por Than Shwe). Esta alteração da designação da junta militar está

---

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, pp. 171-173;

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, p.174;

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, p.177;

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, p.178;

relacionada com a adesão do SLORC à ASEAN nesse mesmo ano, e da necessidade de obter legitimidade internacional. Charney<sup>88</sup> considera que com o SPDC se inicia uma segunda fase da junta militar e que existem diferenças fundamentais entre o SLORC e o SPDC. Os quatro generais na cúpula do SPDC eram Than Shwe, Maung Aye, Khin Nyunt e Tin Oo (este último morreu e não foi substituído e Khin Nyunt acabaria por ser alvo de uma purga em 2004, por suspeitas de corrupção). Foi Khin Nyunt que estabeleceu o *Roadmap to Democracy*, um plano em sete fases, que passava pela reconvocação da Convenção Nacional (suspensa desde 1996), a redação de uma nova Constituição e a organização de eleições nacionais livres.<sup>89</sup> Soe Win substituiu Khin Nyunt em 2004, mas decide prosseguir com o *Roadmap to Democracy* do seu antecessor.

O exército, após as graves convulsões sociais de 1988, conseguiu manter o seu domínio político na sociedade birmanesa, no entanto, existem diferenças significativas entre a dominação militar pós-1962 e a dominação militar pós-1988. Steinberg<sup>90</sup> salienta as diferenças entre o período socialista e o que emergiu depois de 18 setembro de 1988. Os militares, em 1962, instalaram governo de cariz civil através do BSPP e da Constituição de 1974. Após 1988, o poder manteve-se nas mãos dos militares, mas estes decidiram alterar a forma de governar, uma vez que, o anterior regime falhou económica e politicamente. O SLORC decidiu governar por decreto para evitar a fragmentação do União. O Conselho era composto por dezanove oficiais militares, dos quais se destacam cinco membros: Saw Maung (Presidente), Than Shwe, Khin Nyunt e Maung Aye. Os restantes eram comandantes regionais. Em 1992, Than Shwe substituiu Saw Maung, com o aval de Ne Win, que continuava a exercer a sua influência, embora oficialmente retirado da política. Em 1997, o SLORC altera a sua designação para Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC)<sup>91</sup>, numa tentativa de melhorarem a imagem internacional do regime. A política do isolacionismo já não fazia parte dos princípios dos militares. Os militares estavam bem conscientes da necessidade de promoverem o desenvolvimento económico do país, para evitarem revoltas do teor da 1988. Deste modo, as medidas económicas instauradas pelo SLORC, foram no

---

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, p.179;

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, p.181;

<sup>90</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, pp.81-147;

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, pp.82-83;

sentido de atrair investidores estrangeiros para o país e fomentar o setor privado, protegendo-os das nacionalizações. Abandonou as políticas socialistas e tentou reduzir as empresas económicas estatais.<sup>92</sup> Os novos oficiais são instruídos nas escolas militares do regime com o objetivo de defenderem os princípios das forças armadas, nomeadamente, a perpetuação da soberania nacional e da união nacional sob a liderança do exército e já não são instruídos para implementarem um sistema socialista.

À semelhança do regime de Ne Win, o SLORC/SPDC resolveu encontrar um meio de transferir o poder para um governo civil, ao mesmo tempo que rejeitava os resultados eleitorais de 1990. Fundou, portanto, a Associação da União para a Solidariedade e o Desenvolvimento (USDA) em 1993. É um instrumento do regime com propósitos políticos embora não seja um partido político mas sim uma organização social não governamental. É uma forma de gerar apoio popular para o regime através da organização de grandes manifestações e de outros projetos. A USDA também é usada pelo regime para atacar a oposição. A USDA esteve na base da fundação do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento, que viria a vencer as eleições de novembro de 2010, como veremos mais adiante. Ainda antes do estabelecimento deste partido, já Steinberg<sup>93</sup> considerava provável que este fosse substituir a junta militar quando esta abdicasse do poder, após a implementação da nova constituição. Esta transição tem algumas semelhanças com o modo como se procedeu à transição do governo militar do Conselho Revolucionário para o governo civil do BSPP.

Outra estratégia, completamente imprevisível, tanto para os cidadãos birmaneses como para a sociedade internacional foi a mudança da capital do país, em 2005, para Naypyidaw<sup>94</sup>, a 600 km a norte de Rangoon, numa zona mais central da Birmânia. Esta mudança foi totalmente inesperada e a sua localização nunca foi revelada até à hora do aviso com pouquíssima antecedência, que a junta enviou aos funcionários do aparelho governativo, para se mudarem para Naypyidaw.

---

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, p.86;

<sup>93</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, pp.190-191;

<sup>94</sup> Inicialmente, até houve uma certa confusão acerca da verdadeira localização desta nova capital e do seu nome, visto que Naypyidaw em birmanês significa a cidade capital. Julgava-se que era Pyinmana (em birmanês significa cidade real). Só mais tarde, se soube exatamente onde ficava Naypyidaw e que Pyinmana tinha sido usada como base de apoio para a construção, de raiz, de uma cidade que albergasse os edifícios do poder central do Estado.

Existem vários motivos possíveis para a deslocalização da capital. Primeiro, a questão da segurança interna. O afastamento das instituições estatais do maior centro populacional, permitia salvaguardar o regime dos perigos de manifestações, como as que se verificaram em 1988. Segundo, a questão da segurança internacional. Rangoon, estando perto da costa, era mais vulnerável a uma invasão anfíbia, caso as potências externas decidissem intervir. Esta mudança também denota a centralização da autoridade do regime sobre o país, numa altura em que a Convenção Nacional estava a terminar de redigir a nova constituição. A Convenção, que concluiu o seu trabalho em 2007, delineou um conjunto de princípios orientadores para a formulação da nova constituição. Estes princípios estavam dispostos de modo a garantir a dominação dos militares em qualquer novo governo e estabeleciam certos limites que impediam Aung San Suu Kyi de concorrer a certos cargos políticos. A Constituição foi elaborada sem a oposição democrática e foi a votos em maio de 2008, num referendo orquestrado e manipulado pelo regime.<sup>95</sup> A disparidade da riqueza entre a população geral e as famílias militares é cada vez maior. Por isso, quando o governo decidiu, de um dia para o outro, aumentar o preço dos combustíveis, em agosto de 2007, tornou-se incomportável para muitas famílias deslocarem-se para o trabalho. Os protestos não demoraram a irromper. Mas desta vez, foram os monges budistas que estiveram no centro das manifestações, às quais acabaram por se juntar muitos opositores do regime, em particular o Grupo da Geração de Estudantes de 88. Os monges, solidários com as dificuldades do povo birmanês, organizaram grandes manifestações em setembro, por todo o país, que ficaram conhecidas como a Revolução de Açafrão.

A junta militar reprimiu violentamente os protestos pacíficos dos monges budistas e empreendeu uma perseguição sem precedentes, sendo responsável pelo desaparecimento e morte de inúmeros monges. As Nações Unidas forçaram o governo birmanês a aceitar duas visitas de um enviado especial, Ibrahim Gambari, para avaliar a situação. Gambari pressionou o governo a iniciar conversações com Aung San Suu Kyi. Atualmente, a ordem monástica birmanesa está sob a vigilância apertada dos militares e o Supremo Conselho dos Monges foi dissolvido pelo General Than Shwe. Muitos

---

<sup>95</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, pp.192-195;



monges foram expulsos de Rangoon e enviados para as suas aldeias para evitar outra mobilização desta força política.<sup>96</sup>

## **I. 5. A questão das minorias étnicas**

As regiões fronteiriças da Alta Birmânia, nunca fizeram parte dos tradicionais reinos birmaneses. Aliás, até à colonização Britânica as áreas montanhosas que separavam a Índia da China não eram controladas por nenhum poder estatal.<sup>97</sup> Apesar de a junta militar afirmar que a divisão foi fomentada pelos britânicos, os conflitos não resultam apenas da herança colonial mas também do expansionismo e imperialismo interno birmanês.<sup>98</sup> O relacionamento dos reis birmaneses com os estados vizinhos era conflituoso. As conquistas e guerras eram a norma, tanto com os chineses<sup>99</sup> como com os tailandeses (considerados os principais rivais da Birmânia)<sup>100</sup>, sobretudo nas regiões que são hoje as fronteiras entre estes Estados. Durante a Segunda Guerra Mundial, as políticas da terra queimada<sup>101</sup>, aplicadas pelos aliados e pelos japoneses, também acentuaram as tensões entre as minorias e os birmaneses. A guerra, de facto, favoreceu o etnonacionalismo.<sup>102</sup> O facto de as minorias terem sempre permanecido ao lado dos Britânicos e terem lutado contra o exército japonês e birmanês durante o período da Administração Militar Japonesa, favoreceu o reforço da identidade nacional dos grupos étnicos e a sua animosidade contra os birmaneses, que foram considerados por alguns grupos étnicos como inimigos.

Antes da concessão da independência, os birmaneses representados pelo General Aung San, fomentaram um clima de cooperação entre os diversos grupos étnicos da

---

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*, pp.196-199;

<sup>97</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.38;

<sup>98</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.20;

<sup>99</sup> Os reis birmaneses pagavam o tributo a Pequim devido ao sistema de múltiplas soberanias (*mandala*), uma vez que estavam na esfera de influência sino-cêntrica. Ver: David I. Steinberg, *op.cit.*, p.21;

<sup>100</sup> A destruição da capital tailandesa, Ayutthaya, em 1767, pelos birmaneses ilustra a agressividade destes em relação à Tailândia, na época pré-colonial.

<sup>101</sup> Segundo Steinberg, só trinta anos depois da Segunda Guerra Mundial é que o rendimento per capita atingiu níveis anteriores à guerra. Ver: David I. Steinberg, *op.cit.*, p.36;

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p.37;

Birmânia. Aung San tentou fazer com que os diversos grupos étnicos aceitassem fazer parte da futura União da Birmânia. Deste modo, conseguiu que as etnias Shan, Chin e Kachin assinassem o Acordo de Panglong<sup>103</sup> a 12 de fevereiro de 1947, no qual aceitaram juntar-se à União. O grupo étnico Karen esteve presente como observador mas não concordou com os termos do Acordo. Pouco tempo depois, iniciaram o conflito armado pela independência. A Constituição de 1947, veio conceder à minoria Shan o direito de secessão da União após dez anos da entrada em vigor da Constituição. Este direito nunca foi exercido, porque em 1958 o exército formou um governo de salvação nacional. Em 1960, quando U Nu se torna Primeiro-Ministro, começam as negociações com as minorias sobre a implementação de um sistema político federal, que concedesse um maior grau de autonomia às minorias. No entanto, este processo é interrompido em 1962, quando o exército volta a controlar a Birmânia. Tendo em conta os objetivos da *tatmadaw*, os militares jamais permitiriam o estabelecimento de uma federação que, segundo a sua visão, iria retirar poder ao Estado central, o que podia ser o início da desagregação do país.

É neste contexto que os militares iniciaram a sua política dos três A em relação às minorias étnicas. Estes três A correspondem a Assimilação, Absorção e Aniquilação. Esta política foi levada a cabo pelo regime militar contra as nacionalidades étnicas do país, desde 1962. O objetivo dos militares era construir um Estado-Nação. Ainda hoje continua a ser esse um dos objetivos não declarados do SLORC/SPDC. Para levar a bom termo este seu *nation-building program*<sup>104</sup>, os militares não hesitaram em recorrer a todos os meios para eliminar a oposição dos grupos étnicos. Muitas vezes, instrumentalizaram a questão das insurgências, para justificarem a ocupação militar do território dos estados étnicos e para fazer desaparecer a cultura destes povos, porque consideram a raça birmanesa superior. Este xenofobismo extremo tem estado na origem da campanha de limpeza étnica que os generais têm vindo a promover, desde do início da guerra civil.

---

<sup>103</sup> Ver: *The Panglong Agreement* 12 de fevereiro de 1947, disponível em: <http://www.blc-burma.org/index.php?q=th/node/136>, acedido a 18/11/2011 e David I. Steinberg, *op.cit.*, p.41;

<sup>104</sup> International Crisis Group, *Myanmar: Sanctions, Engagement or Another Way Forward?*, ICG Asia Report nº78, 26 de abril de 2004, p.5, disponível em: [http://www.crisisweb.org/library/documents/asia/burma\\_myanmar\\_sanctions\\_engagement\\_or\\_another\\_way\\_forward\\_web.pdf](http://www.crisisweb.org/library/documents/asia/burma_myanmar_sanctions_engagement_or_another_way_forward_web.pdf), acedido em 28/01/2012;

A política do regime militar face aos grupos étnicos insurgentes modificou-se, após o golpe de Estado de 1988.<sup>105</sup> Após quarenta anos de conflito armado, os militares birmaneses decidiram começar a negociar acordos de cessar-fogo, em separado, com os diferentes grupos de insurgentes das minorias étnicas. A junta militar alegou que estes acordos iam no sentido de corrigir os erros do passado, construir a paz e reconstruir o país. Os Acordos previam a concessão de uma semiautonomia aos grupos insurgentes ou o estabelecimento de negócios legítimos a nível nacional. O SLORC estabeleceu novas relações políticas com estes grupos étnicos, uma vez que as décadas de conflito, e a *Four Cuts Policy*<sup>106</sup> aplicada pelas tatmadaw, apenas contribuíram para a devastação e empobrecimento das populações e regiões que se viram encurraladas pela guerra civil, e não para o enfraquecimento dos grupos rebeldes. Estes retiravam os seus recursos do tráfico do ópio. A incapacidade de qualquer grupo de reclamar o domínio regional e a necessidade de promover a acomodação entre os insurgentes e o regime, para se proceder ao desenvolvimento económico das regiões mais remotas da Birmânia, foram alguns dos motivos que estiveram na base destes acordos.<sup>107</sup> Os resultados destes acordos foram favoráveis para o Estado, visto que as áreas de conflito armado foram reduzidas e o Estado birmanês aumentou o seu controlo sobre o território. Além disso, a maioria dos antigos insurgentes, participou na convenção nacional de 2004, e aceitaram os princípios na nova Constituição.<sup>108</sup>

O SLORC/SPDC procurou estabelecer acordos de cessar-fogo em troca da exploração económica das áreas onde estes grupos tinham as suas bases. A Organização Independente dos Kachin (KIO) foi o primeiro grupo a aceitar o acordo, em 1993. A maioria dos outros grupos aceitou o cessar-fogo em 1995. A União Nacional Karen (KNU) rejeitou. Mas entretanto deixou de representar uma ameaça para o exército birmanês, porque houve uma cisão dentro da organização (entre os soldados Karen budistas e a liderança cristã da organização) em 1995. O SLORC negociou inclusive com Khun Sa, líder do Mong Thai Army (MTA) e de uma das maiores redes de tráfico

---

<sup>105</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, pp.433-445;

<sup>106</sup> A política dos Quatro Cortes consistia em bloquear o acesso dos insurgentes aos víveres, ao armamento, aos recrutas e às informações. Esta política resultou com o BCP e com a KNU no delta do Irrawaddy, mas não resultou nas áreas fronteiriças, porque os grupos armados obtinham os recursos necessários na China e na Tailândia. Ver: Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.434;

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, p.434;

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, pp.444-445;

de heroína este aceitou o acordo em 1996. No início dos acordos, os rebeldes podiam manter as armas até à entrada em vigor da nova constituição. Contudo, após a purga de Khin Nyunt, os generais Than Shwe e Maung Aye, menos moderados, decidiram que as armas tinham de ser entregues antes de se dar início ao processo constitucional. Este facto, levou os Karenni a quebrarem o acordo e a retomarem a luta armada. E mais grupos poderão seguir-lhes o exemplo.<sup>109</sup>

Os líderes dos principais grupos das minorias étnicas e do movimento democrático birmanês tentaram promover a união entre si. Já em 1976, a União Nacional Karen (KNU), juntamente com outros grupos étnicos, tinha fundado a Frente Democrática Nacional (NDF) na sede da KNU em Manerplaw. Os objetivos da NDF eram: a democracia, a igualdade, o progresso social e a autodeterminação. Na sequência dos acontecimentos de 1988, muitos birmaneses, sobretudo estudantes e ativistas políticos refugiaram-se nas áreas dos outros grupos étnicos, na sua maioria instalaram-se na zona da resistência Karen. Em novembro desse ano, a União Nacional Karen (KNU) e a NDF decidem cofundar a Aliança Democrática da Birmânia (DAB) que integrava vinte e duas organizações, birmanesas e não birmanesas, cuja sede era também em Manerplaw. Em 1990, quando a junta militar recusou-se a transferir o poder para a NLD, muitos candidatos eleitos e outros membros do partido, procuraram refúgio na zona libertada da KNU. Mais uma vez, foi sob a égide da União Nacional Karen que se formou o Governo de Coligação Nacional da União da Birmânia (NCGUB), o governo no exílio composto exclusivamente de deputados eleitos em 1990. Dois anos mais tarde, é formado o Conselho Nacional da União da Birmânia (NCUB) com o objetivo de integrar e obter o apoio das organizações políticas não birmanesas que estavam filiadas na NDF. O NCUB agrupava, portanto, a NDF, a DAB, e a NLD-LA (Área Libertada). A Sede da KNU nesta altura agrupava todas estas organizações. Em 1996 a KNU encontrou-se com o regime militar birmanês por quatro vezes, contudo, não foram alcançados quaisquer progressos nessas conversações, porque o regime pretendia a rendição e submissão da resistência Karen e em troca oferecia determinadas oportunidades de negócio (como já havia feito com outros grupos que assinaram acordos de cessar-fogo), ou seja, não chegou sequer a abordar os problemas políticos

---

<sup>109</sup> Michael W. Charney, *op.cit.*, pp.188-190;

subjacentes a essas reuniões. E, apesar da vontade da KNU de prosseguir com as conversações o SPDC decidiu levar a cabo, em fevereiro de 1997, cinco ataques armados contra a resistência Karen, o que minou qualquer possibilidade de se chegar a um acordo. Mas, ainda antes desses ataques, no mês de janeiro, quase todas as organizações das nacionalidades étnicas não birmanesas, reunidas no Seminário das Nacionalidades Étnicas, que teve lugar na *Área Libertada* da KNU, chegaram ao Acordo de Mae Tha Raw Hta<sup>110</sup>, que estipulou os objetivos políticos das minoria étnicas, nomeadamente, o fim da ditadura militar, a instauração de um regime democrático, a concessão de um estatuto de igualdade para cada nacionalidade étnica e o estabelecimento de uma união federal. Em agosto de 2001, teve lugar outro seminário, onde estiveram representadas as principais organizações étnicas, mais uma vez na Área Libertada da KNU, onde se criou o Comité de Cooperação e Solidariedade das Nacionalidades Étnicas (ENSCC), o que veio reforçar a unidade étnica e promover a reconciliação nacional. Este Comité formulou o que ficou conhecido como *A Nova Iniciativa Panglong*.<sup>111</sup> O objetivo desta declaração de princípios era promover o fim da guerra civil e a reconstrução da União da Birmânia. De facto, os objetivos declarados deste Comité são, a restauração da democracia, o direito à igualdade dentro da União e a consequente descentralização do poder político. Pretendem alcançar a reconciliação nacional dentro do espírito do Acordo de Panglong de 1947. Este Comité concluiu que a causa dos conflitos não foi resolvida com os acordos de cessar-fogo. Estes são uma solução temporária, que pode ser revogada a qualquer momento. De facto, não houve lugar a negociações políticas, entre os exércitos étnicos e o exército birmanês, desde que o regime começou a celebrar estes acordos em 1989. Os membros deste Comité, consideram que é necessária uma solução política que envolva todas as nacionalidades étnicas não-birmanesas, a oposição democrática e a junta militar, ou seja, um diálogo tripartido. Afirmam que deve caber a Aung San Suu Kyi, devido ao mandato obtido com as eleições de 1990, o papel de convocar o SPDC e os diferentes grupos étnicos para formar um governo de transição para a democracia. A nível externo as minorias tem um *lobby* unto da sociedade internacional para esta exercer maior pressão sobre o

---

<sup>110</sup> Ethnic Nationalities Seminar, *Mae Tha Raw Hta Agreement*, janeiro de 1997, disponível em: <http://www.blc-burma.org/index.php?q=th/node/137>, acedido em 18/11/2011;

<sup>111</sup> ENSCC Policy Paper, *The New Panglong Initiative: Rebuilding the Union of Burma*, 2002, disponível em: <http://www.burmalibrary.org/docs09/Series07-enscc.pdf>, acedido em 18/11/2011;

regime militar, tanto para a democratização como para a inclusão de todas as nacionalidades étnicas do país no processo de negociação entre o SPDC e a NLD, ou seja, o Diálogo Tripartido.<sup>112</sup>

A questão do conflito civil com as minorias é um problema que existe desde a independência da Birmânia e para a qual ainda não houve uma solução viável e duradoura. Isto porque, o exército birmanês considera que estes territórios são uma parte indissociável da Birmânia e conceder-lhes um maior grau de autonomia significaria diminuir o controlo do poder central sobre estas regiões. Para a junta militar este seria um primeiro passo para a desunião e desintegração da Birmânia. Para os líderes militares a solução do federalismo é totalmente rejeitada e essa é uma das razões da guerra civil.

### **1.5.1. A religião como instrumento político**

A cultura birmanesa está inextrincavelmente ligada ao Budismo Theravada.<sup>113</sup> De facto, conforme já mencionámos, as primeiras manifestações do nacionalismo birmanês foram expressas em termos religiosos. A maioria da população da Birmânia, cerca de oitenta e cinco por cento, é budista.<sup>114</sup> A religião foi sempre um fator central na diferenciação entre os birmaneses e os seus colonizadores. Em 1960, o Primeiro-Ministro U Nu, decidiu reconhecer a importância da religião budista para os birmaneses ao elevá-la à categoria de religião do Estado. Após o golpe militar de 1962, os militares revogaram este estatuto, mantendo-se fiéis ao princípio da laicidade do Estado. No entanto, a junta militar reconheceu o poder da religião e da comunidade dos monges budistas (*sangha*) na sociedade birmanesa. Desde então, tenta obter o apoio dos monges

---

<sup>112</sup> O conceito de *Diálogo Tripartido* surgiu pela primeira vez na resolução nº197 de 1994 da Assembleia Geral da ONU. Ver: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/771/79/PDF/N9577179.pdf>, acedido em 19/01/2012;

<sup>113</sup> Aung San Suu Kyi, *op.cit.*, pp.141-142. O Budismo Theravada predomina na Birmânia, na Tailândia, no Laos, no Camboja e no Sri Lanka. Ao contrário da escola Mahayana (Grande Veículo) que considera que a iluminação é uma responsabilidade coletiva, a escola Theravada (dos Anciãos) considera que é da responsabilidade individual. Ver: Damien Keown, *O Budismo*, Temas e Debates, Lisboa, 1996, pp.73-84;

<sup>114</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.10;

e da população birmanesa ao patrocinar a restauração e construção de novos pagodes ou *stupas*, por todo o país. Estes atos do regime militar visam a obtenção da legitimidade governativa, dado que, na era pré-colonial, era a função dos monarcas birmaneses serem os patronos da fé budista. As relações entre o rei e a *sangha* eram muito próximas, visto que os monges agiam como conselheiros dos reis.<sup>115</sup> Atualmente, a junta militar tem usado a religião como um instrumento de assimilação das diferentes nacionalidades étnicas e também para desunir os grupos rebeldes. O objetivo de construir um Estado-Nação, faz com que o regime utilize a religião para fomentar os confrontos entre as nacionalidades étnicas do país e mesmo entre os próprios grupos étnicos. O caso da etnia Karen é paradigmático. Embora noventa e cinco por cento da população seja cristã, existe uma minoria de budistas entre os, os quais foram usados pelo SLORC/SPDC para se insurgirem contra os cristãos e unirem-se às *tatmadaw*. Existe um *nacionalismo xenófobo*<sup>116</sup> que continua a manifestar-se na própria Constituição de 2008. A Constituição considera que a religião budista tem um estatuto privilegiado, visto ser a religião da maioria da população. Além disso, se por um lado é instituído o princípio da liberdade religiosa, por outro lado, o regime decidiu impor um limite a essa liberdade, uma vez que, a faz depender de fatores políticos.<sup>117</sup> Este preceito constitucional serve os interesses do regime, visto que, permite ao governo birmanês garantir a supremacia da religião budista. O regime militar tem explorado a questão da diferença de religião dentro das minorias étnicas, com o objetivo de incrementar o ódio intraétnico e fazer com que os movimentos de insurreição se desunam e desta forma o poder do exército birmanês aumente. É neste contexto que se insere o, já mencionado programa do *nation-building* do governo militar birmanês.

---

<sup>115</sup> Damien Keown, *op.cit*, p.87;

<sup>116</sup> Maung Zarni, *Falemos com a Junta birmanesa* in *Courrier Internacional*, edição portuguesa, 22 de setembro de 2006, p 7;

<sup>117</sup> De facto, os militares decidiram conceder uma posição de superioridade à religião budista face às outras religiões professadas na Birmânia. A Constituição garante a liberdade religiosa, mas apenas se a prática da religião não causar conflitos políticos. Neste sentido, manifestam o seu etnocentrismo e xenofobismo. Ver: Robert H. Taylor, *op.cit*, p.496;

## I. 6. A Constituição de 2008

O processo que iria dar origem à Constituição de 2008 iniciou-se a 2 de outubro de 1992, quando foi criada a Convenção Nacional, que reuniu pela primeira vez em janeiro de 1993. Por esta altura, o SLORC já tinha erradicado do processo constitucional a maior parte dos delegados da NLD.<sup>118</sup> A NLD retirou-se por completo da Convenção, pouco tempo depois da libertação de Aung San Suu Kyi. A líder da NLD, de facto, lançou duras críticas ao funcionamento da Convenção, que considerava não respeitar os princípios democráticos, pelos quais a NLD tinha vindo a lutar desde a sua fundação.

A elaboração da Constituição, que iria a ser aprovada em 2008, foi, portanto, o culminar de um processo que durou dezasseis anos, com um hiato de oito anos. A criação da primeira Convenção Nacional, cujos trabalhos foram interrompidos em 1996, obedeceu ao programa da junta de delinear os princípios orientadores da Lei Fundamental do Estado birmanês que permitisse a continuação da supremacia do exército na política nacional.

A Convenção só voltaria a reunir em 2004. As cinco sessões de trabalhos que se seguiram produziram o projeto de Constituição, finalizado em 2007.<sup>119</sup>

O referendo ao projeto de constituição decorreu num contexto de catástrofe nacional. Poucos dias após o ciclone Nargis ter atingido a zona costeira birmanesa, em particular, o delta do rio Irrawaddy, uma área com elevada densidade populacional. Neste contexto de calamidade pública, os generais decidiram manter o referendo.<sup>120</sup>

No que se refere à nova Constituição, o autor afirma que esta cria espaço, ainda que marginal, para os partidos terem algum impacto na política e na legislação, através de uma legislatura nacional bicameral e de catorze novas assembleias estatais e regionais unicamarais. É concedido algum poder legislativo a estas assembleias e às seis áreas autónomas (minorias étnicas controladas por grupos que acederam aos acordos de cessar-fogo). Esta Constituição foi elaborada por uma Convenção Nacional que existiu

---

<sup>118</sup> Michael W. Charney, *op.cit*, p.176;

<sup>119</sup> Robert H. Taylor, *op.cit*, pp.489-493;

<sup>120</sup> Emma Larkin, *Everything is Broken: the untold story of disaster under Burma's military regime*, Granta Books, Londres, 2010, p.13;



por um período de dezasseis anos. Foi convocada, pela primeira vez, em 1992, desconvocada em 1996 e, após um interregno de oito anos, voltou a ser convocada em 2004, tendo terminado o projeto de Constituição em 2007<sup>121</sup>. O referendo para aprovar a Constituição teve lugar em maio de 2008. Foi mais um passo do plano governamental conhecido como *Roadmap to Democracy*, que havia sido encetado em agosto de 2003p pelo Ministro da Informação, o General Khin Nyunt. Este plano devia ser aplicado em sete fases, nomeadamente: a reconvocação da Convenção Nacional, a implementação gradual de um sistema democrático genuíno e disciplinado, a elaboração de uma Constituição, a adoção da Constituição por referendo, organizar eleições legislativas de acordo com a Constituição, convocar as legislaturas e, por fim, formar um governo e outros órgãos constitucionais.<sup>122</sup>

A Constituição é longa e muito detalhada.<sup>123</sup> Tem quatrocentas e cinquenta e sete cláusulas, divididas por quinze capítulos e mais cinco anexos. O nome oficial do Estado passa a ser República da União de Myanmar (caiu a palavra socialista em relação à Constituição de 1974). O Estado assume a responsabilidade pelo desenvolvimento económico, pela saúde, pela educação e pela cultura. Reconhece o fracasso do socialismo e estabelece um sistema económico orientado para o mercado. Proíbe a nacionalização da propriedade privada e a política da desmonetização. É garantida a liberdade religiosa desde que a prática da religião não provoque conflitos políticos. A Constituição prevê a igualdade dos cidadãos perante a lei em todas as matérias, com duas exceções: determinadas ocupações podem ser reconhecidas por lei como destinadas especificamente aos homens e o Budismo, como religião da maioria, tem um lugar especial no Estado.<sup>124</sup> O sistema político é descrito como uma democracia florescente, disciplinada, genuína e multipartidária. Averso ao termo federalismo, o Estado é descrito como um sistema unitário ou uma união, na qual o poder administrativo está dividido entre o governo central, os sete estados correspondentes às minorias étnicas, as sete regiões (anteriormente denominadas divisões), um território da União (Naypyitaw), cinco zonas étnicas autónomas e uma divisão étnica autónoma. O

---

<sup>121</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.490;

<sup>122</sup> Idem. *Ibidem*, p.491;

<sup>123</sup> Idem. *Ibidem*, pp.496-503;

<sup>124</sup> Idem. *Ibidem*, p.496;

poder legislativo, predominantemente nas mãos do governo central, é distribuído pelos estados, regiões e zonas autónomas, no que respeita a matérias administrativas de pouca relevância política.<sup>125</sup>

A legislatura nacional – *Pyihtaungsu Hluttaw* (Parlamento da União) – é composta por duas câmaras, a Assembleia do Povo (*Piythu Hluttaw*), composta 440 membros e a Assembleia das Nacionalidades (*Amyotha Hluttaw*), composta por 224 membros. Na Assembleia do Povo, 330 membros são eleitos e 110 são nomeados pelo exército. Na Assembleia das Nacionalidades, 168 membros são eleitos e 56 são nomeados pelo exército.<sup>126</sup> O Parlamento da União pode ser convocado para sessão especial por exigência de vinte e cinco por cento dos seus membros.

Apenas uma câmara, a Assembleia do Povo, se reúne para eleger o presidente, adotar o orçamento e emendar a Constituição. Cada estado e região têm uma única câmara legislativa e um grau mínimo de poderes legislativos. Os poderes concedidos aos estados, regiões e zonas autónomas são apenas regulatórios, incidem sobre matérias cuja importância não é vital para o aparelho do governo central, sendo que, a lei da União tem sempre precedência sobre as leis dos poderes subsidiários. O processo orçamental é muito centralizado.<sup>127</sup>

A Constituição prevê uma presidência forte<sup>128</sup>, com poderes de nomear e exonerar o governo central e os governos estatais e regionais. Determinados postos no governo estão reservados aos militares, como as pastas da Defesa, dos Assuntos Internos, da Segurança e da Administração Fronteiriça. O exército tem autonomia fiscal e administrativa e o seu objetivo vai para além da Defesa Nacional, pois é ao exército que cabe a tarefa de proteger e manter a Constituição.

A Constituição estabelece que vinte e cinco por cento dos membros da Assembleia Nacional (nas duas câmaras) serão oficiais do exército, nomeados pelo Chefe das Forças Armadas. Um terço dos membros das assembleias estatais e regionais será também da esfera militar. O exército garantiu para si um elevado grau de

---

<sup>125</sup> Idem. *Ibidem*, p.497;

<sup>126</sup> Idem. *Ibidem*, p.499;

<sup>127</sup> Idem. *Ibidem*, p.500;

<sup>128</sup> Deste modo, os critérios para a candidatura ao cargo de Presidente são muito restritos. Entre estes incluem-se a proibição de o candidato ter qualquer aliança, relação, direitos ou privilégios concedidos por um governo estrangeiro (forma de impedir que Aung San Suu Kyi possa vir a candidatar-se à Presidência). Idem. *Ibidem*, pp.498-499;

autonomia. O SPDC justifica-se afirmando que está acima de partidarismos, que deverá praticar uma política nacional e que, historicamente, sempre salvou o Estado da desintegração e da perda da soberania.<sup>129</sup> Perceciona-se como um elemento estabilizador entre interesses partidários. Se for declarado o estado de emergência – em qualquer estado, região ou zona autónoma – o presidente tem o direito e assumir todo o poder e o exército tem o dever de prevenir o perigo e fornecer proteção.<sup>130</sup> O exército pode, neste sentido, atuar com independência das restantes instituições nacionais para proteger a soberania do Estado e o cumprimento da Constituição. Este papel conferido ao exército, como já foi referido, é justificado pelo facto de os líderes militares considerarem o exército uma instituição que age sempre tendo em conta o interesse nacional, o bem do Estado e da Nação. A validade desta justificação é contestada pela oposição.<sup>131</sup>

O Presidente também lidera o Conselho para a Segurança e Defesa Nacional (NDSC). Este organismo é responsável pelas relações diplomáticas e pela declaração de guerra, sem obrigatoriedade de consultar a Assembleia da União, assim como a retificação do orçamento nacional, devendo apenas convocar a Assembleia, num prazo de sessenta dias, para aprovar a mudança. De entre os onze membros deste Conselho, seis pertencem ao exército. É este órgão que nomeia, em conjunto com o Presidente, o Chefe das Forças Armadas. Deste modo, todas as matérias ligadas à Defesa e Segurança do Estado vão permanecer nas mãos dos militares. O Presidente ao declarar o estado de emergência num determinado território da União, ou em todo o território nacional, pode assumir todos os poderes governamentais através do NDSC. Este Conselho governará o país em nome próprio, até serem organizadas novas eleições de acordo com a Constituição. Não será necessário elaborar uma nova Constituição para se regressar a um sistema de partilha de poder, conforme o posto em vigor com esta nova Lei Fundamental.<sup>132</sup>

A Constituição também concede imunidade ao SPDC, aos seus agentes e ao restante pessoal militar pelas suas decisões e atividades anteriores à entrada em vigor da

---

<sup>129</sup> Idem. *Ibidem*, p.497;

<sup>130</sup> Idem. *Ibidem*, p.498;

<sup>131</sup> Idem. *Ibidem*, p.498;

<sup>132</sup> Idem. *Ibidem*, p.502;

Constituição. Para emendar os princípios basilares da Lei Fundamental será necessário reunir setenta e cinco por cento dos votos da Assembleia da União.<sup>133</sup>

Relativamente às reações à Constituição, os grupos políticos no exílio e o governo dos Estados Unidos rejeitaram o projeto antes da sua publicação. A Geração de Estudantes de 1988, apelou ao voto negativo numa declaração de 14 de março de 2008, porque consideram que este projeto foi elaborado pelos militares como “uma licença para oprimir”. Também o governo no exílio, a Coligação Nacional da União da Birmânia se opôs ao projeto porque discordava de todo o *Roadmap to Democracy*. Os Estados Unidos consideraram o projeto de Constituição e o referendo, um logro. O enviado especial da União Europeia para a Birmânia, afirmou que o referendo só teria credibilidade se fossem libertados todos os prisioneiros políticos, incluindo Aung San Suu Kyi. Internamente, apesar da escassez da informação relativa à Constituição verificaram-se duas posições: a rejeição total do projeto e a aceitação deste processo como um passo positivo ou uma oportunidade para se dar início à diminuição da presença do exército nos assuntos do Estado, ou pelo menos, para contrabalançar o seu poder. Era melhor ter vinte e cinco por cento dos lugares nas legislaturas do que a totalidade.<sup>134</sup> As eleições requeriam um grau de compromisso entre o governo e os partidos políticos que permitia um desanuviamento na censura e alguma liberdade política, visto como um requisito mínimo para o novo sistema ser eficaz.

Relativamente aos grupos armados integrados nos acordos de cessar-fogo, as respostas a este processo constitucional também foram diversas. Os que obtiveram as suas áreas autónomas estavam satisfeitos com o projeto e os seus resultados. No entanto, outros grupos viam na Constituição uma ameaça à sua autonomia, conquistada com os acordos, nomeadamente os Shan e os Kachin, cujas exigências continuaram a recair sobre a diminuição dos poderes centralizadores do Estado Birmanês e a criação de um sistema de governo federal, oposto ao sistema da União, previsto na Constituição. O Comité Central da Organização para a Independência Kachin (KIO) sugeriu que o projeto devia instituir a divisão do território em oito estados baseados na etnia e não no território. Um de maioria birmanesa (correspondente às atuais as sete

---

<sup>133</sup> Idem. *Ibidem*, p.503;

<sup>134</sup> Idem. *Ibidem*, p.504;

regiões) e os restantes sete, das minorias étnicas. Estes deviam ter uma maior autonomia judicial e legislativa.<sup>135</sup>

Esta Constituição permite aos militares manterem-se no poder, como um ator política e economicamente independente. É o garante da permanência do exército no futuro político do país.<sup>136</sup>

## **I. 7. As eleições de 2010**

A penúltima fase do plano para a democracia, engendrado em 2003 por Khin Nyunt, e que tem como objetivo guiar o país em direção a uma *discipline flourishing genuine multiparty democracy*<sup>137</sup>, conforme disposto na Constituição, consistia na organização de eleições gerais.

Após a aprovação da Constituição, os militares começaram a preparar as eleições. Neste sentido, quando se agendou o referendo, em fevereiro de 2008, também se decidiu a data das eleições para 2010.<sup>138</sup> O processo de preparação das eleições estendeu-se por dois anos, durante os quais o SPDC agiu no sentido de garantir que os partidos por si patrocinados saíam vencedores da disputa eleitoral.<sup>139</sup>

Deste modo, antes de as eleições decorrerem, a junta militar precisava de assegurar que Aung San Suu Kyi, considerada a principal ameaça à vitória do regime nas eleições, se mantinha afastada e impossibilitada de concorrer ou de se envolver de alguma forma no processo eleitoral. O SPDC encontrou o pretexto que precisava para prolongar a detenção de Suu Kyi sob prisão domiciliária. Em maio de 2009, um ano após a catástrofe provocada pelo ciclone Nargis e após o referendo que aprovou a nova Constituição, um cidadão norte-americano atravessou a nado o lago Inya para chegar à

---

<sup>135</sup> Idem. *Ibidem*, p.505;

<sup>136</sup> Idem. *Ibidem*, p.506;

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*, p.497 e Emma Larkin, *op.cit*, p.14;

<sup>138</sup> Jürgen Haacke, *The Myanmar imbroglio and ASEAN: heading towards the 2010 elections*, in *International Affairs*, vol. 86, nº1, janeiro de 2010, p.153, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00873.x/pdf>, acedido em 31/01/2012;

<sup>139</sup> Euro-Burma Office, *The 2010 Elections – To Boycott or To Contest*, EBO Analysis Paper, nº3, 2010 disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/EBO\\_Analysis\\_Paper\\_No\\_3\\_2010\\_-\\_The\\_2010\\_Elections.pdf](http://euro-burma.eu/doc/EBO_Analysis_Paper_No_3_2010_-_The_2010_Elections.pdf), acedido a 26/01/2012;

casa de Aung San Suu Kyi. Este cidadão alegou que precisava falar com Suu Kyi porque temia que esta fosse assassinada. Após permanecer algum tempo na residência da líder da NLD, acabou por ser detido pela polícia. Na sequência deste incidente, Aung San Suu Kyi foi acusada de violar os termos da sua prisão domiciliária, sendo invocada a lei da salvaguarda do Estado contra elementos subversivos. Em agosto, foi condenada a três anos de prisão e a trabalhos forçados. No entanto, a pena foi reduzida para 18 meses em prisão domiciliária, por ordem do General Than Shwe. A justificação oficial da clemência foi o facto de Suu Kyi ser filha do herói nacional. Esta nova acusação e sentença foram muito convenientes para a junta militar, visto que Aung San Suu Kyi ainda estaria presa aquando das eleições gerais de 2010.<sup>140</sup> Também outros dissidentes estariam a cumprir penas até à data das eleições, impossibilitando-os de participarem. Entre estes estavam grande parte dos membros do grupo de Estudantes da Geração de 88, que tinham protestado ao lado dos monges em 2007, contra o aumento dos combustíveis, e também o comediante Zargana, por se ter envolvido demasiado na ajuda à população afetada pelo Ciclone Nargis.<sup>141</sup>

Os generais não iam permitir que a história se repetisse. Os resultados das eleições de 2010 não seriam uma surpresa como aconteceu em maio de 1990. De facto, a maior parte dos lugares na Assembleia seriam contestados pelos deputados dos partidos patrocinados pelo regime, designadamente, o Partido da União Nacional (NUP) e o Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP)<sup>142</sup>. Estes partidos eram os únicos com capacidade financeira para preencher os 1172 assentos parlamentares<sup>143</sup> disponíveis. Isto porque, por cada candidato apresentado, o partido tinha de pagar uma taxa equivalente a quinhentos dólares.<sup>144</sup> Estes valores não eram comportáveis para os partidos que não eram apoiados pelo governo militar. Ainda assim, alguns partidos da

---

<sup>140</sup> Emma Larkin, *op.cit*, pp.252-254;

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*, pp.255-256;

<sup>142</sup> Este partido emergiu da Associação União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDA), uma organização de massas ou organização não governamental organizada pelo estado (GONGO). Ver: David I. Steinberg, *op.cit*, pp.126-128;

<sup>143</sup> Os assentos parlamentares têm a seguinte distribuição: Câmara das Nacionalidades da Assembleia da União, 168 assentos, Câmara dos Representantes da Assembleia da União, 330 assentos e as Assembleias estatais e regionais, 665 assentos. As áreas autoadministradas tinham direito de eleger 9 representantes. Ver: Euro-Burma Office, *The 2010 Elections – To Boycott or To Contest*, EBO Analysis Paper, nº3, 2010, p.1, disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/EBO\\_Analysis\\_Paper\\_No\\_3\\_2010\\_-\\_The\\_2010\\_Elections.pdf](http://euro-burma.eu/doc/EBO_Analysis_Paper_No_3_2010_-_The_2010_Elections.pdf), acedido a 26/01/2012;

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*, p.1;

oposição participaram, embora só lhes fosse possível preencher um número diminuto de candidaturas. É importante referir que o movimento democrático estava em desacordo quanto à participação nas eleições. A NLD apelou ao boicote, visto que aceitar participar, implicava a aceitação da Constituição de 2008 e a anulação dos legítimos resultados das eleições de 1990. E, além disso, os vencedores das eleições já estavam decididos à partida. Todo o processo estava sob o controlo e direção dos militares e a Comissão Eleitoral não era independente. A maioria dos partidos que participaram nas eleições de 1990, decidiram demonstrar a sua indignação ao ignorarem o escrutínio de 2010. Contudo, alguns ativistas viam nestas eleições uma oportunidade para efetuar alguma mudança, por mínima que fosse. Deste modo, para não comprometerem os seus partidos, formaram novas plataformas políticas com as quais entraram na corrida eleitoral. Foi este o caso da Frente Nacional Democrática (NDF), constituído por antigos membros da NLD, e o Partido Democrático das Nacionalidades Shan (SNDP), uma remodelação do antigo SNLD (partido afiliado à NLD),<sup>145</sup> ambos vencedores do escrutínio eleitoral de 1990.

Os resultados das eleições<sup>146</sup> não causaram qualquer dúvida sobre a manipulação do processo eleitoral. O partido vencedor foi a USDP, o partido mais próximo do regime, com 76,6 por cento dos votos, o que se traduz na obtenção de 884 assentos parlamentares, na contagem total das duas câmaras da Assembleia da União e das Assembleias estatais e regionais. O NUP, também na esfera de influência dos militares, foi o segundo partido mais votado, obtendo 5,4 por cento dos votos, ou seja, 62 assentos. No que se refere aos partidos da oposição o SNDP, acima mencionado, ocupou o terceiro lugar com 4,9 por cento dos votos, isto é, 57 lugares, sendo que, a maioria nas Assembleias estatais e regionais. A NDF, apenas garantiu 16 assentos parlamentares. As eleições foram disputadas por trinta e sete partidos, a maioria formados pelas minorias étnicas. Considerados em conjunto, os partidos das minorias étnicas obtiveram o segundo maior número de votos.

Na prática, o governo do país foi entregue às mesmas pessoas que o lideravam. As eleições foram denunciadas como um esquema engendrado pelo SPDC para

---

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*, pp.1-3;

<sup>146</sup> International Crisis Group, *Myanmar's Post Elections Landscape*, Asia Briefing nº118, 7 de março 2011, p.17, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/asia/south-east-asia/burma-myanmar/B118-myanmars-post-election-landscape.aspx>, acedido em 28/01/2012;

continuar a guiar o destino da Birmânia, sem que exista uma oposição capaz de desafiar efetivamente a preponderância dos militares. No entanto, para um país que esteve refém de um regime militar, que governava por decreto, sem qualquer Constituição ou Parlamento, por duas décadas, esta mudança pode ser uma oportunidade de incentivar o regime a seguir o caminho de uma maior abertura e implementação de reformas.<sup>147</sup>

As reações internacionais aos resultados das eleições não se fizeram esperar. Os países ocidentais, condenaram o regime pela falta de transparência, liberdade e justiça em todo o processo eleitoral, considerando que foi um processo enviesado desde o início, pelo que a credibilidade das eleições é questionável.<sup>148</sup> Relativamente à ASEAN, mantém a sua posição habitual de envolvimento construtivo, conforme iremos analisar no terceiro capítulo. Na declaração sobre as eleições, louva este processo, referindo que este é mais um passo importante na transição da Birmânia para a democracia e mostrando a sua disponibilidade para assistir o país na continuação do processo de democratização.<sup>149</sup> Por sua vez, a Constituição só entraria, plenamente em vigor em março de 2011, após a primeira reunião da Assembleia da União e já com o governo formado.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Idem, *ibidem*, pp.1-20;

<sup>148</sup> As respetivas declarações, da Casa Branca, de Hillary Clinton, do Senador McConnell, do Reino Unido, do Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês: Bernard Kouchner, da Alta Representante da União Europeia: Catherine Ashton e da África do Sul estão disponíveis em: [http://euro-burma.eu/elections\\_32.html](http://euro-burma.eu/elections_32.html);

<sup>149</sup> Statement by the Chair of ASEAN on the 7<sup>th</sup> November General Elections in Myanmar, 8 de novembro de 2010, disponível em: [http://euro-burma.eu/elections\\_32.html](http://euro-burma.eu/elections_32.html), acedido em 08/01/2012;

<sup>150</sup> O Parlamento reuniu-se pela primeira vez, a 31 de janeiro de 2011, sendo que, o governo foi formado algumas semanas depois. A 31 de março a junta militar, o SPDC, transferiu, formalmente, o poder para o novo governo e para o Presidente Thein Sein (ex-oficial do exército). Apesar de ser nominalmente civil, o governo é maioritariamente formado pelos membros do partido USDP, constituído por antigos oficiais do exército. Deste modo, é evidente que a mudança para um governo civil é dirigida e controlada pelas forças armadas. Para além da percentagem de 25 por cento dos lugares alocados aos militares na Assembleia da União e de 33% nas assembleias estatais e regionais, conforme previsto na Constituição de 2008, a grande maioria dos “civis” eleitos foram patrocinados pelo exército, o que se traduz na atribuição de um espaço mínimo para a atuação de políticos civis verdadeiramente independentes. O poder continua a pertencer, na sua quase totalidade, aos líderes das *Tatmadaw*. A principal surpresa deste processo foi o afastamento do General Than Shwe. Contudo, sabe-se que o atual Presidente é muito próximo do General e um dos seus “protegidos”. Ver: International Crisis Group, Crisis Watch Database, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/publication-type/crisiswatch.aspx>, e Euro- Burma Office, *Political Monitor* n.º10, p.11 disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/PM\\_No.\\_10\\_-\\_21-03-11.pdf](http://euro-burma.eu/doc/PM_No._10_-_21-03-11.pdf) e *Political Monitor* n.º13, p.19, disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/PM\\_No.\\_13\\_-\\_14-04-11.pdf](http://euro-burma.eu/doc/PM_No._13_-_14-04-11.pdf), acedidos a 26/01/2012;





**Mapa 1.** Fronteiras e divisões administrativas birmanesas

**Fonte:** <https://www.cia.gov/library/publications/cia-maps-publications/Burma.html>

## I. 8. Considerações Finais

As manifestações populares birmanesas de 1988 tiveram a sua origem no descontentamento da população face à má governação do país pelo regime do BSPP. A exigência da mudança de sistema político, de modo a tornar possível uma maior participação dos cidadãos no governo dos assuntos nacionais, parecia viável e fácil de se alcançar, considerando a aparente fraqueza que o regime demonstrou neste período. Na realidade, a atuação do governo face aos manifestantes e às suas reivindicações foi inconsistente. Por um lado, usou medidas repressivas e violentas para controlar as multidões, tentando eliminar a dissidência pela força. Por outro lado, fez concessões aos manifestantes, nomeadamente, a promessa de ouvir a opinião do povo, em referendo, acerca do sistema político nacional. No período de março a meados de setembro de 1988, nenhuma destas abordagens conseguiu dominar a revolta popular. Além disso, as demissões dos generais Ne Win e Sein Lwin e a nomeação do Dr. Maung Maung, um civil, para a Presidência da Birmânia, e a tentativa de satisfazer algumas das exigências dos manifestantes, aumentou a percepção dos dissidentes da incapacidade governamental de gerir a crise. Por este motivo, a posição dos opositores ao regime tornou-se inflexível. Julgaram ser esta a oportunidade de derrubar o regime, sem ser necessário negociarem ou comprometerem-se com o mesmo. Esta percepção veio revelar-se errada. Na realidade, a inflexibilidade dos manifestantes acabou por moldar o comportamento do regime, que acabou por encontrar uma forma de voltar a ter o controlo total da sociedade birmanesa. A 18 de setembro de 1988, o regime deixa de ter o seu disfarce civil e os militares voltam a ocupar o poder em nome próprio, com uma poderosa justificação, designadamente, evitar que o país se afunde na anarquia. Anarquia esta que os próprios agentes do regime promoveram, no sentido de descredibilizarem os dissidentes e obterem um certo grau de legitimidade para que as *tatmadaw* recapturassem o poder político.

Mais uma vez, como já tinha acontecido na altura do governo de salvação nacional (1958-1960) e com o golpe de Estado de 1962, o exército birmanês pretendia surgir como o salvador da pátria. No entanto, a sucessão dos acontecimentos veio demonstrar que a população não queria que os militares se mantivessem no poder. A brutal repressão de que a população foi alvo e as graves violações dos direitos humanos

que foram cometidas pelos militares, afetou muito a consideração e a estima que a população birmanesa tinha por esta instituição. A acrescentar a isto, o desrespeito pelos resultados das eleições de 1990, que refletiram a vontade de mudança da maioria da população para um sistema político democrático. A partir desse momento, a permanência da junta militar à frente do governo do país tornou-se ilegítima e injustificável para a população. A oposição, apesar de materialmente enfraquecida pela falta de recursos e pela repressão militar, em termos morais consolidou a sua posição na sociedade birmanesa. Além disso, a vitória nas eleições permitiu à Liga Nacional para a Democracia e à sua líder, Aung San Suu Kyi, ganhar um argumento incontestado para a obtenção do apoio internacional dos países ocidentais. Tornou-se evidente que a população desejava a democracia e o estabelecimento do primado da lei.

A partir de maio de 1990, a junta militar prolongou a sua permanência no poder indefinidamente. Tentou, sem sucesso, justificar-se argumentando que era necessário elaborar uma nova Constituição antes da transferência do poder, e que as eleições não foram organizadas com o objetivo de formar um novo governo, mas sim de eleger os membros dos partidos que deviam participar na Convenção Nacional, incumbida de trabalhar no projeto constitucional. Contudo, a Convenção só reuniu pela primeira vez, em 1992 e foi interrompida em 1996. Os trabalhos só foram retomados em 2004 e prolongaram-se até 2007.<sup>151</sup> Este adiamento contínuo foi favorável para o exército, uma vez que, podia consolidar o seu poder, fortalecer-se e expandir-se, exercendo uma dominação total das estruturas do Estado. Ao mesmo tempo, estava numa posição privilegiada para enfraquecer a oposição e vergá-la ao ponto de esta deixar de constituir uma ameaça ao poder dos militares.

Quanto aos grupos étnicos, o tempo também era um aliado do regime. Era essencial consolidar os acordos de cessar-fogo, providenciar o desenvolvimento económico dos grupos étnicos e ligá-los através das relações comerciais e económicas ao governo central. A política de assimilação, das diferentes etnias, também precisava de tempo para produzir os seus efeitos. Logo, as políticas de procrastinação usadas pelo SLORC/SPDC, durante as últimas duas décadas, resultaram, efetivamente, na garantia da posição dominante do exército na política birmanesa. A nova Constituição, aprovada

---

<sup>151</sup> Robert H. Taylor, *op.cit*, p.490;

pelo referendo de maio de 2008, não foi mais que um instrumento de legalização da dominação militar em qualquer futuro governo da Birmânia.<sup>152</sup>

No que diz respeito às eleições, de 7 de novembro de 2010, que constituiu o quinto passo do *Roadmap to Democracy*, o seu intuito era estabelecer um governo constitucional, que conferisse legitimidade interna e internacional ao regime birmanês. A nova Constituição e as eleições de 2010, foram vistas, pela generalidade da população, como mais uma manobra do regime para se manter no poder, através de uma legitimidade manipulada, com o objetivo de diminuir as críticas da sociedade internacional.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, p.506;

<sup>153</sup> Emma Larkin, *op.cit.*, p.256;

## CAPÍTULO II – A sociedade internacional e a questão birmanesa

---

Em 1945, J.S.Furnivall dizia dos birmaneses o seguinte: “*they have their own way of life and, for the most part, want to follow it without interference from foreigners.*”<sup>154</sup> Este desejo, da maioria dos birmaneses, de governarem o seu país sem interferência estrangeira traduziu-se na definição de uma política externa de neutralidade após a independência e na recusa em se tornar membro da Commonwealth.

A Birmânia foi um dos países fundadores do movimento dos não-alinhados, tendo participado na Conferência de Bandung em 1955. Este fórum, condenou veementemente o colonialismo e o imperialismo das superpotências e apoiou o movimento de descolonização do mundo afro-asiático, o qual se procedeu no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao manter a neutralidade, face aos dois blocos em confronto na Guerra Fria, a Birmânia alcançou alguma notoriedade internacional na primeira década da sua independência. De destacar que, o terceiro Secretário-Geral da ONU foi o birmanês U Thant<sup>155</sup>, o que vem atestar o prestígio que o país tinha alcançado na cena internacional por essa altura. Após o golpe militar de 1962 e durante toda a experiência socialista, o país permaneceu isolado da sociedade internacional. O governo fez uso de algumas estratégias para não depender nem da União Soviética nem dos Estados Unidos e permanecer autónomo durante a Guerra Fria. A partir dessa altura, os militares birmaneses tornaram-se avessos à ajuda externa, sobretudo a ajuda que estava condicionada a determinadas orientações económico-políticas. Os dirigentes birmaneses sabiam que estes apoios tinham as suas contrapartidas, nomeadamente, em termos de lealdades. É por isso que, a ajuda japonesa, caracterizada pela sua não interferência nos assuntos internos, teve um papel preponderante no período do BSPP.

O isolamento birmanês foi instigado pelos problemas domésticos que o regime teve de enfrentar e pelo desejo de não entrar na esfera de influência de nenhum outro país. A experiência birmanesa do colonialismo aliada ao medo das consequências da

---

<sup>154</sup> J.S. Furnivall, *The Future of Burma* in Pacific Affairs, vol.18, nº2, junho de 1945, pp.156-168, p. 158, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2751753.pdf>, acedido em 12/02/2012;

<sup>155</sup> Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas*, Almedina, Coimbra, 2004, p.127;

interferência externa, nomeadamente, a desintegração da União da Birmânia, ajudam a explicar a opção pela neutralidade e isolamento político.

Nas Nações Unidas tentava sempre mostrar imparcialidade. É importante referir que a Birmânia foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente o estado de Israel e a República Popular da China.<sup>156</sup> Este reconhecimento era-lhe vantajoso, sobretudo no que diz respeito à China. Era essencial manter boas relações com o seu vizinho mais poderoso e fazer deste seu aliado. A neutralidade transformou-se em isolamento na sequência do golpe militar de 1962, que deu início à era socialista birmanesa. Este isolamento esteve na origem da decadência económica birmanesa, uma das causas da revolta popular de 1988.

Após 1988, Taylor<sup>157</sup> sublinha que houve uma mudança significativa na política externa birmanesa. Antes de 1988, no contexto da Guerra Fria, a Birmânia praticou uma política externa neutral, ao ponto do quase isolamento, conforme já mencionado. Mas no final da década de oitenta, a Birmânia tentou voltar a integrar-se na sociedade internacional, em parte para aproveitar as vantagens da globalização, mas sobretudo para fugir à decadência económico-financeira que esteve na origem da sublevação popular de 1988. Esta mudança, na orientação externa birmanesa, materializou-se na adesão do país a um conjunto de organizações internacionais e instituições, fora do quadro institucional das Nações Unidas, ao qual já pertencia. De facto, as relações internacionais até 1988 foram conduzidas, quase exclusivamente, através das Nações Unidas. A percepção do atraso no desenvolvimento económico da Birmânia, em comparação com os seus pares asiáticos, levou os generais a incentivar a participação nos fóruns multilaterais, com o intuito de recuperar a economia ao atrair novos investimentos para o país. De facto, o regime percebeu que só conseguiria atingir o desenvolvimento do país com a ajuda externa.<sup>158</sup> O gesto político que assinalou esta nova orientação da política externa birmanesa, foi o regresso ao Movimento dos Não-Alinhados em setembro de 1992.

---

<sup>156</sup> David I. Steinberg, *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001, p.258;

<sup>157</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, pp.463-471;

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*, p.463;

Esta política foi, no entanto, minada pelas reações dos países ocidentais à política interna da Birmânia. Neste sentido, a política externa birmanesa focou-se em defender o Estado das consequências da pressão política internacional sobre o regime e das eventuais sanções económicas, que os países ocidentais decidiram aplicar. Após a crise interna de 1988, foi banida a assistência financeira internacional e a venda de armamento, mas não foram aplicadas imediatamente sanções por parte dos governos. Os conselheiros da política externa não acreditavam na eficácia das sanções para provocar mudanças políticas num país como a Birmânia. Taylor<sup>159</sup> considera que a economia da Birmânia era impermeável às sanções, visto que o comércio externo totalizava uma pequena proporção da atividade económica total, nomeadamente 3,5 por cento do PIB, em 1988, e menos de 8 por cento, em 2008. As sanções afetavam negativamente o crescimento económico e o investimento, mas também levariam a um maior entrenchamento do poder militar. Marvin C. Ott, no seu artigo *From Isolation to Relevance: Policy Considerations*<sup>160</sup> considera que, no fim da Guerra Fria, o crescimento económico e a modernização substituíram as preocupações com a segurança. A Birmânia, à semelhança dos outros países asiáticos, procurou as oportunidades de desenvolvimento. A disparidade do desempenho económico da Birmânia em relação aos restantes países da região era enorme. Era necessário obter a ajuda externa para ultrapassar este problema. Além disso, o regime precisava de apoio internacional que ajudasse a contrabalançar as críticas e condenações dos países ocidentais e o crescente poder da líder do movimento democrático, Aung San Suu Kyi.<sup>161</sup>

As tentativas para internacionalizar a crise política birmanesa iniciaram-se com a visita do congressista norte-americano, Stephen Solarz, a Rangoon para se encontrar com o Presidente Maung Maung e os outros líderes políticos da oposição. Solarz aconselhou o Dr. Maung Maung a estabelecer um governo provisório e a partilhar o poder com as figuras mais proeminentes que haviam surgido, recentemente, na política birmanesa. O Presidente recusou e insistiu no facto de estarem a ser preparadas as

---

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, p.467;

<sup>160</sup> Marvin C. Ott, *From Isolation to Relevance: Policy Considerations* in Robert I. Rotberg (ed.), *Burma: Prospects for a Democratic Future*, Brookings/WPF/HIID, Washington, 1998, pp.69-83;

<sup>161</sup> Idem, *ibidem*, pp.71-74;

eleições multipartidárias.<sup>162</sup> A partir deste momento, começou a ser delineada a política normativa dos Estados Unidos em relação à Birmânia. Só depois de 1995 é que os países ocidentais deram início ao processo de sancionar o regime, devido ao lobby dos ativistas políticos birmaneses no exílio e dos seus apoiantes, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido<sup>163</sup> e também, devido ao apelo à aplicação de sanções feito por Aung San Suu Kyi, que já tinha alcançado uma considerável projeção internacional. Este apelo acabou por surtir efeito, após a sua libertação da prisão domiciliária.

## **II. 1. Os Estados Unidos e o apoio à causa democrática**

A política norte-americana face à Birmânia, desde 1988, tem sido, como diz, Marvin Ott, normativa<sup>164</sup>, ou seja, tem vindo a ser usada para promover os valores da democracia e dos direitos humanos. Esta política externa é guiada pela reprovação de um regime caracterizado pela sua brutalidade e autoritarismo.

Desde 1988, os Estados Unidos, têm condenado regularmente as ações do regime, retiraram toda assistência económica e militar bilateral, retiraram os privilégios económicos e opuseram-se aos empréstimos das instituições financeiras internacionais à Birmânia. Mas nem sempre foi assim. Na realidade, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, as relações norte-americanas com a Birmânia, baseava-se em considerações securitárias. Os Estados Unidos lançaram o seu programa de ajuda, no sentido de evitarem a disseminação do comunismo na Ásia. A ajuda era essencial para estabilizar o governo birmanês contra os grupos de insurgentes comunistas, que eram apoiados pela China comunista, a grande ameaça à estabilidade da região. Em 1953, a Birmânia recusou receber a ajuda dos Estados Unidos, uma vez que, o governo norte-americano estava a prestar apoio, encoberto, às tropas nacionalistas chinesas (Kuomintang).<sup>165</sup> A ajuda foi restabelecida em 1956 e só foi interrompida, novamente, por decisão do governo militar birmanês em 1964. Retomada em 1978, a assistência foi

---

<sup>162</sup> Robert H. Taylor, *op.cit*, p.405;

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*, p.466;

<sup>164</sup> Marvin C. Ott, *op.cit*, p.80;

<sup>165</sup> David I. Steinberg, *op.cit*, p.258;



suspensa em consequência do golpe de estado de 1988. A missão permanente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)<sup>166</sup> em Rangoon foi desmantelada. O programa de assistência dos Estados Unidos não tinha a magnitude do programa de ajuda japonês, contudo, era importante, visto que os Estados Unidos tinham uma posição de peso no Banco Mundial e no Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e, além disso, influenciava outros países a concederem empréstimos à Birmânia.<sup>167</sup> Nas décadas de setenta e oitenta, os direitos humanos não eram uma questão fundamental na concessão de assistência ao desenvolvimento, pelo menos no caso da Birmânia, visto que o BSPP era tão ou mais repressivo que o SLORC. Contudo, no início da década de 1990, os Estados Unidos atribuíram aos direitos humanos, e sobretudo à transição para a democracia, uma elevada prioridade na política externa norte-americana com a Birmânia. A prossecução destes objetivos traduziu-se na atual política sancionatória do regime militar birmanês.<sup>168</sup>

A violência do regime contra os manifestantes democráticos em 1988, a posterior recusa dos militares em transferirem o poder para os legítimos representantes do povo, eleitos em maio de 1990 e a manutenção de líder da oposição democrática sob detenção, chamaram a atenção dos ativistas internacionais dos direitos humanos. Estes uniram-se à oposição birmanesa no exílio e restantes grupos de pressão, formados ao longo da década e noventa e deram início à campanha que, efetivamente, internacionalizou a questão birmanesa. Numa primeira fase, o governo americano, após os incidentes de 1988, retirou o seu embaixador da Birmânia e apenas manteve um encarregado dos assuntos consulares. As sanções, propriamente ditas, só foram encetadas em 1997. A opinião pública americana pressionou a Administração Clinton a agir e mais tarde, também a Administração Bush ficou sob a mesma pressão política.<sup>169</sup> De facto, um dos aspetos centrais da política externa dos Estados Unidos face à

---

<sup>166</sup> Atualmente, a USAID presta assistência as refugiados deslocados birmaneses, ao longo da fronteira com a Tailândia, país a partir do qual opera para prestar ajuda humanitária à população da Birmânia. Ver USAID, disponível em: <http://www.usaid.gov/locations/asia/countries/burma/>, acedido em 19/03/2012;

<sup>167</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.259;

<sup>168</sup> Ver: Donald M. Seekins, *Burma and U.S. Sanctions: Punishing an Authoritarian Regime*, Asian Survey, vol.45, nº3, maio/junho de 2005, pp.437-452, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2005.45.3.437>, acedido em 31/01/2012 e David I. Steinberg, *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?*, in *International Affairs*, vol.86, nº1, janeiro de 2010, pp.181-190, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acedido em 27/01/2012;

<sup>169</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.467;

Birmânia é o seu apoio a Aung San Suu Kyi<sup>170</sup> e aos ativistas pró-democracia. Na realidade, a Aung San Suu Kyi e a NLD fizeram campanha pela aplicação de sanções, apelaram aos governos estrangeiros que boicotassem o regime birmanês.<sup>171</sup> O regime de sanções norte-americanas foi inaugurado, portanto, em 1997, quando o presidente Clinton, proibiu a realização de novos investimentos americanos na Birmânia<sup>172</sup> e em 2003 a Administração Bush impôs a proibição das importações vindas desse país.<sup>173</sup> Foi o único país a implementar tais sanções.<sup>174</sup> As sanções de 2003 ocorreram na sequência do incidente de Depayin, também conhecido como a Black Friday, que deu origem ao *Burmese Freedom and Democracy Act de 2003*<sup>175</sup>. O objetivo declarado deste Ato é: “*to sanction the ruling Burmese junta, to strengthen Burma’s democratic forces and support and recognize the National League for Democracy as the legitimate representative of the Burmese people.*” De facto, são enumeradas uma série de razões que justificam esta lei. Em primeiro lugar, o aumento da intensidade da violência do regime birmanês em relação à NLD e à sua líder e a sistemática violação dos direitos humanos. Também faz referência à campanha de limpeza étnica a que estão sujeitas as minorias étnicas (destaca, em particular os Karen, Karenni e Shan) e o elevado número de refugiados e deslocados internos que a guerra civil provoca. As sanções aplicadas vão desde a proibição de quaisquer importações vindas da Birmânia, como já foi referido, o congelamento de capitais dos membros do SPDC, a oposição dos EUA face a qualquer empréstimo ou assistência técnica e financeira prestada pelas organizações financeiras

---

<sup>170</sup> Steinberg a este respeito afirma que “*there is little question that Aung San Suu Kyi has been the most important element in the formation of US policy towards Myanmar.*” Ver: David I. Steinberg, *op.cit.*, p.190;

<sup>171</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.414;

<sup>172</sup> Executive Order 13047 de 20 de maio de 1997 ver: U.S. Department of State, *Background Note: Burma*, Bureau of East Asian and Pacific Affairs, 3 agosto de 2011, disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, acedido em 18/03/2012;

<sup>173</sup> Ver: Toshihiro Kudo, *The Impact of U.S. Sanctions on the Myanmar Garment Industry* in Asian Survey, vol. 48, nº6, novembro/dezembro de 2008), pp. 997-1017, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.997>, acedido em 31/01/2012;

<sup>174</sup> Porém, as sanções não impediram que determinados investidores permanecessem no país, tais como, a Unocal, uma empresa multinacional norte-americana, do setor petrolífero, que acusada de convivência com o exército birmanês na utilização de trabalho forçado, violação, tortura e homicídio de aldeões birmaneses, que haviam sido cooptados para trabalhar na construção de um novo gasoduto. Ver: Daphne Eviatar, *A Big Win for Human Rights*, in The Nation, 21 de abril de 2005, disponível em: <http://www.thenation.com/article/big-win-human-rights>, acedido em 16/11/2012;

<sup>175</sup> Ver: U.S. Department of Treasury, *Burmese Freedom and Democracy Act of 2003*, 28 de julho de 2003, disponível em: [http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda\\_2003.pdf](http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda_2003.pdf), acedido em 18/03/2012;

internacionais, a extensão da proibição dos vistos à antiga e atual liderança do SPDC e da USDA, a condenação do regime e divulgação da informação nos fóruns internacionais, inclusive na ASEAN e no Fórum Regional das Nações Asiáticas e, por último, reconhecer e apoiar os ativistas pró-democracia com o intuito de promover a liberdade, a democracia e os direitos humanos.<sup>176</sup> O levantamento das sanções ficou condicionado a um conjunto de critérios. O SPDC deveria fazer progressos notáveis e mensuráveis para acabar com as violações dos direitos humanos e deveria esforçar-se para implementar um governo democrático. Para tal, é postulado como essencial, a libertação de todos os prisioneiros políticos, a concessão de liberdade de imprensa e de reunião e associação aos cidadãos, permitir o exercício pacífico da religião e chegar a um acordo com as forças democráticas lideradas pela NLD e com as nacionalidades étnicas do país.

Entre 2007 e 2008, a Administração Bush reforçou e expandiu as restrições impostas à junta militar birmanesa.<sup>177</sup> Em setembro de 2007, o Departamento de Estado implementou mais restrições relativas à concessão de vistos aos altos oficiais birmaneses e às suas famílias, impedindo, assim, a sua entrada em território dos EUA. Em outubro, foi dada ordem de congelamento dos bens e capitais dos oficiais birmaneses que estivessem implicados em situações de abuso dos direitos humanos. Estas sanções vieram no seguimento da repressão de que foram alvo os monges budistas durante as manifestações de agosto e setembro de 2007, que ficaram conhecidas como a Revolução de Açafrão.

A questão dos direitos humanos tem sido fulcral na política externa dos EUA em relação à Birmânia. O Departamento de Estado dos EUA tem acompanhado de perto a situação e tem produzido relatórios anuais para divulgar os abusos dos direitos humanos que ocorrem na Birmânia e monitorizar a evolução do regime nesta matéria.<sup>178</sup> O relatório mais recente, *2010 Human Rights Report: Burma*, divulgado a 8 de abril de

---

<sup>176</sup> Ver: U.S. Department of Treasury, *Burmese Freedom and Democracy Act of 2003*, 28 de julho de 2003, disponível em: [http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda\\_2003.pdf](http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda_2003.pdf), acessado em 18/03/2012;

<sup>177</sup> Ver: The American Society of International Law, *United States Imposes New Economic Sanctions on Several Countries* in The American Journal of International Law, vol. 102, nº 1, janeiro de 2008, pp. 174-177, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40007787> acessado em 15/03/2012;

<sup>178</sup> Ver: U.S. Department of State, *2010 Human Rights Report: Burma*, 8 de abril 2011, *Advancing Freedom and Democracy Report - Burma*, May 2010, *Advancing Freedom and Democracy Report - Burma*, May 2009, *Advancing Freedom and Democracy Report - Burma*, May 2008, disponíveis em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/>, acessados em 18/03/2012;

2011, afirma que todo o processo do referendo constitucional de maio de 2008 e das eleições de novembro de 2010, foi extremamente irregular e que o governo continua a cometer graves abusos contra os direitos humanos. São exemplos destes abusos, a detenção de ativistas civis e ativistas pró-democracia sem acusação formada, as mortes sob custódias e mortes extrajudiciais, os desaparecimentos, os atos de violação e tortura, a negação de julgamentos públicos, penas excessivas, interferência arbitrária na privacidade dos cidadãos, uso de força excessiva no conflito civil, perseguição das minorias étnicas, as deslocações forçadas das populações. Além disso, a junta militar continua a fazer uso do trabalho forçado, adulto e infantil e a recrutar um grande número de crianças-soldado<sup>179</sup> para as *tatmadaw*. Em relação aos direitos civis e políticos, o regime desrespeita sistematicamente a liberdade de expressão e de imprensa, incluindo-se aqui a liberdade de aceder livremente à internet, a liberdade académica e de livre participação em eventos culturais e a liberdade de reunião e associação. A liberdade religiosa é constantemente desrespeitada, bem assim como a liberdade de movimento dentro do país. É negado o direito à cidadania a algumas pessoas, sobretudo as que pertencem à minoria muçulmana Rohingya. Os elementos desta etnia constituem a maioria das pessoas apátridas na Birmânia, mas alguns habitantes que o regime considera pertencerem a populações étnicas não indígenas, também é-lhes negado o direito à cidadania. O número de pessoas internamente deslocadas é bastante elevado, atingindo quase o meio milhão de pessoas, e os refugiados não tem qualquer proteção por parte do Estado birmanês. Por último, os cidadãos não têm direito a modificarem o regime político do seu país, o regime impõe muitas restrições e limitações à participação dos cidadãos no processo político e na formação de partidos. A corrupção, a falta de transparência e os entraves colocados às investigações contribuem para a degradação da situação dos direitos humanos na Birmânia.

Para Steinberg<sup>180</sup>, os pressupostos nos quais os Estados Unidos se basearam quando decidiram prestar o seu apoio ao movimento democrático, pecavam pela sua imprecisão. De facto, os Estados Unidos acreditavam que o regime era insustentável e

---

<sup>179</sup> Segundo o relatório do Departamento de Estado, o número de crianças-soldado pode ter subido para 12.000, embora seja difícil obter estatísticas precisas. Ver: U.S. Department of State, *2010 Human Rights Report: Burma*, 8 de abril 2011, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2010/eap/154380.htm>, acedido em 18/03/2012;

<sup>180</sup> David I. Steinberg, *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001, p.260;

que a transição para a democracia iria certamente ocorrer, embora não fosse a curto prazo. Por outro lado, julgavam que as ONG tinham a capacidade para desenvolver programas de ajuda substanciais à população birmanesa no interior e ao longo da costa da Birmânia. Consideravam que os doadores internacionais podiam ser tratados como uma frente comum, unida e oposta ao regime birmanês, com a exceção da China. No entanto, esta premissa não estava correta, como vamos ver mais adiante, o Japão não cortou totalmente com os seus programas de assistência à Birmânia. Outra das premissas era ausência dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos na Birmânia e a possibilidade de desenvolverem um programa efetivo de combate ao narcotráfico quando fosse instalado um governo mais recetivo em Rangoon. Acreditavam que um governo civil, que resultasse diretamente das eleições de 1990, seria democrático e que os birmaneses no exílio teriam um papel na remodelação do país, quando a democracia fosse restaurada. No entanto, não é feita referência à construção de uma sociedade civil, um passo essencial para uma verdadeira transição para a democracia. De facto, estes pressupostos estão na base da agenda externa dos Estados Unidos face à Birmânia e tem tido um impacto marginal sobre o regime.<sup>181</sup>

Taylor considera a agenda política norte-americana, em relação à Birmânia, altamente normativa. Considera que esta agenda reflete três realidades. A primeira é a realidade que persistiu durante a Guerra Fria, ou seja, a Birmânia era geopoliticamente irrelevante para os EUA. A segunda realidade está relacionada com os acontecimentos de 1988 e 1990. Estes acontecimentos, associados à principal figura da oposição, Aung San Suu Kyi, remeteram as questões normativas a um lugar cimeiro da agenda política. Por último, a ausência de custos para os interesses nacionais norte-americanos, na prossecução de uma política externa baseada em princípios, relativamente à Birmânia.

No entanto, a realidade está a modificar-se. E a China está a afirmar-se como um grande poder regional e as suas atenções estão a concentrar-se no sul e no sudeste asiático. Deste modo, Taylor<sup>182</sup> defende que a política externa dos Estados Unidos em relação à Birmânia tem de ser alterada, uma vez que é evidente que isolar e sancionar o regime não produziu os resultados esperados. Além disso, sanções mais pesadas farão com que o regime dependa cada vez mais da China, sendo que a influência norte-

---

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*, p.261;

<sup>182</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.466;

americana será cada vez menor, e produzirá um maior entrenchamento do poder militar. Taylor<sup>183</sup> considera também que, a política de envolvimento limitado<sup>184</sup> é uma alternativa viável ao isolamento e às sanções mais duras. Considera que a presença americana em países autocráticos, já provou ser uma influência subversiva e que uma política de envolvimento limitado estabeleceria canais de influência para a nova geração de líderes birmaneses. A acrescentar a isto, este tipo de política não requerer neutralidade moral no que se refere à questão da democracia e dos direitos humanos e serve os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Os custos da manutenção da atual abordagem das sanções são a perda de poder estratégico regional para a China<sup>185</sup>, um afastamento político da ASEAN e a escalada dos problemas do tráfico de droga<sup>186</sup> e dos refugiados.

A Administração Obama, ao contrário das anteriores administrações, já evidenciou sinais de uma maior flexibilidade no que diz respeito ao relacionamento com a Birmânia.<sup>187</sup> Em 2009, um senador norte-americano fez uma visita oficial à Birmânia. Esta visita representou um ponto de viragem na política dos Estados Unidos face ao regime autoritário birmanês. Esta nova abordagem é designada como *pragmatic engagement*<sup>188</sup>. Este envolvimento implica que a manutenção das sanções não exclui, necessariamente, o estabelecimento de uma relação menos tensa com o regime birmanês por parte do governo norte-americano, no sentido de começar a descongelar as relações e desse modo influenciar positivamente o regime. O discurso do Presidente Obama ao Parlamento Australiano<sup>189</sup>, no final do ano passado, ilustra bem os objetivos da presente administração para a região da Ásia-Pacífico, e em particular, para a Birmânia. O

---

<sup>183</sup> Idem, *ibidem*, p.467;

<sup>184</sup> Ver: Diane K. Mauzy e Brian L. Job, *U.S. Policy in Southeast Asia: Limited Reengagement after Years of Benign Neglect* in Asian Survey, vol. 47, nº 4 julho/agosto de 2007, pp. 622-641, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2007.47.4.622>, acedido em 31/01/2012;

<sup>185</sup> Ver: Wayne Bert, *Burma, China and the U.S.A.* in Pacific Affairs, vol. 77, nº 2 verão de 2004, pp. 263-282, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40022501>, acedido em 31/01/2012;

<sup>186</sup> Ver: Marvin C. Ott, *op.cit*, pp.80-83;

<sup>187</sup> Ver: David I. Steinberg, *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?*, in International Affairs, vol.86, nº1, janeiro 2010, pp.190-194, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acedido em 27/01/2012;

<sup>188</sup> Este termo foi usado por Kurt M. Campbell, secretário de estado assistente dos EUA para os assuntos do Pacífico e do Sudeste Asiático. Ver: Emma Larkin, *op.cit*, p.257;

<sup>189</sup> Ver: The White House, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2011, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>, acedido em 17/03/2012;

Presidente sublinha que os EUA pretendem reforçar a sua presença no Sudeste Asiático, mas em oposição à Administração Bush, afirma que “*our posture will be more flexible (...)*”. Obama reforça a importância dos direitos humanos e da democracia e afirma que “*These principles have guided our approach to Burma, with a combination of sanctions and engagement. And today, Aung San Suu Kyi is free from house arrest. Some political prisoners have been released, and the government has begun a dialogue. Still, violations of human rights persist. So we will continue to speak clearly about the steps that must be taken for the government of Burma to have a better relationship with the United States.*”<sup>190</sup>

## II. 2. A Posição Comum da União Europeia

A União Europeia teve, à semelhança dos EUA, uma abordagem normativa à questão birmanesa.<sup>191</sup> A situação da constante violação dos direitos humanos e a permanência dos militares no poder contribuiu para a opinião pública europeia pressionar os seus governos a impor as sanções.<sup>192</sup>

A União Europeia apresentou uma posição comum<sup>193</sup>, em 1996, para impor sanções à junta militar birmanesa, à qual estão vinculados todos os Estados-Membros. O Parlamento Europeu elaborou, também, um conjunto de resoluções acerca da Birmânia. Na resolução de 7 de setembro de 2000<sup>194</sup>, o Parlamento Europeu, exorta a

---

<sup>190</sup> The White House, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2011, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>, acedido em 17/03/2012;

<sup>191</sup> Para uma análise do poder normativo da União Europeia na política internacional, ver: Ian Manners, *The normative ethics of the European Union*, International Affairs, vol.84, nº1, 2008, pp.45-60, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2008.00688.x/pdf>, acedido em 25/01/2012;

<sup>192</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.468;

<sup>193</sup> Conselho da União Europeia, *Posição Comum 96/635/PESC*, 28 de outubro de 1996, disponível em: <http://eur-law.eu/PT/96-635-PESC-Posicao-Comum28-Outubro1996,264734.d>, acedido em 13/12/2011;

<sup>194</sup> Parlamento Europeu, *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Birmânia*, 7 de setembro de 2000, disponível em:



junta militar a dialogar com a oposição no sentido de restabelecer a democracia e os direitos fundamentais dos cidadãos birmaneses. Nesta resolução advoga-se a aplicação de sanções, em cooperação com os EUA, e a exclusão da Birmânia nas reuniões da UE-ASEAN e também o isolamento do regime nas Nações Unidas até que a democracia seja instaurada.

Em 2003 a União Europeia, através do seu Conselho, decide alargar as sanções ao regime, e elabora uma nova posição comum, na qual declara:

*“Tendo em conta a nova deterioração da situação política na Birmânia, designadamente a detenção de Aung San Suu Kyi e de outros altos responsáveis da NLD e o encerramento de escritórios da NLD, o Conselho decidiu tornar o âmbito da proibição de concessão de vistos e do congelamento de fundos extensivo a outros membros do regime militar, às forças militares e de segurança, a interesses económicos do regime militar e a outros indivíduos, grupos, empresas ou entidades associadas ao regime militar que formulem, ponham em prática ou beneficiem de políticas que impeçam a transição da Birmânia/Myanmar para a democracia, bem como as respetivas famílias e associados. O Conselho decidiu ainda aplicar a proibição relativa à formação ou assistência técnica relacionada com o fornecimento, fabrico, manutenção ou utilização de armas, munições e equipamento militar.”*<sup>195</sup>

De facto, a posição da União Europeia tornou-se mais dura para com o regime porque as recomendações da UE e das Nações Unidas não surtiram o efeito pretendido sobre o SLORC/SPDC. Os militares birmaneses continuaram a não ceder às pressões internacionais para reformar o regime. Neste sentido, a UE, foi progressivamente, reforçando o regime de sanções.<sup>196</sup>

As medidas<sup>197</sup> tomadas pela EU contra o SLORC/ SPDC foram: o embargo da venda de armamento, a proibição da ajuda não humanitária, a não atribuição dos

---

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2001:135:0283:0284:PT:PDF>, acedido em 26/01/2012;

<sup>195</sup> Conselho da União Europeia, *Posição Comum 2003/297/PESC*, de 28 de abril de 2003, disponível em: disponível em: <http://eur-law.eu/PT/Posicao-Comum2003-297-PESC-Conselho28-Abril,431919.d>, acedido em 13/12/2011;

<sup>196</sup> Entre 2004-2005 o Conselho da UE delineou outras quatro posições comuns, que vieram reforçar o regime de sanções. Ver: Conselho da União Europeia, *Posição Comum 2005/340/CFCS*, de 25 de Abril de 2005, disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:108:0088:0106:PT:PDF>, acedido em 14/12/2011;

<sup>197</sup> Informação retirada de: [http://www.burmacampaign.org.uk/case\\_for\\_sanctions.html](http://www.burmacampaign.org.uk/case_for_sanctions.html), acedida a 13/12/2011;



privilégios comerciais do Sistema Generalizado de Preferências, a limitação do investimento no país, o congelamento de capitais dos membros do SPDC, a proibição da concessão de vistos aos oficiais do regime e às suas famílias.<sup>198</sup>

### II. 3. A resposta ambígua do Japão

A relação do Japão com a Birmânia remonta à Segunda Guerra Mundial, quando os birmaneses obtiveram o apoio do Japão para expulsarem os britânicos da Birmânia. O grupo conhecido como os *Trinta Camaradas* e liderado por Aung San, recebeu treino militar no Japão. Quando os japoneses conquistaram a Birmânia, com a ajuda dos birmaneses, falharam no cumprimento da promessa de concederem a total independência à Birmânia. Ressentidos, os birmaneses juntaram-se aos britânicos em 1945 e ajudaram a expulsar os japoneses. Apesar dos traumas da guerra, a ligação da Birmânia ao Japão nunca desapareceu por completo. Por este motivo, com a assinatura do tratado de paz em novembro de 1954, o Japão dá início ao seu programa de ajuda à Birmânia, o primeiro país asiático a beneficiar de um acordo de reparações com o Japão.<sup>199</sup> É importante referir que o Japão foi o principal doador de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) à Birmânia, desde a década de cinquenta.<sup>200</sup>

Numa primeira fase, este programa destinava-se, como já referimos, às reparações de guerra. Na década de sessenta encetam-se programas de cooperação económica entre os dois países e, na década posterior, o Japão decide aumentar exponencialmente a assistência à Birmânia. Steinberg<sup>201</sup> avança com algumas razões que possam ter estado na origem desta decisão. Se por um lado, pode ter sido a culpa

---

<sup>198</sup> Esta proibição foi levantada no início de 2012. Ver: Conselho da União Europeia, *Council Conclusions on Burma/Myanmar*, 3142 Foreign Affairs Council Meeting, Brussels, 23 de janeiro de 2012, disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/EN/foraff/127480.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/EN/foraff/127480.pdf), acedido em 26/01/2012 e Mizzima News, *EU lifts travel ban on top burmese officials*, 24 de janeiro de 2012, disponível em: <http://mizzima.com/news/world/6470-eu-lifts-travel-ban-on-top-burmese-officials.html>, acedido em 25/01/2012;

<sup>199</sup> Donald M. Seekins, *Japan's Aid Relations with Military Regimes in Burma, 1962-1991: The Kokunaika Process*, in *Asian Survey*, vol. 32, nº 3, março de 1992, p.249, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2644937>, acedido em 31/01/2012;

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*, p.246;

<sup>201</sup> David I. Steinberg, *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001, pp.253-254;

sentida pelos japoneses devido à destruição causada pela guerra, por outro lado, foi também a tentativa de reestabelecer a posição do Japão no Sudeste Asiático, garantir o acesso às matérias-primas birmanesas e aproveitar o potencial de crescimento do mercado birmanês, no quadro da própria reconstrução do Japão e do consequente reavivar das suas indústrias e exportações. Neste sentido, a ajuda à Birmânia contribuía para a expansão da indústria japonesa. O Japão pretendia, também, obter a aprovação internacional, melhorando e consolidando a sua imagem ao ajudar os países menos desenvolvidos, deste modo, agia em conformidade com a sua posição de membro do grupo dos países mais industrializados. A regra geral da assistência japonesa era a não-interferência nos assuntos internos dos países beneficiários. Uma das características da ajuda japonesa era ser livre de condições, tendo em conta o passado imperialista japonês, os países asiáticos que recebiam ajuda não admitiriam que o Japão, usasse a assistência ao desenvolvimento para interferir nas suas políticas internas.<sup>202</sup> Sendo assim, não pressionava os governos a tomarem qualquer medida económica ou política fosse ela genérica ou específica, como era apanágio da ajuda dos Estados Unidos, do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB).<sup>203</sup>

Contudo, no final dos anos oitenta, o regime alertou os governantes birmaneses para a necessidade de procederem a reformas económicas, sob pena de perderem a assistência japonesa. Foi um aviso genérico, que denotava a preocupação do Japão com a falta de desenvolvimento económico na Birmânia, apesar das ajudas recebidas. Esta forma de agir era atípica na política externa japonesa. Mas o Japão sentiu que era necessário instar os líderes birmaneses a promoverem a mudança, a bem da sustentabilidade dos seus próprios interesses económicos no país. Para Steinberg, foi este aviso que levou Ne Win a liberalizar a economia e a desistir do socialismo.<sup>204</sup>

A ajuda e cooperação económica foram, temporariamente, interrompidas na sequência do golpe militar de 18 de setembro de 1988. Esta suspensão prendeu-se com o facto de, o governo japonês ter de voltar a reconhecer o regime birmanês após o golpe de Estado. Os programas de assistência foram retomados em fevereiro de 1989, quando o Japão reconheceu o novo regime birmanês, o SLORC. Entretanto, durante os meses que a ajuda esteve suspensa, o governo japonês sofreu uma forte pressão dos grupos

---

<sup>202</sup> Donald M. Seekins, *op.cit.*, p.248;

<sup>203</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.255;

<sup>204</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.256;

empresariais japoneses, para reativar o programa de ajuda à Birmânia. Sem a ajuda do Japão à Birmânia, as empresas japonesas caíram numa situação financeira difícil e a sua permanência na Birmânia ficou em risco. No entanto, o Japão, cedendo às pressões norte-americanas, apenas retomou os programas de ajuda humanitária. Atribuiu um maior peso à relação com os Estados Unidos, do que à manutenção da sua posição na Birmânia. Mas, apesar de tudo, não desistiu completamente do envolvimento económico, e gradualmente, vai aumentando a assistência. Além disso, tem mostrado a sua disponibilidade para incrementar a ajuda, caso se verifiquem algumas mudanças políticas ou económicas, por mínimas que sejam.

Na realidade, o Japão não iniciou novos projetos na Birmânia, mas prosseguiu com os projetos antigos e auxiliou o governo birmanês no alívio da dívida externa. Financiou, também, alguns projetos de cooperação técnica, o que lhe permitiu manter alguma influência na Birmânia. Em 1998, incluiu no âmbito da assistência humanitária, o projeto de melhoramento do aeroporto de Rangoon (interrompido desde 1988), justificando que sem esta obra, a vida de muitas pessoas estava em risco. Este alargamento do conceito de ajuda humanitária serviu os interesses económicos e políticos do Japão e, ao mesmo tempo, os interesses dos militares birmaneses. A NLD tem criticado esta atuação do Japão, por considerar que a mesma contribuiu para reforçar o poder do regime militar.<sup>205</sup> Para o Japão, a democratização da Birmânia não é indispensável para o aumento do grau de ajuda e cooperação económica. Basta que o regime militar tome medidas concretas positivas, como uma maior abertura ao diálogo político com a oposição e que demonstrem a sua boa vontade em mudar de rumo, para que o Japão os premeie com o reforço da cooperação económica. Steinberg acredita que, apesar dos critérios que o Japão segue relativamente à concessão de programas de assistência externa, no caso particular da Birmânia, é possível que estes princípios sejam substituídos por preocupações mais pragmáticas. Se surgir a oportunidade de voltar a ocupar um lugar de destaque na Birmânia, o Japão vai relegar para segundo plano as questões normativas.<sup>206</sup> Apesar do seu posicionamento internacional, as relações com a Birmânia sofreram um choque aquando da Revolução de Açafrão. A 27 de setembro de 2007, durante as manifestações dos monges budistas, o fotógrafo japonês Kenji Nagai

---

<sup>205</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.257;

<sup>206</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.257;

foi baleado por militares birmaneses, acabando por falecer no local.<sup>207</sup> Na sequência deste acontecimento o Japão resolveu cortar, provisoriamente, a ajuda ao desenvolvimento Birmânia.<sup>208</sup> No entanto, em 2009, o governo japonês convidou o General Hhay Oo, ministro da agricultura e irrigação e líder da USDA. Foi a primeira visita de um oficial birmanês ao Japão, após o incidente de 2007. O ministro dos Negócios Estrangeiros japonês expressou que apesar da preocupação pela detenção de Aung San Suu Kyi, o Japão pretendia continuar a manter boas relações com o SPDC.<sup>209</sup>

Desde 1988, o Japão tem demonstrado uma posição algo ambígua em relação ao regime militar. Se por um lado, os seus empresários estão ansiosos para investirem no país, e já estão no terreno a sondar as oportunidades, por outro lado, o governo não quer afastar-se muito repentinamente da política seguida pelos Estados Unidos. Tem desempenhado o papel de conselheiro do SLORC/SPDC e incentiva a junta militar a ser mais flexível na sua política em relação à oposição e em particular, em relação à NLD e a Aung San Suu Kyi. No fundo, o Japão tenta um equilíbrio as abordagens da ASEAN e dos Estados Unidos.<sup>210</sup> O Japão tem mantido, aquilo que se pode considerar como um diálogo discreto com os generais birmaneses. Tendo em conta que, não quer ver desaparecer por completo a sua influência histórica na Birmânia mas também não quer ser alvo das críticas internacionais ao aprofundar, sem justificação, o seu envolvimento com o regime militar. Na realidade, a influência do Japão tem vindo a desvanecer-se desde 1988 e tem sido substituída pela influência direta da China, que não cede às pressões ocidentais para penalizar o regime. Podemos dizer que, atualmente, a Birmânia já não faz parte da esfera de *coprosperidade* japonesa, mas sim da esfera chinesa.

---

<sup>207</sup> Emma Larkin, *op.cit*, p.127;

<sup>208</sup> Donald M. Seekins, *The Limits of "Quiet Dialogue"*, in The Irrawaddy, dezembro de 2007, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=9488](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=9488)., acedido em 12/02/2012;

<sup>209</sup> O ministro japonês dos Negócios Estrangeiros terá dito o seguinte: "*Japan is still very much a friend of the SPDC*". Ver: Wai Moe, *USDA Leader in Japan*, in The Irrawaddy 21 de agosto 2009, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=16619](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=16619), acedido em 12/02/2012;

<sup>210</sup> Marvin C. Ott, *op.cit*, pp.79-80;

## **II. 4. A reação das Nações Unidas**

A questão dos direitos humanos, em particular na Birmânia, só passou a fazer parte das preocupações internacionais com os acontecimentos de 1988<sup>211</sup>, sobretudo, após as eleições democráticas de maio de 1990. Como sabemos, a Liga Nacional para a Democracia venceu as eleições mas a junta militar recusou transferir o poder para o legítimo vencedor. A decisão de manter sob prisão domiciliária os líderes da NLD, sem que existisse uma acusação plausível, foi motivo de grande celeuma na sociedade internacional, sobretudo nos países ocidentais. E em 1991, tornou-se evidente que os militares não iam abdicar da sua posição dominante. Os oficiais auto-nomearam-se líderes do governo da Birmânia, distribuíram pastas ministeriais e o General Than Shwe tornou-se o Primeiro-Ministro da Birmânia, acumulando com a Presidência da junta militar, o SLORC.

Na realidade, desde 1962 que a Birmânia era uma ditadura, com um registo preocupante de violações dos direitos humanos. O sistema de partido único, implementado com a Constituição de 1974, não concedia espaço a qualquer oposição, nem à efetiva participação dos cidadãos birmaneses no governo do país. No entanto, a partir de 1990, os países ocidentais, modificaram a sua política externa em relação aos países nos quais não tinham nenhum interesse vital em jogo, como era o caso da Birmânia. A mudança de sistema internacional colocou a promoção dos direitos humanos e da democracia no lugar cimeiro da agenda do Ocidente. A partir de então, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi, a nível multilateral, o fórum privilegiado para dar a conhecer o que se passava na Birmânia, nomeadamente, a sistemática opressão e repressão da oposição democrática, das minorias étnicas e da população em geral. Na realidade a situação de desrespeito pelos direitos humanos na Birmânia tem constituído uma das mais dramáticas do mundo. Desde a prática continuada da utilização de trabalho forçado, que tem sido uma preocupação constante da Organização

---

<sup>211</sup> Apenas a Amnistia Internacional foi a exceção, porque já havia produzido um relatório em 1987 sobre a violação dos direitos humanos na Birmânia.

Internacional do Trabalho (OIT),<sup>212</sup> até à utilização de prisioneiros como carregadores do exército ou detetores humanos de minas, passando pela tortura sistemática dos prisioneiros e as conseqüentes mortes sob custódia e desaparecimentos até ao recrutamento de crianças-soldado,<sup>213</sup> ao crescente fluxo de refugiados e pessoas deslocadas. A questão dos refugiados é uma questão sensível que afeta os países vizinhos da Birmânia, com particular incidência, a Tailândia, a China e o Bangladesh.

Ao longo das últimas duas décadas houve a tentativa de estabelecer uma ação coordenada entre os membros da ONU, quanto à forma de lidar com o regime militar birmanês. Deste modo, pôs-se em marcha um procedimento especial para a Birmânia. Com base nesse procedimento, a Assembleia Geral da Nações Unidas, até à data, adotou mais de duas dezenas de resoluções referentes à *situação dos direitos humanos* na Birmânia.<sup>214</sup> A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1991 até 2011, elaborou, precisamente, vinte e uma resoluções sobre a questão da violação dos direitos humanos na Birmânia. Por sua vez, a antiga Comissão dos Direitos Humanos (substituída em março de 2006 pelo Conselho dos Direitos Humanos) estava também encarregue de monitorizar a questão birmanesa, tendo elaborado um conjunto de resoluções para apoiar o trabalho da Assembleia Geral. Paralelamente, o sistema das Nações Unidas nomeou oito relatores e/ou enviados especiais para acompanharem a situação na Birmânia<sup>215</sup> e para promoverem o diálogo entre a junta militar, as forças democráticas da oposição e as nacionalidades étnicas. Todo este dispositivo colocou uma pressão internacional imensa sobre o regime militar. A reação da junta militar às investidas das

---

<sup>212</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez várias advertências à Birmânia, no sentido de pôr fim à prática ilegal de trabalho forçado. Inclui este país no topo das preocupações sobre o trabalho forçado da Ásia, e sublinha que esta prática é levada a cabo pelo Estado e pelos organismos oficiais. Ver: International Labour Organization, Relatório *The Cost of Coercion*, 2009, pp.17-18 e p.73, disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---declaration/documents/publication/wcms\\_106268.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_106268.pdf), acedida em 02/02/2012;

<sup>213</sup> A Birmânia é um dos países com o maior número de crianças-soldado do mundo. Quanto à situação das crianças-soldado na Birmânia ver o relatório da Watchlist On Children and Armed Conflict, *No More Denial: Children Affected by Armed Conflict in Myanmar (Burma)*, maio 2009, disponível em: <http://www.child-soldiers.org/regions/country?id=146>, acedida a 17/11/2011;

<sup>214</sup> As resoluções encontram-se disponíveis em: <http://www.un.org/depts/dhl/resguide/gares1.htm>;

<sup>215</sup> Entre os quatro relatores estão Yono Yokota (1992-1996), Rajsoomer Lallah (1996-2000), Paulo Sérgio Pinheiro (2000-2008) e o atual relator especial Tomás Ojea Quintana. Quanto aos enviados especiais do Secretário-Geral das Nações Unidas, foram nomeados, Alvaro de Soto (1995-1999), Razali Ismail (2000-2006), Ibrahim Gambari (2006-2009) e o atual enviado especial Vijay Nambiar. Ver: <http://www.altsean.org/Research/UN%20Dossier/EnvoysandRapporteurs.htm>;

Nações Unidas consistia no bloqueio da entrada os relatores e enviados especiais, por longos períodos de tempo, o que tornava o trabalho destes representantes da ONU difícil de se realizar.

Tanto as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho dos Direitos Humanos, como os relatórios dos enviados especiais, dos relatores e do Secretário-Geral, reconhecem a grave situação de desrespeito pelos direitos humanos na Birmânia e fazem recomendações ao governo militar para cooperar com as Nações Unidas na resolução destas questões. Apela à libertação de Aung San Suu Kyi e de todos os presos políticos. Apela também à inclusão da oposição no processo de transição para a democracia através de um verdadeiro diálogo, baseado na reconciliação nacional, da qual devem participar todos os grupos da oposição democrática, os grupos da sociedade civil, organizações de estudantes e os grupos das minorias étnicas. As Nações Unidas instam o regime a restabelecer o primado da lei.

De entre as resoluções da Assembleia Geral, considero que a mais significativa é a Resolução nº197 de 23 de dezembro de 1994. Nesta resolução, as Nações Unidas expressam a necessidade de *“encorajar o governo de Myanmar a empenhar-se no diálogo político com Aung San Suu Kyi e outros líderes políticos, inclusive representantes dos grupos étnicos, como o melhor meio de promover a reconciliação nacional e a completa restauração da democracia”* <sup>216</sup>. Esta resolução formulou o conceito de diálogo tripartido, que a partir deste momento foi considerado pelas Nações Unidas a melhor forma de solucionar a problemática dos direitos humanos e da transição para a democracia na Birmânia.

Estas resoluções constituem apenas recomendações ao regime militar e também à atuação que deverá ser seguida pela sociedade internacional, mas não sendo vinculativas, não têm sido capazes de alterar os comportamentos do SLORC/SPDC, nem de despoletar qualquer tipo de ação concertada, por parte da ONU, para provocar uma mudança da situação. Era necessário que tivesse existido uma vontade política, sobretudo da parte de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança, para

---

<sup>216</sup> Ver: Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução A/RES/49/197 de 1994, disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/771/79/PDF/N9577179.pdf?OpenElement>, acedido em 06/02/2012;

que a ONU pudesse intervir ativamente na política interna Birmanesa. Porém, a China e a Rússia têm protegido o governo militar birmanês nas Nações Unidas e não têm permitido que o Conselho de Segurança passe qualquer resolução, que possa provocar a instabilidade da região e dessa forma pôr em causa os seus interesses.

Apesar de tudo, em 2006, os Estados Unidos e o Reino Unido conseguiram incluir na sua agenda do Conselho de Segurança a questão birmanesa.<sup>217</sup> Os governos ocidentais, então, colocaram mais pressão sobre a ONU e o Secretário-Geral, que nomeou um Relator Especial para os Direitos Humanos e à designação de altos funcionários da ONU e diplomatas reformados como Enviados Especiais para tentarem mediar um acordo entre o regime militar e Aung San Suu Kyi.<sup>218</sup> No entanto, estes esforços não produziram os resultados pretendidos. Em 2005 e 2006, os Estados Unidos e o Reino Unido esforçaram-se para conseguir colocar, pela primeira vez, a Birmânia na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas, afirmando que os assuntos internos da Birmânia eram uma ameaça para a paz e a segurança da Ásia e conseguiram, apesar da discordância dos países vizinhos da Birmânia. Os EUA e o Reino Unido conseguiram colocar a questão birmanesa para discussão no Conselho de Segurança, mas não foram além disso, visto que, a resolução que pretendiam implementar foi vetada pela República Popular da China e pela Federação Russa. Em janeiro de 2007, o projeto de resolução conjunta foi a votos e foi vetado pela Rússia e pela China, o primeiro veto duplo em mais de vinte anos.<sup>219</sup> Após vinte anos a tentar internacionalizar a crise interna Birmanesa, todas as tentativas falharam. Mas também falharam as tentativas dos generais birmaneses de abrirem a economia ao Ocidente.

De facto, para que a ONU pudesse ter um papel ativo nesta questão dos direitos humanos na Birmânia, seria necessário que a sociedade internacional reunisse os consensos necessários no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que como vimos é altamente improvável de acontecer no caso da Birmânia. A proteção que

---

<sup>217</sup> Tendo sido votada como uma questão processual não precisava dos votos favoráveis de todos os membros permanentes, pelo que passou ainda que a China e a Rússia tenham votado contra. Ver: U.N. Department of Public Information, *Security Council, in procedural action, votes to include human rights situation in Myanmar on its agenda*, Nova Iorque, 15 de setembro de 2006, <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8832.doc.htm>, acedido em 07/02/2012;

<sup>218</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.469;

<sup>219</sup> A África do Sul também votou não, a Indonésia, o Qatar e a República do Congo abstiveram-se e a Bélgica, a França, a Itália, o Gana, o Panamá, o Peru e a Eslováquia juntaram-se aos Estados Unidos e ao Reino Unido no voto positivo do projeto de resolução. Idem, *ibidem*, p.470;



o regime goza por parte da China e da Rússia, deve-se ao interesse geoestratégico e económico que a Birmânia tem para estes países. Estes fatores paralisam qualquer tomada de posição no que se refere a este assunto.

## **II. 5. Considerações Finais**

Os Estados Unidos e a União Europeia impuseram sanções à Birmânia para pressionar o SLORC/SPDC a melhorar a situação dos direitos humanos, nos quais estão incluídos a libertação de Aung San Suu Kyi e de todos os presos políticos e a transferência do poder para o partido democraticamente eleito em 1990, designadamente, a NLD. Relativamente ao Japão, após 1988, demonstrou uma certa relutância em condenar o regime e acabou por reconhecê-lo no início de 1989. Apesar de não ter encetado nenhum novo projeto de assistência económica, pretendendo alinhar-se com as democracias ocidentais, também não condenou explicitamente o regime, como o fizeram outros membros da sociedade internacional. As Nações Unidas, por sua vez, produziram uma série de resoluções a alertar e condenar os abusos cometidos pelo exército birmanês e a apoiar a democratização. No entanto, a falta de consenso relativamente à forma como se deve abordar o regime tem contribuído para a paralisação das Nações Unidas.

Quanto às sanções, impostas pela maioria dos países ocidentais, vão no sentido de prevenir o investimento neste país e de cortar as fontes de financiamento do governo militar. São, na sua maioria, sanções económicas, porque estas são uma forma de impedir o regime de ter acesso a capitais que lhe permitam financiar as suas atividades políticas e militares, nomeadamente, a compra de armamento e dos meios de produção destes. As sanções destinam-se a impedir a sobrevivência do regime e a forçá-lo a aplicar reformas conducentes à transição para a democracia.

A sociedade internacional, no seu todo, tem tido uma abordagem díspar em relação ao regime militar birmanês. Se, por um lado, os países ocidentais implementaram sanções económicas e tentaram isolar o SLORC/SPDC para alcançarem as mudanças esperadas na política interna do regime, por outro lado, as potências

vizinhas do país tentam integrá-lo e fornecem-lhe ajuda económica. Ora, estas duas atitudes opostas não têm surtido o efeito pretendido pela sociedade internacional da democratização da Birmânia. A pressão sobre o regime não tem força suficiente para efetuar as reformas necessárias, muito pelo contrário, tem-no levado a tirar partido deste desconcerto internacional, aumentando cada vez mais a sua força interna. Os Estados Unidos e a generalidade dos países ocidentais têm assumido uma posição normativa intransigente. Estas medidas sancionatórias seriam, eventualmente, mais eficazes caso fossem aplicadas por todos os países da sociedade internacional, mas como não existe um embargo económico à escala mundial, ou seja uma ação concertada, o regime não se ressent. Neste sentido, a ajuda económica dos seus parceiros da ASEAN e o importantíssimo apoio da China, da Rússia e da Índia, como iremos analisar no capítulo seguinte, tem garantido o reforço do domínio militar.

Atualmente, já não é viável para o ocidente persistir no isolamento do regime. Uma modificação do sistema político na Birmânia, ainda que sirva apenas os interesses dos militares birmaneses, pode induzir mudanças significativas ao nível das suas relações bilaterais. E neste caso, seria desejável que o ocidente aproveitasse a oportunidade para iniciar a um novo relacionamento com o governo birmanês e, desta forma, tentasse uma nova abordagem à questão birmanesa.

### CAPÍTULO III – A abordagem regional à política da Birmânia

---

A resposta regional à questão birmanesa tem sido diametralmente oposta à resposta dos países ocidentais. De facto, os países vizinhos da Birmânia, desde o golpe militar de 1988, têm promovido o relacionamento com a junta birmanesa, por considerarem que o envolvimento é mais construtivo que o isolamento. Não é por acaso que a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) designou esta abordagem de *constructive engagement*,<sup>220</sup> conforme iremos analisar neste capítulo. Esta reação também está relacionada com a perceção da ameaça que o crescente poderio chinês representa, embora este fator não seja publicamente assumido. Se, os países da ASEAN optassem por marginalizar e excluir a Birmânia, este gesto desencadearia uma maior dependência face à China, um cenário que os países do sudeste asiático pretendem evitar.

Relativamente à China e à Índia, estes países têm vindo a desenvolver um relacionamento muito próximo com os militares birmaneses. A China modificou a sua política em relação à Birmânia, ainda antes da desintegração do Partido Comunista Birmanês em 1989. Esta reorientação da política externa chinesa face à Birmânia decorre da própria mudança da política interna chinesa, nos finais da década de setenta. Deng Xiaoping, quando assumiu o poder, inaugurou uma via mais pragmática e menos proselitista nas relações externas. De facto, a ideologia foi relegada para segundo plano. O desenvolvimento económico passou a ser a prioridade chinesa e dos países asiáticos em geral. Para alimentar este desenvolvimento a China precisa de recursos, de matérias-primas e de um caminho mais rápido e seguro para as fazer chegar ao seu território. Esse caminho passa pela Birmânia, cujo posicionamento geográfico permite aos chineses acederem ao Oceano Índico e controlarem os Estreitos de Malaca. Às motivações económicas unem-se, portanto, as motivações estratégicas. O acesso a um

---

<sup>220</sup> Ver: J. Mohan Malik, *Burma's Role in Regional Security – Pawn or Pivot?* in Robert I. Rotberg (ed)., *Burma: Prospects for a Democratic Future*, Brookings Institute Press, The World Peace Foundation, HIID, Washington D.C., 1998, p.121;

segundo oceano é de vital importância para a projeção do poder da China. Relativamente à Índia, inicialmente, uniu-se às nações ocidentais na condenação do regime birmanês, na defesa dos valores da democracia. Mas as considerações de ordem prática não foram esquecidas, e a Índia, atualmente, imita a China na sua tentativa de ganhar influência junto dos militares birmaneses. A geopolítica de Birmânia tem sido moldada, sobretudo, pelas relações bilaterais com a República Popular da China, que é, atualmente o seu principal aliado, mas também com a Tailândia e com a Índia. Ao nível multilateral, a ASEAN é o principal organismo regional a prestar apoio ao regime birmanês.

A junta militar têm invocado constantemente o princípio da não-interferência nos assuntos internos dos Estados, para se defender das críticas ocidentais. Procurou aliados junto de organizações internacionais e de Estados que se regiam por esse princípio. Numa fase inicial o SLORC, procurou o apoio da sociedade internacional, uma vez que pretendia afastar-se do isolamento económico e político do período socialista. Durante o quarto de século do governo do BSPP, o regime de autarcia imposto pelo governo conduziu a Birmânia a uma situação económica insustentável, em parte, responsável pela revolta da população em 1988. Os militares compreenderam que precisavam da cooperação internacional para desenvolverem o país e evitar que a contestação social de 1988 se repetisse. No entanto, a posição inflexível do mundo ocidental, em relação ao comportamento dos militares face à oposição democrática e o desrespeito pelos direitos humanos do povo birmanês, impediu a assistência que o regime procurava. O SLORC viu-se obrigado a recorrer à China e aos restantes países vizinhos para garantir o financiamento do regime.

A abertura externa inicial, que o regime pretendia global, acabou por ser substituída por um retraimento para a política regional asiática. Ao ficarem isolados do Ocidente, com o qual pretendiam restabelecer laços, os militares birmaneses viram-se forçados a depender cada vez mais dos seus vizinhos imediatos, nos quais, por razões históricas, não confiavam. As relações financeiras e comerciais seguiram os mesmos padrões das relações políticas. A Birmânia ficou, também, cada vez mais dependente dos mercados asiáticos. Em 2005, o comércio internacional fazia-se sobretudo com economias asiáticas, maioritariamente a China, a Índia e a Tailândia e, estes países tornaram-se a fonte do pouco investimento estrangeiro que a Birmânia recebia,

sobretudo após 1997.<sup>221</sup> Em 2005 e 2006, registou-se uma aguda quebra nas exportações da Birmânia para os Estados Unidos, devido à proibição do comércio com a Birmânia, aplicada pela Administração Bush em 2004.<sup>222</sup> A realidade é que as sanções impostas pelos países ocidentais revelaram-se vantajosas para os países da região, sobretudo para a China, que preencheu o vazio económico e político deixado pelo ocidente.



**Mapa 3.** Enquadramento regional da Birmânia

**Fonte:** <http://www.countryreports.org/maps/Burma/bm-area-gif>;

<sup>221</sup> Robert H. Taylor, *op.cit.*, p.464;

<sup>222</sup> Tendo em consideração o boicote dos EUA, as exportações da Birmânia para os outros países asiáticos têm registado um grande crescimento. Era de 68 por cento em 1985-1986, passou para 85 por cento em 1995-1996 e para 89 por cento em 2004-2005, Idem, *ibidem*, p.465;

### III. 1. A China

A Birmânia, desde a sua fundação, tenta conter o poder da China, país com o qual partilha a maior fronteira terrestre<sup>223</sup>, logo a seguir à Tailândia e à Índia. Desde as invasões chinesas<sup>224</sup> até à promoção da ideologia comunista, a China tem constituído, historicamente, uma ameaça para os birmaneses. Assim sendo, os líderes birmaneses não tinham alternativa a não ser encontrar a melhor forma de se relacionarem com um Estado vizinho de dimensão gigantesca, tendo em vista, a preservação do seu próprio Estado. Neste sentido, a seguir à independência, a Birmânia pautou a sua política externa pelo não-alinhamento. A neutralidade era a chave para a preservação da soberania. Diferenças ideológicas à parte, a Birmânia foi um dos primeiros países, logo a seguir à União Soviética, a reconhecer oficialmente a República Popular da China, a 18 de dezembro de 1949.<sup>225</sup> Este ato político deveu-se à consciência da vulnerabilidade birmanesa face à potencial ameaça chinesa.

Mas as relações entre os dois países mantiveram-se tensas, visto que a Birmânia democrática, nem sempre agiu conforme a RPC esperava que agisse<sup>226</sup> e do lado da Birmânia existia uma desconfiança em relação às reais intenções da China comunista. Contudo, a política birmanesa em relação à China baseava-se na manutenção de boas relações, para evitar uma eventual agressão. Este pragmatismo manifestou-se em

---

<sup>223</sup> Segundo os dados do World Factbook da CIA, a fronteira da Birmânia com a China é de 2185 quilómetros, um pouco menos do que os 2192 quilómetros referenciados pelo International Crisis Group. Ver: CIA – The World Factbook, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bm.html>, e International Crisis Group, *China's Myanmar Dilemma*, Asia Report nº177, 14 de setembro de 2009, p.3, disponível em: [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/north-east-asia/177\\_chinas\\_myanmar\\_dilemma.pdf](http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/north-east-asia/177_chinas_myanmar_dilemma.pdf), acedidos em 28/01/2012;

<sup>224</sup> Donald M. Seekins, *Burma-China Relations: Playing with Fire* in Asian Survey, vol. 37, nº 6, junho de 1997, p. 527, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645527>, acedido em 12/02/2012;

<sup>225</sup> Shen-Yu Dai, *Peking and Rangoon* in The China Quarterly nº5, janeiro/março de 1961, p.132, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/763356>, acedido em 12/02/2012;

<sup>226</sup> Por exemplo, votou a favor de uma resolução das Nações Unidas que condenava a Coreia do Norte, nas vésperas da Guerra da Coreia. Nesta altura, os comunistas chineses lançaram fortes críticas ao Presidente U Nu. Acusaram-no de permitir que a Birmânia fosse controlada pelos Britânicos e Americanos. Entretanto, os grupos birmaneses de esquerda posicionaram-se ao lado dos comunistas chineses e beneficiaram do seu apoio na disseminação da sua ideologia. Idem, *ibidem*, pp.133-135;

diversas manobras diplomáticas para apaziguar a China comunista.<sup>227</sup> Por sua vez, a China também promoveu os laços com a Birmânia, tendo enviado uma missão cultural a Rangoon em 1951, que incentivou a criação da Associação da Amizade Birmânia-China. A RPC aproveitou a oportunidade para oferecer ajuda na resolução do problema do Kuomintang (KMT), ao enviar tropas do Exército de Libertação Popular (PLA). De facto, alguns setores do exército nacionalista de Chiang Kai-shek, tinham entrado na Birmânia, mais concretamente nos estados Shan, para se reorganizarem e tentarem recapturar a China a partir das suas bases birmanesas.<sup>228</sup> Os birmaneses temiam incorrer na fúria dos chineses, mas temendo uma invasão, recusaram, inicialmente, a ajuda do PLA. Em 1954, a Birmânia conseguiu que, parte das tropas do KMT abandonassem o seu território com a assistência dos EUA, da Tailândia e da própria China Nacionalista. Eventualmente, os birmaneses incapazes de expulsar o KMT, tiveram de permitir a intervenção do Exército de Libertação Popular, em 1961. Os dois países lançaram uma operação conjunta, ao longo da fronteira, que acabou por derrotar o remanescente dos contingentes do KMT<sup>229</sup>. Esta operação pôs um fim na ameaça dos nacionalistas chineses.

No fim de junho de 1954, o Primeiro-Ministro Chinês, Zhou Enlai, iniciou a primeira das nove visitas que faria à Birmânia até 1965.<sup>230</sup> Neste primeiro encontro, realçou a importância dos princípios da Coexistência Pacífica, que havia formulado em conjunto com o Primeiro-Ministro indiano Nehru. Na conferência de Bandung, Zhou Enlai tranquilizou os birmaneses ao afirmar que toda a Ásia e África se deviam reger pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica<sup>231</sup>, deste modo, a China comprometia-se a respeitar as fronteiras birmanesas.<sup>232</sup> Apesar de, em julho de 1956, as tropas

---

<sup>227</sup> Em 1953, a Birmânia recusou a assistência dos Estados Unidos em retaliação pelo apoio que a CIA facultava aos Nacionalistas Chineses do Kuomintang em território birmanês, e nas Nações Unidas fez pressão para expulsar a República da China (Taiwan) da Organização, o que acabou por suceder em 1971. Idem, *ibidem*, pp.133-135 e p.140;

<sup>228</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.50;

<sup>229</sup> Donald M. Seekins, *op.cit.* pp. 527-528;

<sup>230</sup> International Crisis Group, *op.cit.*, p.2;

<sup>231</sup> Os princípios da Coexistência Pacífica são os seguintes: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial de cada Estado, a não-agressão, a não interferência nos assuntos internos, a igualdade e benefícios mútuos e a coexistência Pacífica. Ver: Russell H. Fifield, *The Five Principles of Peaceful Coexistence* in *The American Journal of International Law*, vol.52, nº3, julho de 1958, pp.504-505, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2195465>, acedido em 05/03/2012;

<sup>232</sup> Shen-Yu Dai, *op.cit.*, p.136;

chinesas comunistas terem entrado na Birmânia, aumentando as tensões entre os dois países, os líderes birmaneses tentaram minimizar o problema, através dos meios diplomáticos, evitando que este incidente despoletasse um conflito aberto entre os respetivos Estados.<sup>233</sup>

Outra das questões que colocaram um desafio às relações sino-birmanesas, no período subsequente à independência, foi a definição da fronteira. Este era um problema antigo, que advinha do facto de, os povos da Alta Birmânia e da província chinesa de Yunnan, pertencerem a diversos grupos étnicos que, historicamente, não se enquadravam nas tradicionais fronteiras de qualquer Estado. Aliás, até à colonização Britânica as áreas montanhosas que separavam a Índia da China não eram controladas por nenhum poder estatal<sup>234</sup> e, alguns mapas chineses representavam porções do território do nordeste e este da Birmânia como pertencendo à China.

Ao longo da década de cinquenta, os dois países resolveram esta questão, que culminou em janeiro de 1960, com a assinatura do Acordo Sino-Birmanês sobre a Questão Fronteiriça, precursor do Tratado da Fronteira<sup>235</sup>, assinado em outubro, e o Tratado Sino-Birmanês de Amizade e Não-Agressão. É interessante referir que, o Tratado de Não-Agressão estipula que entre a Birmânia e a China devia existir uma paz perpétua.<sup>236</sup> Nenhum dos países devia participar numa aliança militar dirigida contra o outro e pressupunha o desenvolvimento e fortalecimento dos laços económicos e culturais.<sup>237</sup> Contudo, não houve um aprofundamento das relações sino-birmanesas nas décadas seguintes, devido ao apoio que Pequim prestava aos comunistas birmaneses. A China afirmava que as relações Estado a Estado eram distintas das relações entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e os outros partidos comunistas.<sup>238</sup> Mas esta retórica não era satisfatória para os dirigentes birmaneses, que nutriam uma grande desconfiança em relação às intenções da China. A acrescentar a este facto, a Revolução Cultural chinesa provocou uma cisão temporária entre os dois países.<sup>239</sup> As relações sofreram um

---

<sup>233</sup> Idem, *ibidem*, p.137;

<sup>234</sup> Thant Myint-U, *op.cit*, p.38;

<sup>235</sup> Este tratado entrou em vigor em janeiro de 1961. Ver: Shen-Yu Dai, *op.cit*, p.142;

<sup>236</sup> O Primeiro-Ministro birmanês, U Nu, chegou a afirmar que a amizade e a coexistência pacífica com a China eram inevitáveis. Ver: Idem, *ibidem*, p.139;

<sup>237</sup> Idem, *ibidem*, p.141;

<sup>238</sup> Donald M. Seekins, *op.cit*, p.528;

<sup>239</sup> Idem, *ibidem* p.528;



revés, no final da década de sessenta. A partir de 1966, quando começou a Revolução Cultural na China, alguns ativistas políticos radicais tentaram encorajar, ativamente, insurreições comunistas pelos países asiáticos. Na Birmânia já existia uma insurreição comunista e o Partido Comunista da Birmânia acabou por se transformar numa organização Maoísta, com o apoio dos chineses. A embaixada Chinesa em Rangoon começou, entretanto, a financiar escolas chinesas com plano de estudos maoístas e a distribuir cópias do Pequeno Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung e panfletos propagandísticos. Estes factos provocaram uma onda de violência em 1967. Após rumores de que professores birmaneses haviam sido agredidos por estudantes chineses, a população birmanesa atacou os chineses e as suas propriedades. Tentaram atacar a embaixada mas foram impedidos por tropas governamentais.<sup>240</sup> A resposta da China não se fez esperar. Protestos frente à embaixada da Birmânia em Pequim, a exigir o fim do regime militar fascista na Birmânia e, mais importante, o apoio a uma força de insurgentes comunistas birmaneses, exilados na China, que, em 1968, atravessaram a província chinesa de Yunnan e invadiram uma parte do território leste da Birmânia. Só no final dos anos setenta, é que as relações Rangoon – Pequim melhoraram, quando a China reduziu o apoio ao Partido Comunista da Birmânia.

No entanto, a verdadeira expansão e aprofundamento das relações sino-birmanesas, acontece, somente a partir de 1988. Após a revolta popular, o governo militar birmanês decidiu que devia prosseguir com a liberalização económica. Com o afastamento público do General Ne Win, a nova geração de generais, que refundaram o regime militar sob a designação de SLORC, remodelado para Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC) em 1997, decidiu implementar uma abordagem económica mais orientada para o mercado. Contudo, o boicote ocidental ao comércio com a Birmânia constituiu um entrave ao desenvolvimento económico deste país. Além disso, o investimento estrangeiro sofreu uma quebra com a proibição norte-americana de novos investimentos na Birmânia, em 1997 e com a crise asiática.<sup>241</sup> Neste ambiente internacional hostil à junta militar birmanesa, a China surgiu como um poderoso aliado do regime. A China, após 1988, não só continuou a investir na Birmânia e a conceder empréstimos aos militares mas também expandiu os laços comerciais entre os dois

---

<sup>240</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.51;

<sup>241</sup> Idem, *ibidem*, pp.68-69;

países e aumentou as áreas de cooperação. O apoio político que a China oferecia à junta era importante. A Birmânia, isolada nas Nações Unidas e cada vez mais pressionada pelo Ocidente para proceder a reformas democráticas, encontrou na China a necessária proteção diplomática para evitar o total isolamento internacional.<sup>242</sup> É preciso ter em mente que, no final da década de oitenta, a China e a Birmânia, tinham a percepção que ocupavam uma posição semelhante em relação à sociedade internacional. Os governos de ambos os países eram duramente criticados pelo desrespeito pelos direitos humanos e pela falta de liberdade política. É importante ter em conta que, a violência usada sobre os manifestantes em Rangoon, no verão de 1988, teve a sua sequência em Pequim com o massacre da praça Tiananmen em 1989. As críticas internacionais, sobretudo provenientes do Ocidente, propiciaram o estreitamento dos laços entre a China e a Birmânia, que partilhavam uma visão do mundo similar. Na realidade têm reagido de forma quase idêntica em relação aos detratores internos e internacionais.<sup>243</sup> Apesar de ambos os países terem interesse na manutenção desta ligação, a verdade é que existe um desequilíbrio, uma vez que a Birmânia está mais dependente do apoio da China do que o contrário. A própria sobrevivência do regime tem sido garantida pela proteção da China. Em contrapartida, os chineses estabeleceram-se uma posição dominante na Birmânia que lhes permite prosseguirem os seus interesses sem grandes obstáculos. Esta é a principal razão pela qual, a ASEAN, a Índia e o Japão decidiram também aproximar-se do regime militar birmanês. Pretendem oferecer ao regime militar alternativas à China, para evitarem que o mesmo caia totalmente na órbita de Pequim. Os países da região querem limitar a influência chinesa.

A política externa chinesa em relação à Birmânia, tem sido pautada por um conjunto de objetivos. Os chineses procuram, em primeiro lugar, garantir a estabilidade da fronteira sino-birmanesa, tendo em vista, o controlo de uma série de problemas fronteiriços, tais como, a questão dos refugiados, o tráfico de narcóticos, a disseminação de doenças como a malária e o HIV/SIDA, o jogo e outras atividades ilegais.<sup>244</sup> Um aspeto que convém sublinhar e reforçar, é que a fronteira sino-birmanesa é realmente bastante extensa e nenhum dos países tem o controlo efetivo da mesma. Os governos partilham a autoridade com as milícias e grupos insurgentes das minorias étnicas

---

<sup>242</sup> Idem, *ibidem*, p.70;

<sup>243</sup> Donald M. Seekins, *op.cit.*, pp.531-533;

<sup>244</sup> International Crisis Group, *op.cit.*, p14;

locais.<sup>245</sup> Chegar à Birmânia através da fronteira é um desafio, sobretudo, devido às diversas forças não governamentais no terreno, que não estão sujeitas a qualquer controlo estatal.<sup>246</sup> Além da questão da estabilidade fronteiriça, os objetivos de cariz económico e estratégico estão entre as principais motivações da presença chinesa na Birmânia.

Desde 1988, os laços comerciais bilaterais foram renovados e as relações económicas têm crescido muito.<sup>247</sup> As relações comerciais entre os dois países, desde o início, basearam-se em termos mais favoráveis para a China do que para a Birmânia. De facto, a balança comercial pende para o lado da China que importa matérias-primas e exporta produtos acabados. Atualmente, o setor mineiro e o setor das energias (petróleo, gás e hidroeletricidade) são os que beneficiam de um maior grau de cooperação económica.<sup>248</sup>

A China precisa de um desenvolvimento económico sustentável é necessário para enfrentar dois dos principais problemas, nomeadamente, a crescente disparidade entre ricos e pobres, entre as zonas costeiras prósperas e um interior rural e pobre, sobretudo nas províncias de Yunnan e Sichuan. Uma das soluções encontradas, para diminuir a diferença de rendimento entre litoral e interior, é garantir o acesso do interior ao mar, para participar, mais facilmente, do comércio internacional. A capital da província de Yunnan, Kunming, está bastante mais próxima de Rangoon, que de qualquer cidade do litoral da China.<sup>249</sup> A melhor opção seria, portanto, a ligação ao Oceano Índico através da Birmânia. Além disso, a maior concentração de minorias étnicas na China situa-se na província de Yunnan, ao lado da Birmânia. O desenvolvimento económico desta região é fundamental para garantir a estabilidade social e evitar dissensões étnicas. Esta estratégia chinesa implica, portanto, negociar

---

<sup>245</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.204;

<sup>246</sup> Idem, *ibidem*, pp.209-210;

<sup>247</sup> A Birmânia formalizou um primeiro grande acordo comercial com a China, em abril de 1954 e outro em 1958. Estes acordos consistiam na troca das matérias-primas birmanesas (arroz, minerais, borracha) pelos produtos transformados chineses (carvão, seda, equipamento agrícola e industrial) Ver: Shen-Yu Dai, *op.cit.*, pp.133-135 e p.140;

<sup>248</sup> International Crisis Group, *op.cit.*, pp.17-19;

<sup>249</sup> Donald M. Seekins refere que “*the Kunming-Rangoon route is only 1,300 kilometers long compared to the 5,800 kilometers between Kunming and Shanghai and would connect China's interior to the Indian Ocean.*” Ver: Donald M. Seekins, *op.cit.*, p.530;

com a junta militar birmanesa.<sup>250</sup> Por isso, ao longo das últimas duas décadas a China surgiu como o principal apoio externo da Birmânia. Fornece-lhe todo o tipo de material militar e a necessária proteção diplomática nas Nações Unidas e noutros fóruns.<sup>251</sup>

Uma das realidades que o aprofundamento das relações da China com a Birmânia tem produzido é aquilo que, alguns autores designam como a sinização da Alta Birmânia.<sup>252</sup> De facto, a presença económica chinesa está concentrada no centro e norte da Birmânia e na área territorial adjacente à fronteira. As cidades birmanesas situadas ao longo da fronteira com a China, estão a conhecer um desenvolvimento superior ao das restantes cidades do país, segundo Thant Myint-U. As regiões mais remotas encontram-se agora mais perto de um novo centro, a China. A abertura da fronteira, na década de oitenta, gerou a invasão dos mercados birmaneses pelos produtos chineses baratos, a exploração em massa das madeiras birmanesas (e consequente destruição de grandes áreas florestais), a exploração das minas de jade, o aumento do tráfico de heroína e a compra e arrendamento de grandes propriedades para plantações, sobretudo de borracha.<sup>253</sup> Mas, aquilo que a China mais precisa de importar, para continuar a crescer é energia. Deste modo tem investido muito na exploração do gás natural e da energia hidroelétrica.

Thant Myint-U, considera que o atual investimento chinês e a vaga de imigrantes chineses na Birmânia têm um paralelo no investimento e imigração indiana na Birmânia do século passado. À semelhança dos indianos, os imigrantes chineses veem a Birmânia como uma terra de oportunidades. Na altura, os indianos eram protegidos pelo Império colonial Britânico. Hoje os Chineses negociam com uma Birmânia independente mas que não tem liberdade política. Os birmaneses sentem que não têm escolha a não ser aceitar o que acontece. E, apesar da imprensa ocidental retratar a Birmânia como um estado-cliente de Pequim, a realidade é mais complexa.<sup>254</sup> Por exemplo, a mudança de

---

<sup>250</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, pp.130-132;

<sup>251</sup> Durante a Guerra Fria, a política da China e dos EUA eram exatamente o oposto do que são hoje. Os EUA ajudavam militarmente a Birmânia e a China condenava-a e apoiava os rebeldes comunistas. Após as reformas de Deng Xiaoping, a China passou a focar-se no seu desenvolvimento económico e pôs de lado o ideal comunista da revolução internacional. Idem, *ibidem*, pp.133-134;

<sup>252</sup> Mya Maung, *On the Road to Mandalay: A Case Study of the Sinonization of Upper Burma* in Asian Survey, vol.34, nº5, maio de 1994, pp. 447-459, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645057>, acedido em 31/01/2012 e Donald M. Seekins, *op.cit.*, p. 529;

<sup>253</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, pp.109-110;

<sup>254</sup> Idem, *ibidem*, pp.52-54;

capital, de Rangoon para Naypyitaw em 2005, apanhou desprevenidos não só os países ocidentais mas também a China. A junta militar enviou um sinal claro à China. As suas políticas não seriam pautadas pelo seguidismo.<sup>255</sup>

A nível estratégico, a importância da Birmânia para a República Popular está relacionada com a sua localização geográfica.<sup>256</sup> A Birmânia ajudará, eventualmente, a China a resolver o que o Presidente Hu Jintao designou, em 2003, por *Dilema de Malaca*. Os oleodutos vão permitir que o petróleo proveniente da África e do Médio Oriente possa seguir dos portos birmaneses diretamente para o território chinês sem ter de passar pelos estreitos de Malaca.<sup>257</sup> Ter uma maior presença no Oceano Índico é crucial para proteger as rotas comerciais chinesas, mas também para impedir que outras potências, em particular a Índia e os Estados Unidos, dominem por completo os estreitos. A China está a desenvolver o seu poder naval no sentido de assegurar os fornecimentos de energia, protegendo as principais rotas. A assistência técnica à junta militar birmanesa, a venda de armamento e a construção de infraestruturas tendem para um mesmo fim, consolidar a influência chinesa no país.

Durante a invasão japonesa do litoral da China, nos anos 1930, a construção da *Burma Road*, foi essencial para fazer chegar a ajuda americana aos combatentes chineses, desde o porto de Rangoon até à cidade chinesa de Kunming. Para os Britânicos a Birmânia era um posto avançado da defesa da Índia, para os Japoneses era essencial para a sua dominação da Índia e do resto da Ásia.<sup>258</sup> Com a invasão Japonesa da Birmânia e o encerramento da *Burma Road*, os norte-americanos iniciaram a construção da *Ledo ou Stillwell Road*, que ligava o nordeste da Índia à província chinesa de Yunnan, atravessando as montanhas do Norte da Birmânia. Pela primeira vez, existia um acesso direto da Índia à China. Com o isolamento da Índia, da Birmânia e da China na década de 1960, estas ligações perderam-se. Só começam a ser recuperadas agora com o impulso económico que a China emprestou à região.<sup>259</sup> Na senda dos seus interesses estratégicos, a China tem vindo a aumentar a sua capacidade naval. Se anteriormente, Pequim estava mais preocupada com a consolidação interna e defendeu

---

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*, pp.49-50;

<sup>256</sup> International Crisis Group, *op.cit.*, pp.19-21;

<sup>257</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.136;

<sup>258</sup> Idem, *ibidem*, pp.59-60;

<sup>259</sup> Idem, *ibidem*, pp.62-64;

políticas isolacionistas. Atualmente, o cenário é diferente. Existe a pretensão de projetar o seu poder para lá das suas fronteiras, sobretudo pela necessidade de recursos que sustentem a sua economia. O acesso ao Oceano Índico pela Baía de Bengala é estrategicamente muito importante para a China. Por isso, a estabilidade na região é essencial para a prossecução dos seus objetivos. A China tem muito a perder em caso de guerra aberta entre o exército birmanês e os grupos armados. Após o cessar-fogo, em 1989, com o Exército Unido do Estado Wa, a Birmânia procurou a ajuda dos governos ocidentais e das Nações Unidas, para prestarem assistência ao desenvolvimento da região. A ajuda nunca chegou e a China ocupou o vazio, investindo na região,<sup>260</sup> ajuda esta que contribuiu para proteger os seus interesses na Birmânia.

No entanto, não podemos ignorar que também existem riscos e limites à influência chinesa na Birmânia. A instabilidade da situação política birmanesa preocupa a China. E o facto de, partes do território birmanês, a norte e a leste, estar sob controlo de insurgentes armados, não pode deixar de ser tido em conta.<sup>261</sup> Além disso, existe o receio de que a instabilidade na Birmânia tenha um efeito de contágio para a China. Existem cinquenta e seis nacionalidades étnicas oficialmente reconhecidas na China.<sup>262</sup> Sendo que, a maior concentração de minorias encontra-se na província de Yunnan. Onde quarenta por cento da população não é de etnia Han.<sup>263</sup> No entanto, estas minorias apresentam um elevado grau de assimilação à cultura chinesa (ao contrário dos Uigures e dos Tibetanos). A estabilidade deriva, nos tempos mais recentes, do crescimento e progresso económico da China. É uma incógnita o que acontecerá se o progresso não se mantiver ou se as desigualdades entre os povos da China aumentar em vez de diminuir.<sup>264</sup> Por outro lado, não podemos excluir a possibilidade de os ressentimentos contra os chineses, perçecionados pela população como neocolonizadores, resultarem na retaliação dos imigrantes chineses pela população birmanesa. A realidade é que riqueza que os chineses têm obtido na Birmânia coloca-os numa situação privilegiada em

---

<sup>260</sup> Idem, *ibidem*, p.212;

<sup>261</sup> Idem, *ibidem*, p.136;

<sup>262</sup> Idem, *ibidem*, p.181;

<sup>263</sup> Idem, *ibidem*, p.141;

<sup>264</sup> É de salientar que a China também tem os seus problemas internos com as minorias étnicas. Em julho de 2009, teve de lidar com os protestos da minoria Uigur (povo de origem turca, muçulmanos, da província de Xinjiang no noroeste da China). Idem, *ibidem*, pp.198-201;

relação ao povo birmanês, que não beneficia das riquezas do seu país. Este facto está na origem de sentimentos antichineses que estão a emergir na Birmânia e que é um fator de risco a considerar nas relações sino-birmanesas. Além disso, a desconfiança histórica aliada à rivalidade regional e às idiossincrasias do governo birmanês são fatores que estabelecem um limite à influência da China.

Para continuar a proteger os seus interesses económicos e estratégicos, a manutenção do status quo é fulcral. Deste modo, a China privilegia uma mudança progressiva na política birmanesa, sempre efetuada por um governo central forte, descartando o federalismo e a democracia liberal. A natureza do regime político birmanês não suscita a oposição dos líderes chineses, como acontece nos EUA e na Europa. E deste modo, a China pode atuar na Birmânia sem a competição Ocidental.<sup>265</sup> Não obstante, as diferenças que existem entre a China e a Birmânia, a realidade é que os dois países têm uma visão do mundo muito semelhante. Ambos têm a perceção de estarem cercados e atribuem o atraso no seu desenvolvimento ao imperialismo das potências ocidentais.<sup>266</sup>

No entanto, as relações sino-birmanesas não são assim tão lineares. Em agosto de 2009, a localidade de Kokang, um enclave étnico chinês na Birmânia, foi invadido pelo exército birmanês. A milícia de Kokang estava envolvida em tráfico de narcóticos e na produção e comércio ilegal de armamento. Foi a maior operação militar levada a cabo pelo exército birmanês desde os anos 1990, e provocou a entrada de trinta e sete mil refugiados na China. Esta intervenção militar birmanesa aconteceu sem qualquer pré-aviso à China, que ficou desagradavelmente surpreendida.<sup>267</sup> Este acontecimento veio demonstrar que a Birmânia não é um aliado garantido, os seus generais são imprevisíveis e não querem estar dependentes da China. Na altura do incidente, a junta birmanesa e os Estados Unidos tentavam uma reaproximação, ao abrigo da nova política de *engagement* do Presidente Obama. Thant Myint-U considera que esta intervenção foi uma forma de chamar a atenção dos norte-americanos para o facto de a Birmânia poder

---

<sup>265</sup> Idem, *ibidem*, 215-216;

<sup>266</sup> Donald M. Seekins, *op.cit.*, pp. 531-532;

<sup>267</sup> International Crisis Group, *op.cit.*, p. 26;

ser um bom aliado dos EUA, tendo em conta, a crença birmanesa de que as relações sino-americanas são cada vez mais confrontacionais.<sup>268</sup>

No final de 2010, o General Than Shwe fez uma visita oficial à China. O Presidente Hu Jintao apelou à estabilidade e reforçou que é uma prioridade da China manter boas relações com a Birmânia. Pouco tempo antes, Than Shwe tinha estado na Índia, onde também firmou um conjunto de acordos económicos e pôs em marcha os planos de novas ligações terrestres entre a Índia e a Birmânia. Estes gestos mostram que os generais recorrem à Índia para contrabalançar a China. A questão é saber se a Índia consegue ser o contrapeso que a Birmânia precisa.<sup>269</sup> No entanto, o desenvolvimento da situação birmanesa não depende apenas da China, nem da Índia, mas também da própria Birmânia e da evolução das relações com o Ocidente, particularmente com os Estados Unidos.<sup>270</sup>

Joshua Ramo sintetiza a abordagem da China da seguinte forma: “*A china está a abrir o caminho a outras nações do mundo que queiram, não somente o desenvolvimento dos seus países mas também saber como se podem integrar na ordem internacional permanecendo verdadeiramente independentes, protegendo as suas escolhas políticas e modos de vida num mundo com um único centro de gravidade. Propõe uma nova física do poder e do desenvolvimento. Substitui o desacreditado Consenso de Washington, formulado nos anos 90, e que transmitia a visão do Ocidente e prescrevia a forma de se atingir o desenvolvimento. O Consenso de Pequim por seu turno, é tão flexível que não pode ser considerado uma doutrina. É pragmático e ideológico e considera que para cada caso existe uma solução diferente.*”<sup>271</sup>

O Consenso de Pequim surgiu, portanto, como alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental, designado de Consenso de Washington<sup>272</sup>, devido à

---

<sup>268</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, pp.217-219;

<sup>269</sup> Idem, *ibidem*, pp.220-222;

<sup>270</sup> Idem, *ibidem*, p.114;

<sup>271</sup> Joshua Cooper Ramo, *The Beijing Consensus* in The Foreign Policy Centre, 2004, pp.3-4, disponível em: <http://www.xuanju.org/uploadfile/200909/20090918021638239.pdf>, acedido em 16/12/2012;

<sup>272</sup> O Consenso de Washington foi formulado logo após o final da Guerra Fria, pelo Banco Mundial, pelo FMI e pelo Departamento do Tesouro norte-americano e, de uma forma muito geral, implica que os empréstimos facultados por estas instituições e governos ocidentais estejam subordinados a exigências de cariz económico e político, tais como a clareza/transparência das contas públicas dos Estados beneficiários dos empréstimos progressos na liberalização dos mercados e a melhoria dos índices de democratização desses países. Pelo contrário, o Consenso de Pequim baseia-se no modelo de desenvolvimento chinês e traduz o pragmatismo da China nas suas relações bilaterais, isto é, a assistência sem condições específicas, uma vez que considera que as reformas políticas e económicas não são



perceção da falência do mesmo, no contexto da crise asiática de 1997. Na realidade a China pretende aumentar a sua influência nos países em desenvolvimento, aumentar o seu *soft power*, de forma a conseguir rivalizar com os EUA. Para isto a China lançou uma operação de charme<sup>273</sup> que consiste na celebração de relações bilaterais que designa como relações *win-win*<sup>274</sup>, na retórica da não interferência nos assuntos internos dos outros Estados e do tão aclamado respeito pela soberania das outras nações. Além disso a estratégia chinesa foca-se no apoio bilateral a países com os quais os EUA têm um défice de envolvimento. A China preenche o vazio deixado pelos EUA nos países que a superpotência resolveu punir por não cumprirem as condições exigidas para beneficiarem da ajuda ocidental. Os EUA estão, visivelmente, a perder a sua influência no Sudeste Asiático para a China. De facto, a necessidade de fortalecer o seu *soft power* na região, prende-se com objetivos que estão relacionados com a segurança nacional. Designadamente a manutenção da paz na sua periferia, o estabelecimento de bases para controlar as rotas marítimas consideradas vitais e a obtenção do controlo do mar do Sul da China e dos cursos de água do interior do Sudeste Asiático. Pretende reduzir a influência regional de Taiwan (no seguimento da *One China Policy*) e do Japão. Outro dos objetivos é, também, substituir a influência de Washington na região. De facto, temos a noção de que Pequim está a alcançar os seus objetivos quando, os diplomatas do Sudeste Asiático afirmam que adiam as decisões das reuniões regionais para analisarem primeiro quais as potenciais reações chinesas.<sup>275</sup> Mas uma moeda tem sempre duas faces. O sucesso desta operação de charme chinês tem, portanto, os seus aspetos positivos e negativos. Por um lado, a China pode usar a sua influência na resolução dos problemas de segurança não convencionais, tais como, o tráfico de drogas e de pessoas. Pode, em cooperação com os seus vizinhos, mitigar estas questões. Por outro lado, a influência chinesa pode ser nociva quando se trata de assuntos como a democratização, as iniciativas anticorrupção e a boa governação. Na verdade, a China exporta não só o seu modelo de desenvolvimento económico mas também as suas

---

condição *sine qua non* para o desenvolvimento de um país. O modelo asiático é uma opção atraente para os Estados menos democráticos. Ver: Idem, *ibidem*, pp.3-4;

<sup>273</sup> Joshua Kurlantzick, *China's Charm: Implications of Chinese Soft Power*, Policy Brief nº47, Carnegie Endowment for International Peace, junho de 2006, p.1, disponível em: [http://www.carnegieendowment.org/files/PB\\_47\\_FINAL.pdf](http://www.carnegieendowment.org/files/PB_47_FINAL.pdf), acedido em 17/03/2012;

<sup>274</sup> Idem, *ibidem*, p.2;

<sup>275</sup> Idem, *ibidem*, p.5;

práticas laborais, ambientais e políticas. No norte da Birmânia as empresas chinesas já contribuíram para grande parte da desflorestação do território e demonstram pouco respeito pelo impacto ambiental da construção de barragens. O apoio da China aos regimes autoritários, como a Birmânia, pode ser um obstáculo à democratização e não promove a melhoria da governação. De facto, na Birmânia, a assistência chinesa minou os esforços dos EUA e dos seus vizinhos asiáticos para levar o regime militar a encetar o diálogo com a oposição democrática. Em contrapartida, as iniciativas chinesas na Birmânia despertaram os receios da Índia, que resolveu aproximar-se dos generais birmaneses.

Kurlantzick, afirma que *“In the worst possible case, China’s success in delivering strong economic growth while retaining political control could serve as an example to some of the more authoritarian-minded leaders in the region (...)”*.<sup>276</sup> O desenvolvimento dirigista chinês é contrário à ideia de que os cidadãos possam ter uma palavra a dizer nas políticas nacionais. Deste modo, a influência chinesa mina a democratização e a construção ou fortalecimento da sociedade civil. Kurlantzick considera provável a emergência de mais líderes autocráticos no Sudeste Asiático, apoiados pela China, o que iria claramente contra os interesses norte-americanos na região.<sup>277</sup>

É este pragmatismo dos líderes do aparelho estatal chinês que tem contribuído para manterem a sua presença na Birmânia e beneficiarem das vantagens económicas e estratégicas desta aliança. Por outro lado, no que diz respeito às aspirações da oposição birmanesa de instaurar um regime democrático na Birmânia, a aliança sino-birmanesa tem sido, até à data, um entrave à concretização das aspirações democráticas do povo birmanês, visto que o apoio da China revelou-se essencial para a sobrevivência do regime militar ao longo das últimas duas décadas.

---

<sup>276</sup> Idem, *ibidem*, p.5;

<sup>277</sup> Idem, *ibidem*, p.6;

### III. 2. A Índia

A ligação da Birmânia à Índia tem raízes muito antigas, sendo que o budismo é a principal herança que os birmaneses receberam deste país vizinho. Os dois países têm uma longa história em comum, sobretudo com os Estados do Nordeste. Anterior à expansão da religião budista para a Birmânia, até à junção sob um único poder: o Império Britânico. Além disso, os nacionalistas birmaneses inspiraram-se nos seus pares indianos na prossecução da sua luta política. Nessa altura várias figuras de relevo da sociedade indiana visitaram a Birmânia (Gandhi, Tilak, Tagore). Rabindranath Tagore, considerava mesmo que a Birmânia era a ponte entre a Índia e a China.<sup>278</sup> Com as independências, os laços entre os países foram afetados. Os indianos abandonaram a Birmânia. Primeiro devido à invasão japonesa. Depois, muitos deixaram o país após a independência, e em 1964 os restantes indianos foram obrigados a deixar a Birmânia pela junta militar ultranacionalista que tomou o poder em 1962.

Entretanto, a própria Índia foi mutilada. Aquando da sua independência, foi criado o Estado do Paquistão, a oeste, e o Paquistão Oriental, a leste (que resultou da divisão do estado indiano de Bengala), ambos de maioria muçulmana. Este último deu origem, em 1971, a um novo Estado, o Bangladesh. A Índia apoiou a independência do Bangladesh, mas as relações entre estes dois Estados não têm sido as melhores. De facto, devido aos problemas que o país enfrenta com os conflitos étnicos inacabados, com os rebeldes Maoístas e pelo facto de as suas relações com o Bangladesh serem frágeis, a dinâmica e energia da aproximação da Índia à Birmânia é muito inferior à da China. A postura da Índia nesta parte do seu território tem sido mais defensiva e reativa do que proactiva.

Historicamente, as relações da Birmânia com a Índia foram sempre mais próximas do que com a China. Conforme já mencionámos, o movimento nacionalista indiano influenciou bastante os nacionalistas birmaneses. Na realidade, a Birmânia esteve muito ligada à Índia no período colonial. Os Britânicos trouxeram consigo muitos indianos para trabalharem em várias áreas da administração e economia da nova

---

<sup>278</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, pp.254-255;

província da colónia.<sup>279</sup> Os indianos, de vários grupos étnicos, tiraram vantagem da dominação Britânica da Birmânia para fazerem fortuna. Este facto acabou por criar ressentimentos nos birmaneses e um clima de suspeição, que se manifesta ainda hoje. Por outro lado, a Índia, continua a perceber a Birmânia como parte da sua tradicional esfera de influência.<sup>280</sup> Esta visão, atualmente, contrasta com a realidade da política externa birmanesa, visto que a China tem assumido uma posição dominante na Birmânia e constitui hoje em dia o seu principal aliado internacional e parceiro económico.

Após a independência, a Índia e a Birmânia mantiveram poucos contactos oficiais. Os indianos, apesar de terem sido forçados a abandonar a Birmânia por diversas vezes, nomeadamente, durante a Segunda Guerra Mundial com a invasão japonesa da Birmânia e após a independência devido às novas leis de propriedade e cidadania,<sup>281</sup> não manifestam sentimentos antibirmaneses, ao contrário dos birmaneses que continuam a desconfiar dos indianos, e não consideram a Birmânia uma ameaça mas sim uma potencial aliada.

A Índia abordou a questão da mudança política na Birmânia pela vertente idealista. Neste sentido, após a revolta de 1988, Nova Deli colocou-se ao lado dos estudantes e ativistas democráticos birmaneses, liderados por Aung San Suu Kyi.<sup>282</sup> O governo indiano apoiou abertamente os manifestantes e lançou fortes críticas ao regime militar birmanês. As críticas públicas foram contraproducentes para os seus interesses nacionais. Os líderes indianos depressa compreenderam que não podiam alinhar completamente com a política ocidental face à Birmânia. Efetivamente, a Índia tinha bastante a perder se impusesse sanções ao regime militar e cortasse as relações diplomáticas, como fizeram os Estados Unidos e a União Europeia.

Deste modo, à medida que a ordem regional estratégica começou a modificar-se na Ásia, no início da década de noventa, a Índia resolveu formular uma nova política

---

<sup>279</sup> A uma dada altura metade da população de Rangoon era de origem indiana. Ver: Renaud Egret, *India's Ambitions in Burma: More Frustration Than Success?* in *Asian Survey*, vol. 48, nº6, novembro/dezembro de 2008, p.937, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.936>, acedido em 31/01/2012;

<sup>280</sup> Idem, *ibidem*, p.938;

<sup>281</sup> Após o golpe militar de 1962, com a nacionalização e birmanização da economia e da sociedade, o General Ne Win promoveu a fuga de mais de duzentos mil indianos. Ver: Idem, *ibidem*, p.938;

<sup>282</sup> Aung San Suu Kyi mantinha relações próximas com a família Nehru-Gandhi. Estas relações remontam à época na qual a mãe de Suu Kyi exerceu as funções de diplomata na cidade de Simla, no norte da Índia. Ver: Idem, *ibidem*, p.939;

para a região. Esta foi denominada *Look East Policy*.<sup>283</sup> Foi inaugurada pelo primeiro-ministro Narasimha Rao. Esta política destinava-se a promover o estreitamento das relações com as emergentes economias asiáticas, a este da União Indiana. Pretendia reforçar as relações com as nações vizinhas do sudeste asiático (ASEAN), uma vez que, estes países estavam a prosperar e os seus mercados eram muito apelativos. Era preciso estabelecer novas relações internacionais face a novas perspetivas económicas. A parceria com a China também era bem vista, pois a cooperação ajudaria a reforçar o desenvolvimento económico dos dois países. No entanto, a questão das fronteiras ainda não se encontra resolvida. Existem diferenças relativamente à questão do Tibete e ainda existe a perceção dos dois países como rivais. Sendo que a China é, de facto, a potência económica dominante entre as nações do Sudeste Asiático, que estão, assim, fortemente ligadas à economia chinesa e não à indiana.<sup>284</sup>

Relativamente à Birmânia, o vazio deixado pela sociedade internacional permitiu à China consolidar a sua posição na Birmânia. Os custos de isolar o regime não eram aceitáveis para a Índia, que tinha em jogo interesses vitais, como, por exemplo, a integridade territorial dos estados do Nordeste e a questão da manutenção do equilíbrio regional. Deste modo, Nova Deli teve de reavaliar as suas prioridades e redefinir a sua política birmanesa, com vista a proteger e melhorar os seus interesses estratégicos, no seu flanco leste. É deste modo que inaugura uma nova abordagem face à junta militar birmanesa. Renaud Egretau<sup>285</sup> designa esta nova abordagem indiana de “*soft engagement*” e/ou de “*velvet policy*”, visto que a Índia precisa da cooperação da junta militar birmanesa para atingir os seus objetivos estratégicos e económicos na Birmânia e no Sudeste Asiático.

A viragem da política externa da Índia em relação à Birmânia, na década de noventa, ocorreu, portanto, devido a três razões principais.<sup>286</sup> Em primeiro lugar, a Índia procurava a estabilidade dos estados do Nordeste, este era um objetivo crucial em termos de segurança nacional. O segundo motivo referia-se às oportunidades

---

<sup>283</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.236;

<sup>284</sup> Nem sempre foi assim. As nações do sudeste asiático sempre tiveram laços muito fortes com a Índia, sobretudo a nível cultural e religioso. Idem, *ibidem*, pp.238-240;

<sup>285</sup> Renaud Egretau, *op.cit.*, p.955;

<sup>286</sup> Idem, *ibidem*, p.939;

económicas e estratégicas que a Birmânia oferecia. Por último, pretendia fazer de contrapeso à crescente presença regional chinesa.

Atualmente, a política indiana em relação à Birmânia não pode ser entendida sem nos referirmos às relações sino-indianas. Na realidade, após a independência da Índia, o primeiro-ministro, Jawaharlal Nehru, promoveu uma aproximação à China de Chiang Kai-Shek.<sup>287</sup> Considerava a China um país amigo e um aliado natural. Mesmo com a queda do governo da China nas mãos dos comunistas, esta visão de Nehru manteve-se. A Índia permaneceu neutra durante a Guerra Fria, ajudou a estabelecer o Movimento dos Não-Alinhados e tentou que a China fizesse parte do mesmo. Por seu lado, a China adotou uma postura expansionista com vista a restaurar as fronteiras do Império Qing. Em 1951, o Exército de Libertação Popular Chinês, invadiu o Tibete e chegou às portas da Índia. Em 1959, esmagada a revolta dos Tibetanos, o Dalai Lama procurou refúgio na Índia, onde passou a residir desde então, sendo bem recebido pelos indianos. O sonho de Nehru da cooperação sino-indiana acabou por sucumbir em 1962, quando começou a guerra com a China, devido à indefinição da fronteira da China com os territórios do nordeste da Índia.<sup>288</sup> Os indianos pretendiam manter a Linha MacMahon<sup>289</sup>, como fronteira mas os chineses consideravam-na um artifício colonial. Com a guerra os chineses acabaram por ocupar, também, o território indiano de Aksai Chin no noroeste da Índia. As negociações diplomáticas, acerca destas disputas territoriais, foram infrutíferas e os dois países entraram em guerra em outubro de 1962. É importante referir que o apoio público ao Dalai Lama, a invasão de Goa em dezembro de 1961 e a política indiana de manter postos avançados ao longo das fronteiras e até para além destas, aumentou a ansiedade chinesa e despoletou o conflito armado. A China escolheu a altura em que as atenções internacionais estavam focadas na Crise dos Mísseis de Cuba, para lançar o seu ataque. A China fez valer a sua vontade. Conseguiu o controlo da estrada de Xinjiang para o Tibete (Aksai Chin, ainda hoje reivindicado pela Índia) e empurrou as forças indianas para lá da Linha MacMahon. Pouco tempo

---

<sup>287</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, p.225;

<sup>288</sup> Esta fronteira havia sido traçada pelos Britânicos num acordo com os Tibetanos, numa altura em que o Tibete se declarara independente da China, após a queda do Império Manchu. Esta fronteira foi designada Linha MacMahon (nome do diplomata inglês que negociou o acordo em 1914). Idem, *ibidem*, p.227;

<sup>289</sup> Estes territórios constituem, hoje em dia, o estado indiano do Arunachal Pradesh, que ainda é contestado pela China. Relativamente ao território de Aksai Chin não havia qualquer pretensão histórica. Mas era um elo fundamental para ligar a província de Xinjiang ao Tibete. Ver: Idem, *ibidem*, p.228;

depois, ordenou um cessar-fogo e retirou as suas tropas de regresso a essa linha fronteiriça.

A Revolução Cultural na China e as guerras com o Paquistão na Índia desviaram as atenções dos líderes destes gigantes asiáticos para outros assuntos. As relações só começaram a melhorar a partir da década de 1980. O primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi foi recebido por Deng Xiaoping na China em 1988. Deng Xiaoping disse a Rajiv Gandhi que os dois países tinham de focar-se no desenvolvimento económico. Uma Era Asiática só podia emergir se os dois países tivessem economias desenvolvidas.<sup>290</sup>

Thant Myint-U realça que apesar de ambos os países terem vindo a registar um extraordinário crescimento económico, as suas políticas não podiam ser mais diferentes. A Índia manteve-se um país democrático e livre, que preserva o passado colonial e integra-o no seu quotidiano. Já a China é um país autocrático, que tenta apagar e reformular o seu passado, ajustando-o aos seus interesses políticos e económicos.<sup>291</sup> A Birmânia, hoje em dia, segue a linha chinesa de pensamento político e não consegue aceitar e integrar o passado colonial na sua história. O nacionalismo e xenofobismo exacerbado dos militares birmaneses, leva-os a destruírem os vestígios do colonialismo.<sup>292</sup> A birmanização promovida pela junta militar é um exemplo desta incapacidade de aceitar o passado.

A Índia, apesar de ter uma economia em expansão e um mercado com grande potencial de crescimento, enfrenta uma série de problemas. Desde a falta de infraestruturas (autoestradas, portos, aeroportos e até água corrente), à insuficiência da distribuição de eletricidade, a corrupção e a burocracia que impede ações e decisões rápidas. Além disso, as desigualdades na sociedade indiana são cada vez maiores, à semelhança do que acontece na China. Os territórios a leste e nordeste da Índia (Bihar, Orissa, Bengala Ocidental, Meghalaya, Arunachal Pradesh, Assam, Manipur, Tripura, Mizoram e Nagaland) apresentam taxas de crescimento económico muito abaixo da média nacional. A Índia enfrenta a insurgência de Maoistas num terço do seu território. Os estados do Nordeste, na fronteira com a Birmânia, constituem um dos maiores

---

<sup>290</sup> Idem, *ibidem*, pp.228-230;

<sup>291</sup> Idem, *ibidem*, p.232;

<sup>292</sup> Idem, *ibidem*, p.253;

problemas da Índia. Estão entre os mais pobres do país e constituem a base de um conjunto de grupos rebeldes com os quais o exército indiano se debate há décadas.<sup>293</sup>

Outra fonte de preocupação para a Índia, é a relação que a China mantém com o Paquistão, com o Bangladesh, com o Sri Lanka e com o Nepal. Isto faz com que a Índia se sinta cercada e tenha reforçado os seus laços com EUA, dado o receio que causa o crescente poderio chinês e, sobretudo, a desconfiança em relação às suas intenções.

A Índia, seguindo uma política idealista, afastou-se muito dos generais birmaneses ao financiar abertamente a oposição e ao condenar duramente a junta militar. Contudo, esta política não produziu resultados, uma vez que os militares estavam cada vez mais entrincheirados no poder com o apoio da China. Por isso, a política indiana mudou. Apesar de continuarem a preferir um regime democrático na Birmânia, os líderes indianos viraram-se para questões mais práticas (em consequência do seu crescimento económico), como o acesso a novos mercados, a segurança energética, a procura de recursos naturais e, a questão prioritária, a resolução conjunta do problema das milícias separatistas ao longo da fronteira indo-birmanesa. A cooperação entre os dois Estados tornaria a luta contra estes grupos armados mais eficaz. São estas as principais razões pelas quais os governos indianos têm procurado aproximar-se do regime birmanês.

Relativamente às zonas fronteiriças, à semelhança da fronteira com a China, a fronteira com a Índia é muito instável e insegura. Os governos da China, da Índia, da Birmânia e do Bangladesh pretendem estabelecer uma rede que ligue os quatro países, através de novas estradas e da abertura das fronteiras, para reduzir a instabilidade da região. Thant Myint-U<sup>294</sup> estabelece um paralelo entre as regiões de Assam e a de Yunnan. Ambas estão na periferia do seu país e fazem fronteira com a Birmânia. Não têm acesso ao mar. No seu território habitam povos muito diferentes entre si. E as duas regiões são pobres comparando com o resto da Índia e da China. Contudo, Yunnan foi subjugada pela força implacável do Exército de Libertação Popular e obrigada a integrar-se na China. Assam, apesar de ser palco de violentos confrontos entre o Exército Indiano e os insurgentes, tem instituições representativas, uma imprensa livre e a Índia, sendo uma democracia tem, muitas vezes, de dialogar com estes grupos.

---

<sup>293</sup> Idem, *ibidem*, pp.233-235;

<sup>294</sup> Idem, *ibidem*, pp.290-292;



Para a China não existem desvantagens numa política de máximo envolvimento económico, mas para a Índia a prioridade tem sido a segurança dos Estados do Nordeste, e este facto faz com que a política indiana oscile entre o retraimento e a abertura.<sup>295</sup> Mas, considerando que a pobreza é um fator de risco, que contribui para o aumento da violência, o desenvolvimento é fundamental para a obtenção da paz. Uma das soluções para resolver o isolamento económico da região passa pela Birmânia, através da qual estes estados poderão ter acesso ao mar. Em 2008 foram dados os primeiros passos neste sentido. O governo indiano e o birmanês assinaram um acordo para a reconstrução do porto de Akyab, na costa ocidental birmanesa, e a para a construção de infraestruturas que liguem o porto ao Nordeste indiano.<sup>296</sup>

As relações indo-birmanesas não têm sido, de facto, as melhores desde a independência destes dois Estados. Apesar do fascínio e influência que a cultura indiana teve na Birmânia, atualmente os dois países têm uma visão do mundo muito diferente e não será fácil conciliar as suas políticas, sem que exista uma mudança no regime birmanês. A Índia não está preparada para oferecer à Birmânia o que a China tem oferecido. Os seus problemas internos têm impedido que a Índia se imponha na região como uma verdadeira rival da China. Por isso, não é provável que no futuro próximo Nova Deli consiga competir com Pequim na corrida à influência económica e estratégica na região, e em particular, na Birmânia.

Em julho de 2010, o General Than Shwe visitou a Índia. Foram assinados vários acordos económicos e ficou a promessa de reforçarem as relações. Os generais birmaneses tentam, assim, retirar o máximo de benefícios das relações com a China e com a Índia, tentando um equilíbrio entre estes dos países, com vista a não depender demasiado de um só dos seus aliados. Mas a realidade mostra que, atualmente, a Birmânia depende muito mais da China do que da Índia.<sup>297</sup>

---

<sup>295</sup> Idem, *ibidem*, pp.289-293;

<sup>296</sup> Idem, *ibidem*, p.306;

<sup>297</sup> Idem, *ibidem*, p.270;

### III. 3. A Tailândia

Dentro do grupo dos países membros da ASEAN, decidi destacar a Tailândia, tendo em consideração a longa história que este país partilha com a Birmânia. A Tailândia, à semelhança da China, tem uma vasta fronteira com a Birmânia. As relações entre os dois países têm sido historicamente tensas. De facto, o expansionismo birmanês não poupou os tailandeses, que no final do século XVIII viram a sua capital, Ayuthaya, arrasada pelas tropas do rei birmanês Alaungpaya.<sup>298</sup> Este gesto foi uma manifestação da força e do poderio birmanês sobre os seus vizinhos. Esta confiança desmesurada dos birmaneses na sua própria força, a insubmissão e o orgulho etnocêntrico resultaram na aniquilação da monarquia birmanesa pelos Britânicos. Por sua vez, a cooperação da Tailândia, entre outras razões, garantiu-lhes a preservação da sua monarquia.

É certo que, a expansão birmanesa provocou a inimizade e desconfiança dos povos da região, em particular a desconfiança dos tailandeses. Mas a atuação da Tailândia, durante a Guerra Fria, também deu motivos aos líderes birmaneses para desconfiarem das intenções tailandesas. A Tailândia, sendo aliada dos Estados Unidos, apoiou as forças do Kuomintang. Além disso, também prestou apoio, encoberto, aos grupos de separatistas étnicos ao longo da fronteira. Não obstante, o governo tailandês incentivou as relações comerciais com o exército birmanês.<sup>299</sup>

Atualmente, os líderes tailandeses tentam ultrapassar esta herança de mútua suspeição, uma vez que, os ganhos da cooperação são muito superiores aos do confronto.<sup>300</sup> Os dirigentes do antigo Sião vêem o seu país como o líder económico da região do sudeste asiático. A China é uma ameaça para a pretensão tailandesa de controlar a economia regional. Em 1989, o primeiro-ministro tailandês, Chatichai, solicitou a colaboração dos norte-americanos na expansão das relações comerciais e

---

<sup>298</sup> Alaungpaya foi o rei que fundou a última dinastia birmanesa, a dinastia Konbaung em 1752, e procedeu à terceira unificação da Birmânia. Os povos Shan e Mon ficaram sob o domínio do rei birmanês, os territórios de Manipur e Assam, que hoje pertencem à Índia, tornaram-se Estados vassalos da monarquia birmanesa. Neste período, os birmaneses invadiram a Tailândia inúmeras vezes e além de destruírem a capital da monarquia tailandesa, anexaram algumas províncias deste país. Ver: Aung San Suu Kyi, *op.cit.*, p.52;

<sup>299</sup> Marvin C. Ott, *op.cit.*, pp.76-77;

<sup>300</sup> Para um estudo mais abrangente acerca das relações Birmânia-Tailândia ver: Aung Myoe, *Neither Friend nor Foe: Myanmar's relations with Thailand since 1988*, IDSS Monograph 1, Singapura, 2002;

diplomáticas com o sudeste asiático e, em particular com a Birmânia. Mas os Estados Unidos ignoraram este apelo. Os tailandeses estavam preocupados com a disseminação da influência chinesa na região e com a aliança militar sin-birmanesa.<sup>301</sup> Uma Birmânia apoiada pela China, torna-se uma ameaça para a Tailândia.

A Tailândia decidiu aproveitar os benefícios económicos do relacionamento com a Birmânia. Deste modo, o governo tailandês evitou o reacender de antigas tensões fronteiriças e promoveu a cooperação com o exército birmanês. Contudo, a imprevisibilidade dos líderes birmaneses torna difícil lidar com o regime. Deste modo, tailandeses acreditam que é no quadro da ASEAN que podem melhor lidar com o regime, promovendo as mudanças através da suave pressão dos membros da organização.

### III. 4. A ASEAN

A Birmânia foi admitida formalmente na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) juntamente com o Laos, a 23 de julho de 1997, data da celebração do trigésimo aniversário da organização.<sup>302</sup> Apesar da oposição dos EUA e dos seus aliados a esta adesão, devido às violações dos direitos humanos perpetradas pela junta militar, a Associação admitiu a entrada da Birmânia tendo em conta fatores políticos e económicos.<sup>303</sup> O processo de adesão começou quando a Birmânia assinou o Tratado de Amizade e Cooperação do sudeste asiático (TAC), na sequência da Declaração de Bangucoque de 1995, pronunciada após a 50ª Cimeira da ASEAN, para a qual o General Than Shwe foi convidado pela primeira vez. O Estado birmanês tinha, contudo,

---

<sup>301</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.230;

<sup>302</sup> Atualmente a ASEAN é composta por dez estados-membros, nomeadamente, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia, as Filipinas e Singapura (países fundadores) e o Brunei, o Vietname, Birmânia/Myanmar, o Laos e o Camboja. Ver: [http://www.aseansec.org/about\\_ASEAN.html](http://www.aseansec.org/about_ASEAN.html);

<sup>303</sup> Tin Maung Maung Than e Mya Than, *Asean Enlargement and Myanmar* in AAVV, *ASEAN Enlargement: Impact and implications*, organizado por Caroline L.Gates e Mya Than, Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS), Singapura, 2001, pp.249-282;

<sup>303</sup> Idem, *ibidem*, p.251;

de obedecer a determinadas condições técnicas para que a sua adesão se tornasse efetiva. Em primeiro lugar, tinha de aderir aos acordos e declarações mais significativos da ASEAN, isto incluía a Declaração de Banguecoque de 1967 (Declaração da Fundação da ASEAN), a Área de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN), o TAC, a Área Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ), a Área de Comércio Livre da ASEAN (AFTA) e aos restantes acordos que a ASEAN havia estabelecido até então. O país já se tinha tornado parte da SEANWFZ e do TAC, mas ainda existia alguma dificuldade em aceder a todos os acordos da ASEAN, sobretudo aos de acentuado cariz político.

A adesão da Birmânia à ASEAN não foi, portanto, inocente. O governo tinha os seus objetivos políticos ao aderir à Associação, mas esta também os tinha ao permitir a concretização da mesma. Pouco depois da entrada no bloco regional, a junta militar modificou a sua designação anterior de Conselho de Estado para o Estabelecimento da Lei e da Ordem (SLORC) para Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC). Esta mudança foi no sentido de “mostrar” aos seus parceiros da ASEAN, mas também à restante sociedade internacional, que o regime estava mais aberto ao exterior e assumia uma posição de maior flexibilidade. Esta era uma maneira de iludir os países ocidentais e levá-los a diminuir ou até mesmo terminar com as sanções impostas ao país. O SPDC esperava com esta adesão obter a legitimidade do seu governo, tanto interna como externamente, e fazer frente às críticas e condenações lançadas pelos EUA e pelo autodesignado governo no exílio, nomeadamente, o Governo da Coligação Nacional da União da Birmânia (NCGUB)<sup>304</sup>. Contudo, o SPDC, não obteve a aceitação que pretendia por parte dos países ocidentais, visto que, as questões dos direitos humanos, da democracia e do pluralismo político foram ganhando cada vez maior peso na agenda da política externa do Ocidente em relação à Birmânia. Segundo referem Maung Than e Mya Than<sup>305</sup>, podem ser identificados três motivos principais para a entrada da Birmânia na ASEAN. São eles: tirar partido das relações da ASEAN com o Ocidente; aproveitar-se das vantagens das relações intra-ASEAN e, por último, o desenvolvimento interno do país.

---

<sup>305</sup> Idem, *ibidem*, pp.252-257;

A política da Associação em relação à junta birmanesa, por sua vez, baseia-se no conceito do “*constructive engagement*”<sup>306</sup>, ou envolvimento construtivo. A razão ou justificação oficial da ASEAN para ter admitido a Birmânia na organização, consistiu na visão de que a ajuda ao desenvolvimento económico e a integração regional teriam um impacto maior para a evolução da democracia e dos direitos humanos no país do que as ameaças, o isolamento e as sanções. Esta abordagem está, também, relacionada com uma forma de atuar muito própria da ASEAN, segundo a qual, privilegiam-se as boas relações entre os Estados-membros, a não interferência nos assuntos internos destes, o estabelecimento de acordos não vinculativos, tomadas de decisão baseadas no consenso e interação informal. No fundo, dá-se a replicação dos princípios da coexistência pacífica. É próprio da cultura asiática este tipo de atuação política. Existe uma vincada tradição de relacionamentos bilaterais nesta área do mundo, que leva a que sejam transferidas para as organizações multilaterais as formas bilaterais de agir.

A ASEAN enveredou, desde o início, por uma política de cooperação com a Birmânia, no sentido de terminar com o isolamento político e económico a que este país tem estado votado. Os países que compõem a Associação, acreditam que uma maior exposição à economia de mercado e a interação entre os membros do grupo regional vai levar a uma progressiva abertura do regime e, o consequente desenvolvimento económico, conduzirá, por sua vez, a reformas políticas no sentido de se alcançarem formas mais democráticas de governo. Isto é, consideram que o desenvolvimento económico deve preceder a evolução política. Ao contrário da abordagem do Ocidente que se caracteriza pela imposição de medidas sancionatórias e de exclusão para “castigar” o regime e obrigá-lo a mudar a sua política, a ASEAN, prefere envolver o país nos assuntos da região, de uma forma construtiva e positiva, para garantir, em primeiro lugar, a segurança regional. Segurança esta que se alicerça na manutenção de boas relações entre todos os membros e no progresso económico da associação. Ao estabelecer metas que terão de ser cumpridas pelos seus membros, a organização fortalecerá os laços entre eles e a junta militar de birmanesa sentir-se-á compelida a seguir o ritmo dos seus parceiros. Esse, tem sido, desde o início o desiderato da

---

<sup>306</sup> Ver: Idem, *ibidem*, p.257; Stephen McCarthy, *Burma and ASEAN: Estranged Bedfellows* in Asian Survey, vol.48, nº6, novembro/dezembro de 2008, p.917, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.911>, acedida em 31/01/2012; James Guyot, *Burma in 1997: From Empire to ASEAN* in Asian Survey, vol.38, nº2, fevereiro de 1998, p.191, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645678>, acedida em 31/01/2012 e J. Mohan Malik, *op.cit.*, p.121;

ASEAN. É neste quadro de estabilidade regional que se deveriam produzir as mudanças internas no Estado birmanês.<sup>307</sup>

Por outro lado, a cooptação da Birmânia para esta organização do sudeste asiático serviu, também, para tentar aplacar a influência da China na região.

Em termos económicos a adesão à ASEAN foi extremamente benéfica para o país. Os fluxos comerciais com os restantes países membros aumentaram muito e o investimento também. Não só por parte dos Estados da região mas também por outros Estados estrangeiros. O acesso mais alargado ao mercado da ASEAN era essencial para que a Birmânia pudesse desenvolver as suas indústrias, beneficiando de uma melhor gestão dos seus recursos através da especialização de acordo com a lei da vantagem comparativa e melhorar as perspectivas das suas pequenas e médias empresas, aproveitando, assim, as economias de escala de um mercado regional alargado.

É um facto que o comércio da Birmânia com a ASEAN tem estado a crescer e tem-se verificado uma maior abertura da economia birmanesa desde a adesão. O Bloco regional é o principal mercado de exportações e importações da Birmânia. A entrada na AFTA (Área de Comércio Livre da ASEAN) foi muito importante para o país visto que veio aumentar significativamente o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), sendo que Singapura representa 51 por cento do total de IDE no território birmanês, posiciona-se assim como o maior investidor da ASEAN no país.

A reputação da ASEAN como uma boa região para investir espalhar-se-á aos seus novos membros. Este efeito dominó encoraja investidores estrangeiros de dentro e fora da ASEAN a investir mais na Birmânia. Contudo, a grave crise financeira que assolou a Ásia em 1997, fez abrandar a expansão económica da região. O impacto mais importante da AFTA para a Birmânia é permitir o desenvolvimento da capacidade do país de explorar a sua vantagem comparativa de recursos naturais abundantes e a sua mão de obra barata mas qualificada, como por exemplo, a população urbana que sabe expressar-se em inglês. E ainda, explorar a sua localização estratégica entre a China e a Índia. O bloco regional pretende, portanto, “*promover a complementaridade, incentivar*

---

<sup>307</sup> J. Mohan Malik, *op.cit.*, pp.121-123;

*o comércio intrazona, desenvolver os recursos naturais e canalizar investimentos nacionais e estrangeiros*”<sup>308</sup>.

Apesar de todas as vantagens que a ASEAN viu na integração da União da Birmânia na organização, continuam a existir muitas questões por resolver no que diz respeito a esta adesão. Conforme já mencionámos, a relação da ASEAN com a junta militar birmanesa começou por se basear no empenhamento construtivo através da economia. Adotaram uma política oposta à política ocidental porque para os membros da Associação, a melhoria do setor económico do país, o diálogo e o envolvimento com os países da região iria levar à abertura política e consequentemente à concessão de mais liberdades civis e políticas. Acreditavam que o caminho para a democracia passava primeiro pelo desenvolvimento económico. Mas, de acordo com Mia Maung<sup>309</sup>, o “*caso birmanês contradiz a tese de que estabilidade e disciplina impostas por um regime autocrático promove o desenvolvimento económico e com este a democratização*”. De facto, num regime ditatorial onde tudo é controlado pelo Estado, onde as liberdades individuais são suprimidas, onde a população é usada pelo regime para servi-lo, onde o único objetivo da junta militar parece ser, apenas, a sua permanência no poder, o simples poder pelo poder, a melhoria na economia do país não se traduzirá necessariamente na melhoria das condições de vida da população e numa aproximação à democracia.

Contudo, a ASEAN, ao longo do tempo, tem vindo a pressionar cada vez mais o regime para que este efetue as reformas políticas necessárias. Mas estas pressões até agora não têm surtido efeito, e isto causa muitos problemas ao bloco regional, nomeadamente no que diz respeito às relações da ASEAN com os EUA e com a União Europeia (UE). Os EUA recusaram assinar o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN em retaliação à adesão da Birmânia.<sup>310</sup> A UE, por seu turno, tem recusado estar presente em qualquer reunião na qual os generais birmaneses também estejam<sup>311</sup>, tendo

---

<sup>308</sup> Eduardo Raposo de Medeiros, *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, ISCSP, Lisboa, 1998, p.209;

<sup>309</sup> Mya Maung, *The Burma Road to Capitalism: Economic Growth versus Democracy*, Praeger Publishers, Westport, 1998, p.17.

<sup>310</sup> David I. Steinberg, *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?*, in *International Affairs*, vol.86, nº1, janeiro de 2010, p.193, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acedido em 27/01/2012;

<sup>311</sup> Nomeadamente no âmbito do Fórum Regional da ASEAN (ARF), estabelecido em 1994, para a discussão de questões de segurança, do qual fazem parte, além da UE, também a China, a Índia e todos os

chegado mesmo a suspender desde 1997 várias reuniões com o bloco regional asiático nas quais membros do SLORC/SPDC estivessem presentes.<sup>312</sup>

A Birmânia renunciou, ou foi persuadida a renunciar<sup>313</sup>, à Presidência da ASEAN, que lhe cabia em 2006, depois de a UE e os EUA<sup>314</sup> terem ameaçado não participarem no Fórum Regional da Associação se este país assumisse a presidência. A constante pressão internacional sobre a ASEAN devido aos comportamentos internos da Birmânia e à sua obstinação em acatar as recomendações da ASEAN, contribuíram para um certo desgaste do relacionamento da junta militar com a organização. A recusa dos militares em procederem à democratização do regime já levou a ameaças de expulsão da ASEAN<sup>315</sup>, contudo é pouco provável que isso venha a acontecer porque essa decisão teria repercussões negativas para os restantes estados-membros que tem fortes laços económicos com o país e seria contrária à política desta organização asiática. Além disso, o novo governo birmanês têm-se mostrado mais flexível, disposto a cooperar com a oposição e a implementar medidas reformistas. Atualmente, está previsto que a Birmânia assuma a Presidência da ASEAN em 2014. Se ocupará ou não o lugar vai depender do comportamento dos atuais dirigentes face aos desafios colocados pelo governo do país e do grau de flexibilidade dos EUA e restante grupo de aliados em relação à Birmânia.<sup>316</sup> Se a presente administração birmanesa continuar no caminho da cooperação, que tem seguido desde meados de 2011, é plausível que desta vez não existam entraves relevantes que a impeçam a cadeira da presidência da ASEAN.

A atuação da ASEAN relativamente à questão da democratização da Birmânia não é provável que mude significativamente. Por um lado, pressiona o regime militar

---

países da região da Ásia-Pacífico, exceto Taiwan e a Coreia do Norte. Ver: <http://www.aseansec.org/92.htm>;

<sup>312</sup> Ver: Parlamento Europeu, *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Birmânia*, 7 de setembro de 2000, disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2001:135:0283:0284:PT:PDF>, acessado em 26/01/2012;

<sup>313</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.193;

<sup>314</sup> Ver: U.S. Department of State, *Background Note: Burma*, Bureau of East Asian and Pacific Affairs, 3 agosto 2011, disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, acessado em 18/03/2012;

<sup>315</sup> Phar Kim Beng, *Myanmar: ASEAN's thorn in the flesh*, in Time, julho de 2003 disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/EG25Ae01.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/EG25Ae01.html), acessado em 07/11/2011;

<sup>316</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, pp.193-194;



para que tente cumprir as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e faça as mudanças necessárias, por outro, não se envolve demasiado para manter a estabilidade das relações económicas e o progresso da região. Espera, portanto, que a dinâmica económica se traduza numa dinâmica política que conduza o país a uma viragem democrática. Entretanto, vai aplaudindo os pequenos gestos do regime no sentido de uma maior abertura, como de resto, aconteceu quando o regime fez aprovar a nova Constituição em 2008 e levou a cabo as eleições em novembro de 2010. Embora, a maioria dos países da sociedade internacional tenha denunciado as eleições pela sua falta de transparência e manipulação, a ASEAN limitou-se a incentivar o regime ao afirmar que as eleições foram mais um passo no caminho para a democracia.

### **III. 5. Considerações Finais**

A política externa da Birmânia tem sido moldada, sobretudo, pelas relações bilaterais com a República Popular da China, que é, atualmente o seu principal aliado, com a Tailândia e com a Índia. A ASEAN é a principal organismo internacional a prestar apoio ao regime birmanês.

David Steinberg<sup>317</sup> considera que a Birmânia, atualmente, constitui um elo entre as nações asiáticas, pelo interesse comum que suscita e que, provavelmente, poderá despoletar a rivalidade regional. A Birmânia joga muito com o facto de o fator económico ser tão importante no relacionamento regional e aproveita-se disto para retirar daí todas as vantagens possíveis. A mais importante das quais, como é óbvio, é a sobrevivência do regime.

O rápido crescimento demográfico e económico verificado nos países vizinhos, em particular na China e na Índia, implica que tenham uma maior necessidade de recursos, sobretudo energéticos. A Birmânia tem um volume considerável destas reservas tão apetecíveis, nomeadamente, a energia hidroelétrica e o gás natural<sup>318</sup>. Isto

---

<sup>317</sup> David I. Steinberg, *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001, p.27;

<sup>318</sup> A Índia tem, atualmente, um projeto de construção de um gasoduto que transportaria o gás natural de Myanmar para a Índia, passando pelo Bangladesh.

faz com que a manutenção da situação política e económica da Birmânia seja vantajosa para os seus vizinhos regionais, pois estes beneficiam com as sanções económicas lançadas pelos governos ocidentais. As sanções mantêm os países ocidentais, e a maior parte das suas empresas, afastados desta fonte estratégica de recursos.

A visão da Índia e da China sobre a ditadura militar birmanesa é, portanto, bastante pragmática e materialista. E, não interessa particularmente que a situação se altere, porque uma viragem para a democracia implicaria mudanças imprevisíveis nas relações económicas da Birmânia. Aquilo que interessa, em termos regionais, é sobretudo a estabilidade e a previsibilidade das relações interestatais. As relações que estabelece com a China e a Índia não estão isentas do tradicional xenofobismo birmanês mas as considerações de ordem prática sobrepõem-se aos preconceitos históricos e culturais. A sua peculiar posição geográfica obriga a que não possa ignorar o crescente poder e as pretensões dos seus vizinhos. A política externa birmanesa tem consistido na tentativa de equilibrar a influência dos dois maiores países vizinhos. Atualmente, a balança está a favor da China.

A República Popular da China tem as suas motivações para encarar a Birmânia como um parceiro económico e estratégico importante com o qual deve cimentar laços. O potencial hidroelétrico da Birmânia, aliado às suas reservas de gás natural e à sua localização geográfica, faz com que os líderes chineses tenham grandes planos para a Birmânia.<sup>319</sup> O acesso ao oceano Índico e, em particular ao golfo de Bengala, é muito importante para Pequim. De facto, este acesso garantiria um maior desenvolvimento económico das províncias do interior e, também, constituiria uma alternativa ao estreito de Malaca. Do ponto de vista estratégico, iria incrementar a projeção do poder da China, ao cumprir a política dos dois oceanos. Esta política traduz-se num aumento da perceção de segurança chinesa, visto que, a vigilância do Índico é importante na estratégia de defesa do interior da China.

Os políticos indianos, por seu lado, apesar da retórica de apoio ao movimento democrático, inverteram a sua abordagem birmanesa. Considerando os problemas internos que a Índia enfrenta, nomeadamente com os separatistas dos Estados do Nordeste, os indianos sentiram que o estabelecimento de relações com a junta birmanesa era uma prioridade nacional. Assim sendo, a estabilidade interna da Birmânia

---

<sup>319</sup> Thant Myint-U, *op.cit.*, pp.111-112;

é preferível à instauração de um regime democrático cujas consequências poderiam ter um efeito adverso para os interesses nacionais indianos. A política indiana do *Look East* traduz essa mudança na política externa relativamente à Birmânia e a todo o sudeste asiático. A percepção da crescente influência chinesa em toda a região colocou a Índia em alerta. As questões ideológicas foram relegadas para um segundo plano. Tornou-se evidente que era necessário, para combater o poderio chinês, estabelecer laços com a Birmânia, independentemente do regime político em vigor. As pretensões da Índia encontram acolhimento junto dos líderes militares birmaneses. Também estes veem vantagens numa aliança com a Índia, porque querem diminuir o seu grau de dependência da China. O jogo político regional da Birmânia consiste, portanto, em equilibrar e diversificar as suas alianças para manter a sua autonomia e independência nacional.

A ASEAN, por sua vez, decidiu incorporar a Birmânia na organização para tentar evitar a potencial desestabilização regional que a forte presença da China na Birmânia poderia causar.<sup>320</sup> A ASEAN pretendia também apresentar uma alternativa ao regime birmanês, para evitar a extrema dependência de Pequim. Os próprios militares birmaneses estavam interessados em moderar a influência dos chineses, embora nunca tenham oficialmente expressado essa preocupação. Além da “proteção” contra a dominação económica da China, o regime militar birmanês também precisava de obter legitimidade e prestígio internacional. O prestígio da Birmânia foi seriamente afetado devido à forma extremamente violenta com que os militares lidaram com as manifestações populares prodemocráticas, em 1988. Por outro lado, o regime perdeu toda a legitimidade quando se recusou a transferir o poder para os representantes democraticamente eleitos, em maio de 1990, nomeadamente a NLD e a sua líder Aung San Suu Kyi. Neste sentido, a adesão à ASEAN surgiu como uma forma de recuperar alguma legitimidade e, também de obter a aceitação por parte dos seus pares. Esta necessidade de aceitação internacional ficou patente na mudança da designação da junta militar, no mesmo ano em que aderiu à ASEAN. O Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem (SLORC) foi substituído pelo Conselho de Estado para a Paz e para o Desenvolvimento (SPDC). Esta mudança marca também uma modificação nos objetivos do regime. Uma vez garantido o controlo do país pelas

---

<sup>320</sup> Stephen McCarthy, *op.cit.*, p.912;

*tatmadaw*, com a repressão e consequente enfraquecimento da oposição e com as tréguas alcançadas com a maioria dos grupos étnicos rebeldes através dos acordos de cessar-fogo, o regime procurou o apoio internacional para promover o necessário apoio económico para se manter no poder.

O rígido isolamento a que a Birmânia esteve submetida desde 1962, fazia com que uma exposição ao exterior, ainda que mínima, fosse encarada pelos países vizinhos como um sinal de progresso.<sup>321</sup> Era uma oportunidade que os membros da ASEAN não podiam perder. Os estados-membros da ASEAN, sobretudo a Tailândia e a Malásia, aperceberam-se que no contexto da organização seria mais fácil agarrarem as oportunidades económicas existentes na Birmânia.<sup>322</sup> Na perspectiva da ASEAN, as interações do regime birmanês com os outros estados-membros, o estabelecimento de relações diplomáticas, económicas e comerciais acabaria por desencadear não só a abertura económica mas também a abertura política do regime. Mas no caso birmanês, a abertura económica não contribuiu para a mudança política. Na verdade, a integração da Birmânia na organização regional contribuiu para fortalecer o regime mas não desencadeou mudanças económicas e políticas significativas. Além disso, é pouco provável que a ASEAN seja capaz de reduzir a influência da China.<sup>323</sup>

---

<sup>321</sup> David I. Steinberg, *op.cit.*, p.237;

<sup>322</sup> Idem, *ibidem*, p.238;

<sup>323</sup> Idem, *ibidem*, pp.239-240;

## CONCLUSÃO

---

Desde a revolta de 1988 até às eleições de 2010, a oposição democrática birmanesa tem vindo a lutar pela modificação do sistema político, nomeadamente, pela implementação da democracia. e pelo reconhecimento por parte dos militares birmaneses do seu legítimo direito a assumir o governo do país, conferido pela vitória das eleições de maio de 1990. No entanto, apesar do apoio dos governos ocidentais e das Nações Unidas, a realidade mostra-nos que internamente, a oposição, em particular a NLD, sofreu um lento processo de erosão e enfraquecimento. A nível interno, o regime foi bem sucedido no silenciamento da maioria dos dissidentes. Este processo foi promovido pela junta militar, ao mesmo tempo que fortalecia o seu domínio sobre o país. Podemos afirmar, apoiados na análise efetuada, que a luta pela democracia na Birmânia, no período considerado, não produziu os resultados esperados da queda do regime, pelo contrário, contribuiu para a solidificação do governo militar.

A luta pela democracia na Birmânia, ainda que inadvertidamente, acabou por contribuir para o reforço do poderio militar. Por um lado, as tentativas de mobilizar a população birmanesa para lutar contra o regime estabelecido têm-se revelado infrutíferas. Existem várias razões que ajudam a explicar este facto. Entre elas, podemos referir o sentimento de medo enraizado na população e a dificuldade de proceder ao desenvolvimento da sociedade civil devido à extrema pobreza em que vive grande parte da população, a maioria dependente do setor agrícola. Por outro lado, a posição de força que o regime obteve nestas últimas duas décadas, torna impossível uma insurreição popular que não seja imediatamente esmagada pelo exército. A população só teria alguma possibilidade de vencer se uma parte do exército a apoiasse. Mas é altamente improvável que o exército se divida. Neste caso, a transição para um sistema político democrático tem, necessariamente, que partir das próprias *tatmadaw*, as forças armadas birmanesas. Por outro lado, o prestígio internacional de Aung San Suu Kyi, e do principal partido da oposição, foi, em parte, fomentado pela própria junta. Quanto mais insistia na repressão mais vozes se uniam ao coro das críticas internacionais. Na prática,

as sanções ocidentais foram contraproducentes, visto que, a inflexibilidade das sanções gerou a inflexibilidade do regime birmanês. A dura oposição do ocidente à junta militar em vigor, provocou um braço de ferro que culminou num impasse. O isolamento a que o Ocidente pretendia remeter a junta militar, não se verificou inteiramente. De facto, o novo ambiente internacional das últimas duas décadas foi propício à integração regional da Birmânia. A percepção da emergência de novos interesses estratégicos e económicos foi fundamental para a sobrevivência do regime.

A asfixia a que têm estado sujeitos os partidos políticos e os dissidentes na Birmânia que se opõem à opressão militar entrou o progresso político, económico e social dos birmaneses. É certo que, em 2003, o General Khin Nhyunt, elaborou um plano, de sete fases, para a transição para a democracia. Mas a implementação do plano foi um processo lento, dirigido apenas pelos militares. Aliás, o próprio Khin Nhyunt, tendo adquirido uma influência indesejável dentro das forças armadas foi vítima de uma depuração, o que atrasou ainda mais a aplicação do plano do *Roadmap to Democracy*. Um dos passos desse plano foi a elaboração da Constituição, delineada para garantir que, em qualquer futuro governo, as forças armadas birmanesas mantenham o Estado sob o seu controlo efetivo. Neste sentido, o referendo constitucional de 2008 e as eleições de 2010, não passaram de representações políticas para legitimar o futuro governo civil, formado em março de 2011. Podemos, assim, dizer que os generais aperceberam-se da necessidade de estabelecerem uma forma de democracia, designada, de modo muito *sui generis*, *genuine flourishing democracy*. Este passo era considerado essencial para conferir a legitimidade interna<sup>324</sup>, regional e internacional, reforçando desta forma a sua integração no seio da ASEAN e contribuindo para a obtenção de uma maior aceitação internacional.

Um dos aspetos fundamentais para uma democratização sustentável na Birmânia é a reconciliação nacional. De facto, as principais forças políticas do país têm de ser reconhecidas e ser-lhes dada a oportunidade de participarem do processo político. O tão aclamado diálogo tripartido (militares, oposição democrática e os grupos étnicos) é

---

<sup>324</sup> De facto, a legitimidade serve para exorcizar o medo, visto que o “*Poder tem sempre medo dos sujeitos que comanda, todos o s poderes souberam e sabem que a revolta é latente mesmo na obediência mais submissa e que pode rebentar num dia ou noutro, sob ação de circunstâncias imprevisíveis; todos os Poderes sentiram-se e sentem-se precários na medida em que são obrigados a utilizar a força para se impor.*” in José Adelino Maltez, *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*, ISCSP, 2ª edição., Lisboa, 1996, p.153 (citando Guglielmo Ferrero, *Pouvoirs. Les Génies Invisibles de la Cité*, Librairie Générale Française, Paris, 1988, p.137);

muito importante na transição para a democracia. Após cinco décadas de ditadura, o atual presidente, o ex-general Thein Sein, parece disposto a fomentar este diálogo.

Contudo, a eventual transição política não se prevê pacífica, tendo em conta os problemas que afetam o país. Não podemos esquecer que a Birmânia foi considerada o terceiro país mais corrupto do mundo, a par com o Afeganistão.<sup>325</sup> E, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a Birmânia ocupa o lugar 149 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011.<sup>326</sup> Por outro lado, os reformistas terão de lidar com a intransigência da elite militar que governa a União. A mentalidade securitária dos militares birmaneses, que coloca a sobrevivência do Estado acima de qualquer outro princípio, não se coaduna com os pressupostos da democracia. Neste sentido, é bastante provável que os birmaneses defensores de um sistema político democrático, ainda tenham de percorrer um longo caminho na sua luta pela mudança de regime político no seu país.

No que toca à sociedade internacional, esta não teve uma resposta concertada em relação à questão da democratização na Birmânia. Os países ocidentais, condenaram a repressão popular de 1988 e decidiram pressionar o regime birmanês a efetuar a mudança política. Apoiaram a líder do maior partido da oposição, Aung San Suu Kyi, e na prossecução deste apoio, consideraram que as sanções constituíam o mecanismo privilegiado para forçar os militares a cederem o poder à Liga Nacional para a Democracia. Os EUA são o exemplo paradigmático desta forma de atuação. A ênfase dada aos valores da democracia e dos direitos humanos e ao papel de Aung San Suu Kyi na implementação desses valores, têm constituído a pedra de toque da política norte-americana em relação à Birmânia. A União Europeia, por seu turno, também apoiou veementemente a movimento democrático birmanês. As sanções foram o corolário deste apoio. Já o Japão, não alinhou completamente com esta abordagem, tendo mantido uma posição dúbia, uma vez que tinha importantes interesses económicos e estratégicos na região. Quanto às Nações Unidas, tornou-se o principal fórum de monitorização da evolução da situação política birmanesa, e, em particular, no que se refere à questão dos direitos humanos. É indubitável que a luta pela democracia encontra-se diretamente

---

<sup>325</sup> Ver: Transparency Internacional, *Relatório do Índice da Perceção da Corrupção de 2011*, disponível em: <http://cpi.transparency.org/cpi2011/>, acedido em 10/03/2012;

<sup>326</sup> Ver: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011*, disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>, acedido em 21/03/2012;

relacionada com a questão dos direitos humanos, uma vez que, a liberdade de expressão é a pedra basilar da democracia. As críticas a que o regime birmanês tem estado sujeito nas Nações Unidas são a forma que a organização encontrou de pressionar o regime a modificar o seu comportamento, considerando que a China bloqueia qualquer resolução do Conselho de Segurança em relação à Birmânia.

As consequências desta atuação internacional baseada no isolamento do regime têm-se refletido mais no povo do que nos líderes políticos e é certo que o ocidente não poderá isolar os líderes birmaneses indefinidamente. Não é provável que isso aconteça, mesmo porque a intenção de adquirir tecnologia nuclear, através da Coreia do Norte e também da Rússia<sup>327</sup>, está a atrair as atenções internacionais. A proliferação do armamento nuclear para a Birmânia vai, efetivamente, aumentar a preocupação da sociedade internacional com as questões da segurança regional. Se os países ocidentais, e em particular, os Estados Unidos, puderam, até à data, isolar o regime e puni-lo com sanções, sem que daí adviessem custos significativos para os seus interesses, no futuro, muito provavelmente, não o poderão fazer. Aliás, a abordagem ocidental já está a ser revista. A nova estratégia dos Estados Unidos para a Birmânia, encetada pelo Presidente Obama, alia à pressão exercida sobre o regime, a coordenação diplomática internacional e um envolvimento direto.<sup>328</sup>

É um facto, que as recentes medidas reformistas levadas a cabo pelo governo birmanês têm enviado sinais positivos aos opositores internos e externos do regime. Alguns países ocidentais já premiaram as decisões governamentais com o levantamento de algumas sanções. A União Europeia decidiu autorizar a concessão de vistos aos líderes governamentais, considerando este gesto como um primeiro passo<sup>329</sup>, que visa reconhecer a libertação dos presos políticos, a diminuição das restrições sobre os meios de comunicação social e a tentativa do governo de estabelecer a paz com os rebeldes dos grupos étnicos. Por sua vez, a Austrália decidiu retirar a proibição da concessão de vistos e as sanções financeiras a ex-ministros e deputados da junta militar, que já não se

---

<sup>327</sup> Christina Fink, *op.cit.*, p.200;

<sup>328</sup> Michael Green, *Burma's Stubborn State: How to Curtail the Military Junta in Foreign Affairs*, 23 de novembro 2010, disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67014/michael-green/burmas-stubborn-state>, acedido em 12/01/2012;

<sup>329</sup> Mizzima News, *EU lifts travel ban on top burmese officials*, 24 de janeiro de 2012, disponível em: <http://mizzima.com/news/world/6470-eu-lifts-travel-ban-on-top-burmese-officials.html>, acedido em 25/01/2012;



encontrem no exercício de funções governativas. Esta medida tem o intuito de incentivar o regime no caminho que iniciou em direção à democratização e a um maior envolvimento regional.<sup>330</sup> Os Estados Unidos, no entanto, têm mantido uma postura mais cautelosa. Apesar de terem normalizado as relações diplomáticas com o governo birmanês e de louvarem o programa de reformas, remetem o eventual levantamento de sanções para depois das eleições parciais, que foram agendadas para 1 de abril de 2012.<sup>331</sup>

Em termos regionais, a democratização da Birmânia não era uma questão central das políticas externas dos seus vizinhos, excetuando-se o caso da Índia, numa fase inicial. A resposta regional à problemática birmanesa foi sendo moldada, sobretudo, pelo *fator China*.<sup>332</sup> A China não antagonizou o regime birmanês, pelo contrário, fortaleceu e consolidou a cooperação. E tornou-se a principal fonte de apoio militar, económico e diplomático dos oficiais birmaneses. A ASEAN e a Índia reagiram às investidas da China na Birmânia e decidiram estabelecer relações mais próximas com o regime. A ASEAN, impulsionada primordialmente pela Tailândia e pela Malásia, resolveu integrar a Birmânia no seio da organização. Quanto aos líderes indianos, temendo que a Índia pudesse ficar cercada pela presença chinesa na região, acharam por bem rever a sua política relativa à Birmânia, embora não se tenham descomprometido totalmente com o apoio ao movimento democrático. O facto de estar em causa interesses nacionais vitais para os países asiáticos, na Birmânia, foi favorável ao regime, que beneficiou da rivalidade regional. As forças armadas birmanesas compreenderam a sua importância estratégica e económica no contexto regional e jogaram com esse fator para se manterem no poder e fortalecerem o seu domínio ao ponto de elevarem o exército a uma posição de força incontestável.

Se antes a situação birmanesa parecia estática e era difícil vislumbrar uma solução para a mudança de regime, agora o cenário apresenta-se mais promissor, tendo

---

<sup>330</sup> Myint Cho, *Australia's Easing of Sanctions is Premature in The Irrawaddy*, 10 de janeiro de 2012, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=22806](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=22806), acedido em 12/01/2012;

<sup>331</sup> Mizzima News, *If "fair" elections U.S. may lift some sanctions: McCain*, 20 de janeiro de 2012, disponível em: <http://mizzima.com/news/regional/6456-if-fair-election-us-may-lift-some-sanctions-mccain.html>, acedido em 21/01/2012;

<sup>332</sup> Ver: David I. Steinberg, *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?*, in *International Affairs*, vol.86, nº1, janeiro de 2010, p.187 disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acedido em 27/01/2012;

em conta os acontecimentos mais recentes.<sup>333</sup> A mudança tem de ser feita dentro do próprio regime, o que parece estar a acontecer, porque as relações de força em termos internos e mesmo a nível mundial não são favoráveis a que se chegue a um consenso internacional na forma de lidar com o governo birmanês. Por outro lado, é necessário continuar no caminho do fortalecimento da sociedade civil birmanesa, para que, no futuro, possa vir a existir uma democracia birmanesa no verdadeiro sentido do termo.

O processo de liberalização empreendido pelo Presidente Thein Sein é um passo positivo no caminho para a democratização da Birmânia, no entanto, ainda é cedo para se tirarem conclusões sobre as reformas em curso. Não é possível garantir que este processo seja irreversível. A transição para a democracia na Birmânia será, muito provavelmente, um processo lento e difícil, dada a complexidade da realidade política birmanesa. Não obstante, a interação dos militares com os membros da oposição na Assembleia, abre novos canais de comunicação que pode influenciar favoravelmente o destino do país.

---

<sup>333</sup> Ver: Joshua Kurlantzick, *How Myanmar Changed and What it Means*, 1 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://www.cfr.org/burmamyanmar/myanmar-changed-means/p27263>, acedido em 03/02/2012;

## BIBLIOGRAFIA

---

**AAVV**, *ASEAN Enlargement: Impact and implications*, organizado por Caroline L.Gates e Mya Than, Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS), Singapura, 2001;

**ALMEIDA RIBEIRO**, Manuel, **SALDANHA**, António Vasconcelos de, *Textos de Direito Internacional Público: Organizações Internacionais*, ISCSP, 2ª edição, Lisboa, 2003;

**ALMEIDA RIBEIRO**, Manuel de, **FERRO**, Mónica, *A Organização das Nações Unidas*, Almedina, Coimbra, 2004;

**AMNISTIA INTERNACIONAL**, *Manual da Amnistia Internacional*, Amnesty International Publications, Londres, maio de 2002;

**AUNG**, Myoe, *Neither Friend nor Foe: Myanmar's relations with Thailand since 1988*, IDSS Monograph 1, Singapura, 2002;

**AUNG SAN**, Suu Kyi, Michael Aris (ed.), *Freedom from Fear and Other Writings*, Penguin Books, 3ª edição, Londres, 2010;

**AUNG SAN**, Suu Kyi, *Letters From Burma*, Penguin Books, 3ª edição, Londres, 2010;

**AUNG SAN**, Suu Kyi e **CLEMENTS**, Alan, *Aung San Suu Kyi: A Voz da Esperança – Conversas com Alan Clements*, Pedra da Lua, Colares, 2009;

**AUNG SAN**, Suu Kyi, *Cartas da Birmânia*, Campo das Letras, Lisboa, 1998;

**BESSA**, António Marques, *O Olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001;

**CHARNEY**, Michael W. *A History of Modern Burma*, Cambridge University Press, Cambridge, 2009;

- DELUMEAU**, Jean, *As Grandes Religiões do Mundo*, Lisboa, Editorial Presença, 3ª edição, Lisboa, 2002, pp.429-473;
- FINK**, Christina, *Living Silence in Burma: Surviving under military rule*, Silkworm Books/Zed Books, 2ª edição, Chiang Mai/Londres, 2009;
- HUNTINGTON**, Samuel P., *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, Norman, 1991;
- HUNTINGTON**, Samuel P., *O choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1996;
- KELLY**, David, **REID**, Anthony, *Asian Freedoms: the idea of freedom in the East and Southeast Asia*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998;
- KEOWN**, Damien, *O Budismo*, Temas e Debates, Lisboa, 1996;
- LARKIN**, Emma, *Everything is Broken: the untold story of disaster under Burma's military regime*, Granta Books, Londres, 2010;
- LING**, Bettina, *Aung San Suu Kyi: Standing Up For Democracy in Burma*, The Feminist Press, Nova Iorque, 1999;
- MALTEZ**, José Adelino, *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*, ISCSP, 2ª edição, Lisboa, 1996;
- MEDEIROS**, Eduardo Raposo de, *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, ISCSP, Lisboa, 1998;
- MORALES DE CASTRO**, Jorge, *Religiões do Mundo, Cultos e Crenças*, Referência Editorial Estampa, 1ª edição, Lisboa, junho 2004, pp. 231-254;
- MOREIRA**, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 1996;
- MOREIRA**, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, ISCSP, Lisboa, 1994;
- MYA**, Maung, *The Burma Road to Capitalism: Economic Growth versus Democracy*, Praeger Publishers, Westport, 1998;
- ROTBERG**, Robert I. ed., *Burma: Prospects for a Democratic Future*, Brookings Institute Press e The World Peace Foundation/HIID, Washington, 1998;

**STEINBERG**, David I. *Burma/Myanmar: What Everyone Needs to Know*, Oxford University Press, Londres, 2010;

**STEINBERG**, David I., *Burma: The State of Myanmar*, Georgetown University Press, Washington, 2001;

**TAYLOR**, Robert H., *The State in Myanmar*, Hurst Publishers, Londres, 2009;

**THANT MYINT-U**, *Where China Meets India: Burma and the New Crossroads of Asia*, Faber and Faber, Londres, 2011;

## **ARTIGOS:**

**BENNETT**, Isabella, *ASEAN: The Association of Southeast Asian Nations*, 1 de novembro de 2010, disponível em: <http://www.cfr.org/financial-crises/asean-association-southeast-asian-nations/p18616>, acessado em 24/01/2012;

**BERT**, Wayne, *Burma, China and the U.S.A.* in *Pacific Affairs*, vol. 77, nº 2, verão de 2004, pp. 263-282, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40022501>, acessado em 31/01/2012;

**DELLA-GIACOMA**, Jim, *The Burma Spring* in *Foreign Policy*, 13 de outubro 2011, disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/13/burma\\_prisoner\\_release\\_spring?page=0.0](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/13/burma_prisoner_release_spring?page=0.0), acessado em 05/02/2012;

**DITTMER**, Lowell, *Burma vs Myanmar: What's in a name?* in *Asian Survey*, vol.48, nº6, novembro/dezembro de 2008, pp.885-888, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.885>, acessado em 12/02/2012;

**EGRETEAU**, Renaud, *India's Ambitions in Burma: More Frustration Than Success?* in *Asian Survey*, vol. 48, nº6, novembro/dezembro de 2008, pp.936-957, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.936>, acessado em 31/01/2012;

**EVIATAR**, Daphne, *A Big Win for Human Rights*, in *The Nation*, 21 de abril de 2005, disponível em: <http://www.thenation.com/article/big-win-human-rights>, acessado em 16/11/2011;

**FERRARA**, Federico, *Why Regimes Create Disorder: Hobbes's Dilemma during a Rangoon Summer* in *The Journal of Conflict Resolution*, vol.47, nº3, junho de 2003, pp.302-325, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3176291>, acessado em 08/02/2012;

**FIFIELD**, Russell H., *The Five Principles of Peaceful Coexistence* in *The American Journal of International Law*, vol.52, nº3, julho de 1958, pp.504-505, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2195465>, acessado em 05/03/2012;

**FURNIVALL**, J.S., *The Future of Burma* in *Pacific Affairs*, vol.18, nº2, junho de 1945, pp.156-168, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2751753.pdf>, acessado em 12/02/2012;

**GREEN**, Michael, *America's quiet victories in Asia*, in *The Washington Post*, 13 de fevereiro de 2007, disponível em: <http://www.burmanet.org/news/2007/02/13/the-washington-post-americas-quiet-victories-in-asia-michael-j-green/>, acessado em 09/03/2012;

**GREEN**, Michael, *Burma's Stubborn State: How to Curtail the Military Junta* in *Foreign Affairs*, 23 de novembro de 2010, disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67014/michael-green/burmas-stubborn-state>, acessado em 12/01/2012;

**GUYOT**, James, *Burma in 1997: From Empire to ASEAN* in *Asian Survey*, vol.38, nº2, fevereiro de 1998, pp.190-195, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645678>, acessado em 31/01/2012;

**HAACKE**, Jürgen, *The Myanmar imbroglio and ASEAN: heading towards the 2010 elections*, in *International Affairs*, vol. 86, nº1, janeiro de 2010, pp. 153–174, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00873.x/pdf>, acessado em 31/01/2012;

**HOLLIDAY**, Ian, *Rethinking The United State's Myanmar Policy* in *Asian Survey*, vol. 45, nº 4, julho/agosto de 2005, pp. 603-621, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2005.45.4.603>, acessado em 31/01/2012;

**HOLMES**, Robert A., *Burmese Domestic Policy: The Politics of Burmanization*, Asian Survey, vol.7, nº3, março de 1967, pp.188-197, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2642237>, acessado em 07/03/2012;

**KUDO**, Toshihiro, *The Impact of U.S. Sanctions on the Myanmar Garment Industry* in Asian Survey, vol.. 48, nº6, novembro/dezembro de 2008, pp. 997-1017, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.997>, acessado em 31/01/2012;

**KURLANTZICK**, Joshua, *China's Charm: Implications of Chinese Soft Power*, Policy Brief nº47, Carnegie Endowment for International Peace, junho de 2006, disponível em: [http://www.carnegieendowment.org/files/PB\\_47\\_FINAL.pdf](http://www.carnegieendowment.org/files/PB_47_FINAL.pdf), acessado em 17/03/2012;

**KURLANTZICK**, Joshua, *Myanmar's Elections Offer Glimmer of Change*, 4 de novembro de 2010, disponível em: <http://www.cfr.org/burmamyanmar/myanmars-elections-offer-glimmer-change/p23302>, acessado em 26/01/2012;

**KURLANTZICK**, Joshua, *An Opening in Burma? On Thant Myint-U*, in *The Nation*, 14 de dezembro 2011, disponível em: <http://www.thenation.com/article/165148/opening-burma-thant-myint-u?page=full>, acessado em 26/01/2012;

**KURLANTZICK**, Joshua, *How Myanmar Changed and What it Means*, 1 fevereiro de 2012, disponível em: <http://www.cfr.org/burmamyanmar/myanmar-changed-means/p27263>, acessado em 03/02/2012;

**MANNERS**, Ian, *The normative ethics of the European Union* in International Affairs, vol.84, nº1, 2008, pp.45-60, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2008.00688.x/pdf>, acessado em 25/01/2012;

**MAUNG** Zarni, *Falemos com a Junta birmanesa* in *Courrier Internacional*, edição portuguesa, 22 de setembro de 2006, p.7;

**MAUZY**, Diane K., e **JOB**, Brian L., *U.S. Policy in Southeast Asia: Limited Reengagement after Years of Benign Neglect* in Asian Survey, vol. 47, nº 4, julho/agosto de 2007, pp. 622-641, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2007.47.4.622>, acessado em 31/01/2012;

**McCARTHY**, Stephen, *Burma and ASEAN: Estranged Bedfellows* in Asian Survey, vol.48, nº6, novembro/dezembro de 2008, pp.911-935, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2008.48.6.911>, acessado em 31/01/2012;

**MIZZIMA NEWS**, *EU lifts travel ban on top burmese officials*, 24 de janeiro de 2012, disponível em: <http://mizzima.com/news/world/6470-eu-lifts-travel-ban-on-top-burmese-officials.html>, acessado em 25/01/2012;

**MIZZIMA NEWS**, *If “fair” elections U.S. may lift some sanctions: McCain*, 20 de janeiro de 2012, disponível em: <http://mizzima.com/news/regional/6456-if-fair-election-us-may-lift-some-sanctions-mccain.html>, acessado em 21/01/2012;

**MYA**, Maung, *On the Road to Mandalay: A Case Study of the Sinonization of Upper Burma* in Asian Survey, vol.34, nº5, maio de 1994, pp. 447-459, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645057>, acessado em 31/01/2012;

**MYINT**, Cho, *Australia’s Easing of Sanctions is Premature* in The Irrawaddy, 10 de janeiro de 2012, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=22806](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=22806), acessado em 12/01/2012;

**PHAR**, Kim Beng, *Myanmar: ASEAN's thorn in the flesh* in Time, julho de 2003, disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/EG25Ae01.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/EG25Ae01.html), acessado em 07/11/2011;

**RAMO**, Joshua Cooper, *The Beijing Consensus* in The Foreign Policy Centre, 2004, disponível em: <http://www.xuanju.org/uploadfile/200909/20090918021638239.pdf>, consultado em 16/12/2011;

**SEEKINS**, Donald M., *Japan’s Aid Relations with Military Regimes in Burma, 1962-1991: The Kokunaika Process*, in Asian Survey, vol. 32, nº. 3, março de 1992, pp. 246-262, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2644937>, acessado em 31/01/2012;

**SEEKINS**, Donald M., *Burma-China Relations: Playing with Fire*, Asian Survey, vol. 37, nº 6, junho 1997, pp. 525-539, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645527>, acessado em 12/02/2012;



**SEEKINS**, Donald M., *Burma and U.S. Sanctions: Punishing an Authoritarian Regime* in Asian Survey, vol.45, nº3, maio/junho de 2005, pp.437-452, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2005.45.3.437>, acessado em 31/01/2012;

**SEEKINS**, Donald M., *The Limits of “Quiet Dialogue”* in The Irrawaddy, dezembro de 2007, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=9488](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=9488), acessado em 12/02/2012;

**SHEN-YU**, Dai, *Peking and Rangoon* in The China Quarterly nº5, janeiro/março de 1961, pp.131-144, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/763356>, acessado em 12/02/2012;

**STEINBERG**, David I., *The United States and Myanmar: a Boutique Issue?* in International Affairs, vol.86, nº1, janeiro de 2010, pp.175-194, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00874.x/pdf>, acessado em 27/01/2012;

**WAI**, Moe, *USDA Leader in Japan* in The Irrawaddy, 21 de agosto de 2009, disponível em: [http://www.irrawaddy.org/article.php?art\\_id=16619](http://www.irrawaddy.org/article.php?art_id=16619), acessado em 12/02/2012;

## **RELATÓRIOS:**

**Amnesty Internacional**, *Amnesty International Annual Report 2010 – The State of The World’s Human Rights*, pp.236-239, disponível em: [http://thereport.amnesty.org/sites/default/files/AIR2010\\_EN.pdf](http://thereport.amnesty.org/sites/default/files/AIR2010_EN.pdf), acessado em 17/11/2011;

**Amnesty International**, *Amnesty International Annual Report 2011 - Myanmar*, disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/4dce1551c.html>, acessado em 19/03/2012;

**Assembleia Geral das Nações Unidas**, resolução A/RES/49/197 de 1994, disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/771/79/PDF/N9577179.pdf?OpenElement>, acessada em 06/02/2012;

**Conselho da União Europeia**, *Posição Comum 96/635/PESC*, 28 de outubro de 1996, disponível em: <http://eur-law.eu/PT/96-635-PESC-Posicao-Comum28-Outubro1996,264734,d>, acessado em 13/12/2011;

**Conselho da União Europeia**, *Posição Comum 2003/297/PESC*, 28 de abril de 2003, disponível em: <http://eur-law.eu/PT/Posicao-Comum2003-297-PESC-Conselho28-Abril,431919,d>, acessado em 13/12/2011;

**Conselho da União Europeia**, *Posição Comum 2005/340/CFCS*, 25 de Abril de 2005, disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:108:0088:0106:PT:PDF>, acessado em 14/12/2011;

**Conselho da União Europeia**, *Council Conclusions on Burma/Myanmar*, 3142 Foreign Affairs Council Meeting, Brussels, 23 de janeiro de 2012, pp.7-8 disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/EN/foraff/127480.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/EN/foraff/127480.pdf), acessado em 26/01/2012;

**ENSCC Policy Paper**, *The New Panglong Initiative: Rebuilding the Union of Burma*, 2002, disponível em: <http://www.burmalibrary.org/docs09/Series07-enscc.pdf>, acessado em 18/11/2011;

**Ethnic Nationalities Seminar**, *Mae Tha Raw Hta Agreement*, janeiro de 1997, disponível em: <http://www.blc-burma.org/index.php?q=th/node/137>, acessado em 18/11/2011;

**Euro-Burma Office**, *The 2010 Elections – To Boycott or To Contest*, EBO Analysis Paper, nº3, 2010, disponível em: [http://euro-burma.eu/elections\\_32.html](http://euro-burma.eu/elections_32.html), acessado em 26/01/2012;

**Euro-Burma Office**, *Political Monitor nº10*, p.11 disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/PM\\_No.\\_10\\_-\\_21-03-11.pdf](http://euro-burma.eu/doc/PM_No._10_-_21-03-11.pdf) e *Political Monitor nº13*, p.19, disponível em: [http://euro-burma.eu/doc/PM\\_No.\\_13\\_-\\_14-04-11.pdf](http://euro-burma.eu/doc/PM_No._13_-_14-04-11.pdf), acessados em 26/01/2012;

**Freedom House**, *Freedom in the World 2011: The Authoritarian Challenge to Democracy*, disponível em: [http://www.freedomhouse.org/images/File/fiw/FIW\\_2011\\_Booklet.pdf](http://www.freedomhouse.org/images/File/fiw/FIW_2011_Booklet.pdf), acessado em 16/03/2012;

**Human Rights Watch**, *World Report 2011- Burma*, disponível em: <http://www.hrw.org/en/world-report2011/burma>, acessado em 16/03/2012;

**Human Rights Watch**, Relatório *My Gun Was as Tall as me: Child Soldiers in Burma*, outubro de 2002, disponível em: [http://hrw.org/reports/2002/burma/Burma090207.htm#P1552\\_481071](http://hrw.org/reports/2002/burma/Burma090207.htm#P1552_481071), acessado em 17/11/2011;

**International Crisis Group**, *Myanmar: Sanctions, Engagement or Another Way Forward?* in ICG Asia Report nº78, 26 de abril de 2004, disponível em: [http://www.crisisweb.org/library/documents/asia/burma\\_myanmar\\_sanctions\\_engagem ent\\_or\\_another\\_way\\_forward\\_web.pdf](http://www.crisisweb.org/library/documents/asia/burma_myanmar_sanctions_engagem ent_or_another_way_forward_web.pdf), acessado em 28/01/2012;

**International Crisis Group**, *China's Myanmar Dilemma*, Asia Report nº177, 14 de setembro de 2009, disponível em: [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/north-east-asia/177\\_chinas\\_myanmar\\_dilemma.pdf](http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/north-east-asia/177_chinas_myanmar_dilemma.pdf), acessado em 28/01/2012;

**International Crisis Group**, *Myanmar's Post Elections Landscape*, Asia Briefing nº118, 7 de março de 2011, pp.1-20, disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/asia/south-east-asia/burma-myanmar/B118-myanmar-post-election-landscape.aspx>, acessado em 28/01/2012;

**International Labour Organization**, Relatório *The Cost of Coercion*, 2009, disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---declaration/documents/publication/wcms\\_106268.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_106268.pdf), acessado em 02/02/2012;

**Karen Women's Organisation**, Relatório *State of Terror*, 2007, disponível em: <http://karenwomen.files.wordpress.com/2011/11/state20of20terror20report.pdf>, acessado em 19/03/2012;

**Parlamento Europeu**, *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Birmânia*, 7 de setembro de 2000, disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2001:135:0283:0284:PT:P> DF, acessado em 26/01/2012;

**Shan Women's Action Network**, Relatório *Licence to rape*, 2002, disponível em: [http://www.shanwomen.org/images/stories/reports/licensetorape/Licence\\_Rape\\_english.pdf](http://www.shanwomen.org/images/stories/reports/licensetorape/Licence_Rape_english.pdf), acessado em 21/08/2011;

**The American Society of International Law**, *United States Imposes New Economic Sanctions on Several Countries* in The American Journal of International Law, vol. 102, nº 1 janeiro de 2008, pp. 174-177, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40007787>, acessado em 15/03/2012;

**The Panglong Agreement**, 12 de fevereiro de 1947, disponível em: <http://www.blc-burma.org/index.php?q=th/node/136> acessado em 18/11/2011;

**The White House**, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*, 17 de novembro de 2011, disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>, acessado em 17/03/2012;

**Transparency Internacional**, *Relatório do Índice da Percepção da Corrupção de 2011*, disponível em: <http://cpi.transparency.org/cpi2011/>, acessado em 10/03/2012;

**U.N. Department of Public Information**, *Security Council, in procedural action, votes to include human rights situation in Myanmar on its agenda*, Nova Iorque, 15 de setembro de 2006, <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8832.doc.htm>, acessado em 07/02/2012;

**U.S. Department of State**, *Advancing Freedom and Democracy Report – Burma*, maio de 2008, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/afdr/2008/eap/129869.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of State**, *Advancing Freedom and Democracy Report - Burma*, maio de 2009, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/afdr/2009/eap/122860.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of State**, *Advancing Freedom and Democracy Report - Burma*, maio de 2010, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/afdr/2010/eap/129760.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of State**, *Advancing Freedom and Democracy Report 2010*, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/afdr/2011/index.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of State**, *2010 Human Rights Report: Burma*, 8 de abril 2011, disponível em: <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2010/eap/154380.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of State**, *Background Note: Burma*, Bureau of East Asian and Pacific Affairs, 3 de agosto 2011, disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35910.htm>, acessado em 18/03/2012;

**U.S. Department of Treasury**, *Burmese Freedom and Democracy Act of 2003*, 28 de julho de 2003, disponível em: [http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda\\_2003.pdf](http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/bfda_2003.pdf), acessado em 18/03/2012;

**Watchlist On Children and Armed Conflict**, *No More Denial: Children Affected by Armed Conflict in Myanmar (Burma)*, maio de 2009, disponível em: <http://www.child-soldiers.org/regions/country?id=146>, acessado em 17/11/2011;